Fundado em 1864, o seu Arquivo é Tesouro Nacional

Diário de Notícias

www.dn.pt / Sexta-feira 19.4.2024 / Diário / Ano 160.º / N.º 56 610 / € 1,80 / Direção interina Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos)

AGÊNCIA DE MIGRAÇÕES DEIXA NA RUA DOIS MENORES DESACOMPANHADOS

Os requerentes de asilo, com 15 e 16 anos, foram entrevistados na Agência Integrada para as Migrações e Asilo (AIMA) nesta quinta-feira, na presença de uma advogada. Ficaram sem resposta para acolhimento e estão entre os sem-abrigo nos Anjos, em Lisboa, há cerca de dois meses.

PÁG. 14

Imagem de luto em Gaza, do repórter fotográfico Mohammed Salem, vence World Press Photo.

GUERRA NO MÉDIO ORIENTE

OCIDENTE APOSTA EM MAIS SANÇÕES E IRÃO AMEAÇA COM NUCLEAR

PÁG. 18

ENTREVISTA DN/TSF

MÓNICA QUINTELA

“A criminalização do enriquecimento ilícito está para a corrupção como a castração química para os crimes sexuais”

PÁGS. 4-7

INFLUENCER

Socialistas pressionam Justiça. Relação só analisou prova do 1.º interrogatório judicial

PÁG. 9

Índia
As legislativas na “maior democracia do mundo” começam hoje e têm sete fases

PÁG. 19

Cinema
Laura Seixas, o contributo português para o sucesso *Sonhar em Negro*

PÁG. 25

Benfica
Derrota em Marselha afasta sonho europeu

PÁG. 23

PORTUGAL HÁ 50 ANOS
PAULO DE CARVALHO
CANTOR, MÚSICO E COMPOSITOR

PÁG. 3

Editorial

Valentina Marcelino
Diretora adjunta do Diário de Notícias

Polícias. Gerir as expetativas de um vulcão em risco de erupção

"Uma pessoa pode enganar muita gente durante um certo tempo; pode até mesmo enganar algumas pessoas todo o tempo; mas não será possível enganar todos para sempre." Poucos não conhecem esta frase atribuída a Abraham Lincoln, 16.º presidente dos Estados Unidos, libertador dos escravos em 1863. Este conselho tem percorrido a História e nunca deixou de ser atual no que diz respeito a uma arma crucial na política: a gestão das expetativas.

Ora quando se lê as notícias da manhã desta quinta-feira sobre a ameaça de "movimentos inorgânicos" de polícias se manifestarem no dia 25 de abril em frente à Assembleia da República, boicotarem operações de segurança e voltar (atenção com o "voltar", pois admitem que já o fizeram) a usar baixas fraudulentas, caso não haja um acordo com o Governo até 10 de maio, em relação ao pagamento de um subsídios de risco equiparado ao da Polícia Judiciária (PJ), é fácil concluir que já estamos na última fase do conselho de Lincoln.

Não duvidando de que a ministra da Administração Interna, Margarida Blasco, tem definidos os critérios e o calendário para este pagamento com o aval do ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, é bom que os explique o mais cedo possível – já na reunião do próximo dia 22 com os sindicatos da PSP e associações da GNR.

No comunicado oficial que chegou às redações não é isso, porém, que se advinha das intenções da equipa governativa. "Definir e estabelecer a metodologia e protocolo de audição e negocial respetivamente bem como a apresentar os pressupostos do âmbito e objeto para discussão e negociação entre as partes" (sic) são os pontos de agenda atabalhoadamente escritos, sem que nada, mas mesmo nada, se diga que faça arrefecer aquele vulcão que já explodiu no início do ano – com protestos fora de controlo a causar intenso alarme público – e que só interrompeu a sua fúria por causa da realização das eleições legislativas e das expetativas criadas.

Em campanha, Luís Montenegro, recorde-se, classificou como "erro imperdoável" o facto de o Executivo de António Costa ter atribuído este subsídio – que tem como fundamento legal os "ónus inerentes ao exercício das funções, bem como ao risco, insalubridade e penosidade que lhes estão associados e que se prolongam no tempo muito para além do exercício das funções" – apenas à PJ. "O que se passa nas forças de segurança é muito grave e não pode ser silenciado. O Governo é o primeiro responsável, porque criou uma desigualdade no suplemento de missão entre a PJ, PSP e GNR", afirmou, embora nunca se vinculando a valores.

Nos últimos dias, já depois da primeira reunião entre os sindicatos e Margarida Blasco, que decorreu no passado dia 12, ouvimos oficiais, agentes, chefes e alguns dirigentes sindicais lamentar que não tenha logo ali sido apresentada pelo Governo uma primeira base negocial.

A verdade é que passados quatro meses da publicação do decreto-lei que atribui o suplemento de missão às carreiras especiais da PJ de investigação criminal e de apoio, passando de 478 euros para 1026, nada mais se tem feito a não ser a gestão de expetativas. Carreiras em que a exclusividade, disponibilidade total e exigência de licenciatura são regra.

Ainda nenhum dirigente, governamental ou das forças de segurança, teve a coragem de dizer aos polícias o óbvio: até podem vir a ter um subsídio de risco em montante equivalente ao da PJ, mas não será certamente de uma vez, nem pelos mesmos pressupostos. Ser PJ não é ser PSP nem GNR. Sem desvalorizar nenhuma destas instituições. Têm direitos e deveres distintos.

Neste momento, ao que soubemos, os polícias acreditam que esses 1026 euros são para já e ninguém lhes explicou porque não pode ser assim. Transparência e diálogo com os representantes das forças de segurança são condições *sine qua non* para explicar as razões por trás das disparidades salariais e discutir possíveis soluções de forma colaborativa.

Analisar as diferenças nas atribuições e responsabilidades das forças de segurança e garantir que as disparidades salariais estejam justificadas por essas diferenças. Mais uma vez, o que é diferente tem de ter tratamento diferente.

Realizar um estudo detalhado do impacto financeiro de uma eventual equiparação salarial entre as diferentes forças de segurança, considerando o orçamento disponível e a sustentabilidade a longo prazo. Não esquecer que na PJ são dois mil com este suplemento e na GNR e na PSP seriam 43 mil.

Pensar noutras formas de compensação, com melhores serviços de saúde, condições mais justas para passagem à disponibilidade, ajudam sempre, mas neste momento é urgente apresentar um plano.

"Não creio que as coisas fiquem serenas se não houver, desde logo, um compromisso com uma solução", declarou o comandante da PSP do Porto, o superintendente chefe Pedro Gouveia, numa entrevista ao DN, não escondendo a sua preocupação com o efeito da frustração que vê nas suas mulheres e homens. Como ele, outros comandantes também nos têm feito chegar a sua ansiedade em relação às negociações.

Nesta dinâmica, Blasco tem como melhores aliados os sindicatos e associações representativas e estes, por seu lado, têm de saber distanciar-se dos perigosos "movimentos inorgânicos" sem nenhuma hesitação, muito menos aproveitar "boleias" dos seus protestos. É uma enorme demonstração de fraqueza que numa autoridade de Estado, ainda mais com competências de investigação criminal, como são a PSP e a GNR, não sejam identificados e isolados os que subvertem as regras da democracia. É uma enorme fraqueza dos seus comandantes. A não ser que lhes convenha. O tal vulcão, esse, não espera.

OS NÚMEROS DO DIA

1572

MILHÕES DE EUROS
A economia portuguesa apresentou um excedente externo de 1572 milhões de euros até fevereiro, mais do triplo do excedente de 418 milhões de euros do mesmo período de 2023, divulgou o Banco de Portugal.

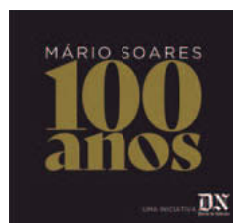
28

DEMITIDOS
A Google demitiu 28 funcionários que protestaram contra um contrato da gigante tecnológica com o Governo de Israel, informou ontem um porta-voz da empresa. A decisão está relacionada com uma manifestação organizada na terça-feira pelo grupo "No Tech for Apartheid",

1000

MÚSICOS DE ROCK
Aquela que é considerada a maior banda de rock do mundo, constituída por mil músicos a tocar em simultâneo ao vivo, estreia-se em Portugal a 14 de setembro, no Estádio Municipal de Leiria, anunciou ontem a organização.

1,2

MILHÕES DE EUROS
A Câmara Municipal de Lisboa aprovou o financiamento de 1,2 milhões de euros para que três associações continuem a prestar apoio a pessoas em situação de sem-abrigo no novo centro inaugurado no Beato, anunciou a autarquia.

Direção interina: Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Diretor de arte** Rui Leitão **Diretor adjunto de arte** Vítor Higgs **Editor-chefe** Nuno Ramos de Almeida **Editores executivos** Carlos Ferro, Helena Tecedeiro, Pedro Sequeira **Grandes repórteres** Ana Mafalda Inácio, Fernanda Câncio e Leonardo Ralha **Editores** Sofia Fonseca, Carlos Nogueira, Ricardo Simões Ferreira, Rui Frias, Filipe Gil e Nuno Fernandes **Redatores** Alexandra Tavares-Teles, Amanda Lima, Ana Meireles, Bruno Horta, César Avó, David Pereira, Isabel Laranjo, Isaura Almeida, João Pedro Henriques, Manuel Catarino, Margarida Davim, Mariana de Melo Gonçalves, Rui Miguel Godinho, Sara Azevedo Santos, Susete Henriques, Susana Salvador e Vítor Moita Cordeiro **Revisão** Adelaide Cabral **Arte** Eva Almeida e António Mateus (coordenadores), Fernando Almeida, João Coelho **Digitalização** Nuno Espada **Dinheiro Vivo** Bruno Contreiras Mateus (diretor) **Evasões** Pedro Lucas (coordenação) **Notícias Magazine** Inês Cardoso (diretora) **Conselho de Redação** Ana Meireles, César Avó, Fernanda Câncio e Sofia Fonseca **Secretaria de redação** Carla Lopes (coordenadora) e Susana Rocha Alves **E-mail geral da redação** dnot@dn.pt **E-mail geral da publicidade** dnpub@dn.pt **Contactos** RuaTomás da Fonseca, Torre E, 5.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 515; Rua de Gonçalo Cristóvão, 195, 5.º – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100; Rua João Machado, 19, 2.ºA – 3000-226 Coimbra. Tel.: Redação: 961 663 378; Publicidade: 969 105 615. Estatuto editorial disponível em www.dn.pt. Tiragem média de Fevereiro 2024: 6 084 exps.

PORTUGAL HÁ 50 ANOS

O que era a vida quotidiana dos portugueses há meio século, antes do 25 de Abril? O que faziam e como recordam hoje esse tempo em que eram jovens e o país era velho. E como esse mundo era retratado nas páginas do DN da época. Visado pela censura.

No DN

A BARRAGEM DA AGUIEIRA
AO REGULARIZAR O CURSO DO MONDEGO
BENEFICIARÁ DOIS MILHÕES DE PESSOAS

O CHEFE DO ESTADO VISITOU AS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO GRANDIOSO EMPREENDIMENTO QUE CUSTARÁ 2,4 MILHÕES DE CONTOS E ESTARÁ CONCLUÍDO EM 1979

MARCELLO CAETANO
agradece à Universidade de Luanda o título de Doutor «Honoris Causa»

OS "PRISIONEIROS" DA PRIMEIRA VOLTA

A SEPARAÇÃO DAS FORÇAS NO GOLÃ
UMA MISSÃO QUASE IMPOSSÍVEL PARA HENRY KISSINGER

«DEVEMOS ESTAR PREPARADOS PARA UMA NOVA GUERRA» —declarou Golda Meir

VISITA DE SURPRESA DE WILSON A BELFAST

O governo de Sua Majestade não permitirá que a violência saia vencedora —advertiu o primeiro-ministro britânico na Irlanda do Norte

O MINISTRO DO INTERIOR DEU POSSE NO PORTO

OBRAS **A barragem da Aguieira começava a ser construída, num empreendimento que teria um custo total de cerca de 2,4 milhões de contos. A tensão continuava no Médio Oriente e na Irlanda do Norte. Em Paris, falecia o dramaturgo Marcel Pagnol.**

Presidente visitava obras na Aguieira

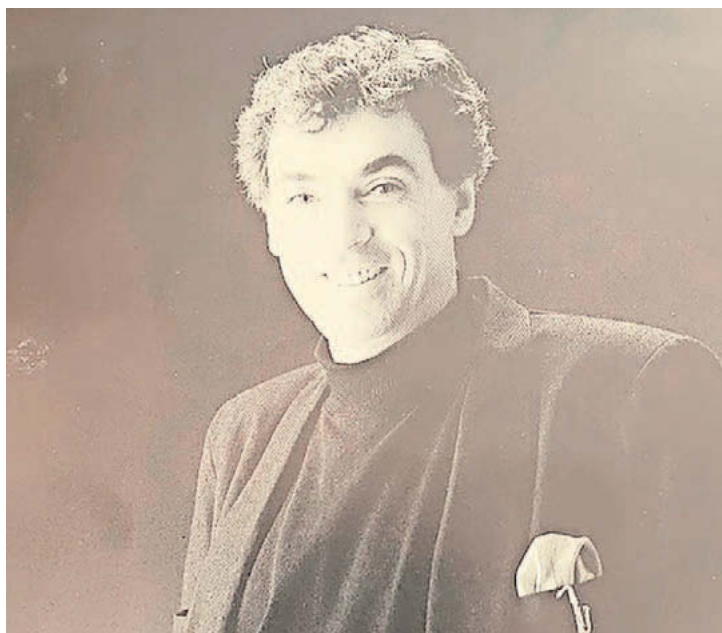
TEXTO **ISABEL LARANJO**

O aproveitamento das águas que confluíam do rio Dão com o Mondego já tinha um plano muito bem delineado: a construção da barragem da Aguieira. "A barragem da Aguieira ao regularizar o curso do Mondego beneficiará dois milhões de pessoas", titulava o DN. A notícia era encimada por uma fotografia, com uma vista geral, da visita do presidente Américo Thomaz às obras, então em curso. "O chefe de Estado visitou as obras de construção do empreendimento que custará 2,4 milhões de contos e estará concluído em 1979", podia ler-se, no pós-título. "O aproveitamento da Aguieira, localizada no rio Mondego, imediatamente a jusante da confluência do Dão, destina-se a fins múltiplos de produção de energia eléctrica, rega e regularização do caudal do Mondego, constituindo a obra mais importante deste plano", podia ler-se. "A barragem que terá uma altura de oitenta metros permitirá criar uma albufeira com cerca de 33 quilómetros de extensão no rio Mondego e mais de 20 quilómetros nos rios Dão e Criz, com uma capacidade de 350 milhões de metros cúbicos."

Entretanto, Marcello Caetano era homenageado em Angola, recendo o título de Doutor *Honoris Causa* pela Universidade de Luanda. Também nas colónias, apesar de o regime ter os dias contados, o Governo continuava a tomar medidas. Em Moçambique, por exemplo, tomaram posse os novos governadores dos distritos da Beira e da Ilha de Moçambique.

No Médio Oriente, Israel e a Síria continuavam a debater-se. "Devemos estar preparados para uma nova guerra", declarava Golda Meir, primeira-ministra israelita. Henry Kissinger, secretário de Estado norte-americano, continuava em conversações, com sírios e egípcios, com vista à resolução dos conflitos nesta região. "A separação das forças no Golã: Uma missão quase impossível para Henry Kissinger", titulava o DN. No Reino Unido, a tensão também tomava conta do país, na região da Irlanda do Norte. "Visita de surpresa de Wilson a Belfast: O governo de Sua Majestade não permitirá que a violência saia vencedora – advertiu o primeiro-ministro britânico na Irlanda do Norte", lia-se na primeira página do DN. A notícia da morte do dramaturgo Marcel Pagnol, em Paris, também merecia destaque.

Onde eu estava

Paulo de Carvalho nasceu em maio de 1947, em Lisboa. Cantor, músico e compositor, deu voz a uma das senhas da revolução – *E Depois do Adeus*.

Em abril de 1974 estava a viver uma fase feliz. Tinha acabado de vencer com *E Depois do Adeus* (letra de José Niza e música de José Calvário) o Festival da Canção, evento que teve lugar no dia 7 de março, no Teatro Maria Matos, em Lisboa.

Vencer o Festival significava uma boa dose de reconhecimento e muitos concertos garantidos. Preparava-me assim para um verão cheio.

Não que até então fosse um desconhecido. A música era há muito uma das minhas paixões. Em 1963, fora um dos fundadores dos Sheiks, uma banda de rock onde era baterista. Chamavam-nos os Beatles portugueses. Esse projeto de amigos seria interrompido pela minha chamada à tropa (três anos por Espinho, Lisboa e Figueira da Foz, na especialidade de transmissões de Infantaria). Mas em 1970, regressara à música e a uma carreira a solo, a convite de Pedro Osório, com *Corre Nina*. Até lá, não me apercebera da minha voz, confirmada em 1971 com um segundo lugar de *Flor sem Tempo*.

Porém, não sendo um desconhecido, *E Depois do Adeus* deu um rumo definitivo à minha carreira. Inclusivamente, a nível económico.

Em abril de 1974 vivia numa casa alugada na avenida de Roma, zona bem de uma cidade muito bonita, mais bonita do que é hoje. Solteiro, levantava-me muito tarde, e as tardes eram passadas no Vavá, café icónico das Avenidas Novas, onde paravam grandes nomes da música, do cinema e da cultura daqueles anos.

Fazia uma vida normal, andava na rua sem disfarces porque as pessoas abordavam-me educadamente. Jantava todos os dias fora (uma senhora limpava a casa duas vezes por semana) e ainda sem carro – comprei o primeiro, um Honda 600, em 1976 –, tinha dinheiro para andar de táxis todos os dias. E para vestir por medida, sempre fatos completos, sempre com sapato de pala, que uso até hoje.

"Só mais tarde percebi que *E Depois do Adeus* fora uma das senhas da revolução. A outra, *Grândola, Vila Morena*. Precisamente onde vou estar, com o meu filho, a celebrar em palco, de 24 para 25, os 50 anos desse dia magnífico."

No meio artístico, as pessoas eram mais coloridas. Mas, em geral, os lisboetas vestiam-se de forma descuidada e cinzenta. Quando com os Sheiks passei um mês em Paris, pude perceber o quanto estávamos longe de uma cidade a sério. Basta dizer que quando alguém da TAP trazia um disco de fora era uma festa. Ouvíamos até se gastar o disco.

Não gostava de dançar nem de beber álcool. Apenas sumo de laranja, natural ou Laranjina C, mas as noites eram regadas a uísque e sim, consumia-se drogas, outra coisa que nunca fiz, ainda que muita gente não acredite.

Em contrapartida namorava muito. Não com a liberdade de hoje, mas as raparigas tinham já alguma autodeterminação, sobretudo no meio que eu frequentava. Por exemplo, a minha namorada de então, Teresa Sacchetti, tinha liberdade para chegar tarde ou até mesmo para ficar fora de casa, talvez um caso particular por ser filha de uma mulher como era Rosa Lobato Faria.

A fama nunca me impressionou. O meu interesse era a música. Nunca tirei partido de ser conhecido. Se tivesse tirado, poderia estar rico.

Nasci na Maternidade Alfredo da Costa, em Lisboa, numa família remediada. A minha mãe era doméstica e o meu pai, *barman* em barcos de passageiros e carga, vinha a casa duas vezes por ano – no verão e no Natal. Estudei na escola comercial à noite, depois de ter feito os primeiros anos na Eugénio dos Santos, em Alvalade. Fui paquete numa companhia de seguros. Quanto à fama, era a possível numa altura sem redes sociais. Havia as revistas *Plateia* e a *Flama*.

Na noite do 24 de abril, estava à porta do Vavá com um amigo, no carro dele, a conversar. Cerca das duas da manhã fui para casa. À hora de almoço do dia seguinte, a Teresa passou lá em casa. Disse-me que havia um golpe de Estado. "Para melhor ou para pior?", perguntei. Ainda não se sabia. De qualquer maneira fomos de imediato para a rua.

Só mais tarde percebi que *E Depois do Adeus* fora uma das senhas da revolução. A outra, *Grândola, Vila Morena*. Precisamente onde vou estar, com o meu filho, a celebrar em palco, de 24 para 25, os 50 anos desse dia magnífico.

Depoimento recolhido por Alexandra Tavares-Teles

Mónica Quintela

"O enriquecimento ilícito está para o combate à corrupção como a castração química para os crimes sexuais. Não adianta"

ENTREVISTA DN/TSF Mónica Quintela é advogada, foi deputada do PSD e porta-voz para a Justiça durante a liderança de Rui Rio. No Parlamento coordenou a representação do partido na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Nas eleições de março ficou de fora das listas do PSD. Continua a ser uma voz ativa e assertiva nesta matéria.

ENTREVISTA **VALENTINA MARCELINO E NUNO DOMINGUES (TSF)**
FOTOS **LEONARDO NEGRÃO/GLOBAL IMAGENS**

A reforma da Justiça sempre foi uma prioridade de Rui Rio enquanto presidente do PSD, quando era o maior partido da oposição. Do que já leu do programa do Governo para a Justiça acha que esse caminho começou a ser feito da melhor forma?
A reforma da Justiça é uma necessidade estrutural para o país. Há muitos anos que devia ter sido feita e não tem havido vontade política e também o próprio sistema de Justiça contribui para isso. Porque os atores da Justiça vão perpetuando muitas vezes hábitos, rituais, práxis que estão acostumados e são muito difíceis à mudança. O programa do governo tem essencialmente normas programáticas de onde não se consegue perceber o que é que em concreto pretendem fazer. Muitas das normas que estão lá já transitaram do programa anterior do PSD, onde colaborei na sua realização para as anteriores eleições, quer em 2019, quer em 2022. Tem algumas medidas novas com as quais concordo, tem outras com as quais sempre discordei, como a questão da criminalização do enriquecimento injustificado. Se bem que houve já aqui um avanço, porque no programa consta que, caso não seja possível legislar de forma a ter o acordo do Tribunal Constitucional (que já chumbou duas vezes), poderiam criar uma ação para a extinção do domínio. Esta ação para a extinção do domínio é um instituto do direito brasileiro e que já existe no direito português, que é a perda ampliada de bens. Portanto, não percebo muito bem nessa parte em que é que o Governo diz que irá criar uma coisa que já existe.

Porque se opõe a esta criminalização?
Costumo dizer que a figura do enriquecimento ilícito, que considero uma figura demagógica, está para a criminalidade económico-financeira, para a corrupção, como a castração química está para a criminalidade sexual. É inconstitucional e não resolve o problema. Acho que todas as pessoas que estão no terreno, todas as pessoas que conhecem o funcionamento dos tribunais, que conhecem a investigação criminal, sabem isso. O Tribunal Constitucional foi claro. Temos a violação do princípio da proporcionalidade, porque há ausência de um bem jurídico concretamente a proteger. Temos a violação do princípio da legalidade, porque não identifica a ação ou omissão concreta que se pretende incriminar. E depois temos a violação do princípio da presunção de inocência, sacrificando tríptico garantístico do princípio da presunção de inocência, com os seus derivantes do *in dubio pro reo* do direito ao silêncio e direito à não autoincriminação.

Esta inversão do ónus da prova é um facilitismo a quem tem de fazer a investigação?
Claramente. E é um retrocesso civilizacional muito grande, é voltar quase às ordálias em termos de processo penal. Pergunto, porque é que na corrupção económico-financeira, o cidadão, o arguido, o suspeito, é que terá de provar que não praticou um crime? Além de ser inconstitucional, é a subversão total do sistema penal, do sistema criminal e do nosso ordenamento jurídico. Para o enriquecimento injustificado ou ilícito, como se lhe queira chamar, passar no Tribunal Constitucional, é preciso que a nossa Constituição de 1976, com as revisões subsequentes, dê uma volta e fique de pernas para o ar.

Mas esta é daquelas que pode passar em termos de revisão constitucional, se for o caso disso, porque pode ser feita uma maioria qualificada para aprovar isto, com o Chega e o PSD pelo menos.
Isso pode, a nossa Constituição, pode ficar de pernas para o ar. Agora, isso é a subversão e a inversão total dos nossos princípios de direito criminal, designadamente do princípio da legalidade, do princípio da proporcionalidade. Todos aqueles princípios que informam a nossa ordem jurídica e que dão sustentáculo, garante e estribam os direitos, liberdades e garantias. Há determinados caminhos que não podem ser trilhados, portanto, não acredito que se vá revogar princípios que estão consolidados e que são basilares. Nós temos uma grande tradição jurídica, mesmo em termos de doutrina, muito importante no âmbito de trilhar o caminho dos direitos, liberdades e garantias dos direitos fundamentais. Seria muito mau para o nosso sistema jurídico.

> *"A nossa Constituição, pode ficar de pernas para o ar. Há caminhos que não podem ser trilhados. Não acredito que se vá revogar princípios que estão consolidados e que são basilares."*

E destas medidas que estão no programa do Governo, quais é que identifica que possam representar resultados visíveis no combate à corrupção?
Vária medidas do programa do Governo já estão plasmadas no ordenamento jurídico. Recordo aqui a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, que foi aprovada no Parlamento em 2021 que conheço perfeitamente pois fui uma das legisladoras por parte do PSD, no âmbito da qual houve

muitas medidas que aprovámos e que foram fundamentais. Como, por exemplo, o aprimorar o conceito do funcionário, o dar sequência às recomendações de organismos internacionais, como o Greco, a OCDE, as Nações Unidas. Quando, por exemplo, criminalizámos o tráfico de influência ativo para ato lícito, que era uma coisa que não existia, que era uma das recomendações do Greco. Portanto, temos um ordenamento jurídico dotado de belíssimas leis. Temos é um problema de execução das leis. E depois temos o problema de os meios para as leis saírem do papel. E de os atores jurídicos, seja Ministério Público, seja magistrados judiciais, sejam polícias, incorporarem essas novas medidas e passá-las à prática.

Mas qual é o problema principal? É a falta de vontade desses atores ou é a falta de meios?

Mexer na justiça, chamemos-lhe assim, é particularmente difícil porque há uma conjugação de fatores, que seja a própria corporalização das profissões jurídicas, todas elas muito arraigadas aos seus rituais, às suas práticas. Se essas práticas forem alteradas, as leis podem ser implementadas também de forma diferente. Temos, por um lado, uma cultura jurídica muito conservadora, ainda muito saída, do um Estado Novo. Não houve muitas alterações na justiça após o 25 de Abril. Não sei se muitas pessoas têm essa noção. Quer dizer, as principais alterações foram as mulheres que passaram a poder aceder à magistratura. Depois houve um instrumento fundamental que foi a Constituição de 1976, com as alterações em termos do Direito de Família ao Código Civil em 1977 em que a mulher deixou de estar subjugada, como estava até então, ao "chefe de família" – a mulher tinha que pedir autorização, pasme-se, ao marido para viajar para o estrangeiro, para trabalhar, o marido seria sempre o encarregado de educação dos filhos. Havia um autoritarismo muito presente, com uma desigualdade de género e uma misoginia muito presente no nosso Código Civil, que só foi alterado em 1977. Essa é efetivamente uma alteração legislativa que aconteceu com o 25 de Abril, e muito bem. No Código Penal, até 1982, no homicídio em virtude de adultério, havia atenuantes a favor do homem por se chamar os chamados crimes de honra. Só em 1995 é que houve uma alteração, que do meu ponto de vista foi o virar da página no olhar que a sociedade e o ordenamento jurídico têm – se bem que ainda não passou totalmente ao papel em termos de cultura judicial – quanto a liberdade sexual que passou a ser erigida em termos de bem jurídico protegido e os crimes de violação e toda a criminalidade sexual passaram ser encarados de outra forma. Pelo menos passou a ser legislado porque há sempre as cotadas do macho latino e, enfim, o cacete com pregos daquele acórdão do desembargador Neto Moura…

Mas isso são leis. E a cultura de funcionamento dos tribunais?

Não, isto não são leis, isto é a aplicação da lei. A lei já não diz isto, mas a cultura da aplicação da lei fez com que fossem proferidos estes acórdãos, mesmo quando a lei já não diz isto.

As leis já mudaram, mas a cultura de funcionamento dos tribunais não mudou, é isso que está a dizer?

Não mudou, é uma transformação lenta. Ou seja, há uma conjugação de fatores que torna difícil, efetivamente, uma mudança na justiça.

E são os atores?

Os atores, a cultura e a falta de vontade política. Porque como há uma resistência, sempre, dos atores a introduzir mudanças, porque está tudo muito nas suas quintinhas, há também uma falta de vontade política. Podia dizer que a Justiça é o parente pobre, mas nem sei se é o pobre se é o temível, mas sei é que tem estado relegada para um plano absolutamente secundário e não tem havido uma reforma, uma transformação da Justiça. Aquilo que tem havido é uma gestão. Uma gestão corrente, quase de mercearia da Justiça, quase uma gestão corrente da Justiça, e impõe-se que haja efetivamente uma transformação, uma reforma estrutural da justiça. Isto mexe com a cultura dos tribunais, dos DIAP, da investigação criminal, mexe com uma série de coisas e mexe com a vontade política. Porque aquilo que menos precisamos são leis.

E isso vale no que diz respeito aos direitos das mulheres como também no combate à corrupção de que estamos a falar.

Exatamente.

Ou seja, no fundo, é essa estagnação que existe a nível de mentalidade dos atores da justiça.

Exatamente. Veja-se a jurisdição administrativa e fiscal. As pessoas pensam o que é que isto tem a ver com a corrupção e com os tribunais criminais? Tem tudo a ver. Se um cidadão para ir buscar uma licença à câmara, resolver qualquer problema da sua vida em que a parte contrária é a administração central ou local, portanto é o Estado, tem tudo a ver com o tribunal administrativo. Se o cidadão pensa assim, bom, em vez de demorar aqui quatro ou cinco anos para resolver um problema aos balcões e depois 15 ou 20 anos num processo nos tribunais, se calhar consigo chegar lá de outra maneira. E é aqui que entra a corrupção. Quando há bocado me perguntava sobre perspetivas para debelar e para combater quer a corrupção real, quer a perceção da corrupção, é a transparência. A jurisdição administrativa e fiscal a funcionar em pleno, porque não funciona. Quando lhe digo a funcionar é porque ela está paralisada. Tenho processos gravíssimos de negligência médica em que morreram pessoas com mais de 20 anos à espera, que é uma coisa absolutamente inimaginável. Portanto, o cidadão desespera. Desespera, isto já não é justiça, isto é denegação de justiça. E, portanto, toda esta parte é muito importante para o combate à corrupção. O combate à corrupção, como é que se faz? Prevenção. Como é que se previne? Educando as pessoas e alertando e denunciando as situações, dando exemplos. E o Governo até fala disso no seu programa, . que já era uma coisa que vinha dos programas de trás, a prevenção e a educação no combate à corrupção e depois uma repressão que só pode ser feita com a eficácia da investigação criminal. O combate à corrupção é feito com a eficácia no terreno e têm de ser dotados de meios os órgãos de polícia criminal, todos eles, e também o Ministério Público (MP), e tem de haver uma articulação muito melhor. Quando falo de meios, falo de recursos humanos e sobretudo de perícias técnicas, porque a criminalidade económico-financeira faz-se muito à base da análise de perícias técnicas, análise contabilística, análise de estratos comerciais, ou seja, há um conjunto de operações comerciais e civis, de engenharias jurídicas que estão metidas na corrupção e na criminalidade económico-financeira e que é preciso que quem esteja a ver tenha uma visão global do ordenamento jurídico e que não pense só no tipo legal de crime, como ele está plasmado no Código Penal ou na legislação conexa. Não é aceitável que se estejam anos à espera de uma perícia informática, não é aceitável o que se está a passar, por exemplo, no processo *Marquês* ou no processo *BES*, que são dois processos que têm contaminado completamente todo o ordenamento jurídico. Espero que, porque estou convencida que muitos dos crimes irão prescrever, a solução do poder político não seja ir legislar em cima da perda do caso. Em cima do joelho, a quente, como aconteceu com as alterações que foram feitas no pós-processo *Casa Pia* e que resultem e redundem numa preterição dos direitos de garantia do cidadão.

> *"Se o cidadão pensa que, em vez de demorar quatro ou cinco anos para resolver um problema aos balcões e depois 15 ou 20 anos nos tribunais, consegue chegar lá de outra maneira, é aqui que entra a corrupção."*

Presumo que, pelo que tem estado a dizer, as iniciativas do ministro Pedro Duarte e da ministra da Justiça, Rita Júdice, de ouvir os partidos, sejam infrutíferas?

Penso que o PSD deve ter o seu programa e deve ouvir os outros partidos. Não somos os donos da sabedoria e de todos os quadrantes poderão ouvir boas ideias e conhecimento.

continua na página seguinte »

» continuação da página anterior

Mas a ideia é de que nos próximos 60 dias digam lá o que pensam sobre isto que é para nós, eventualmente, mudarmos de ideias é um bocadinho uma perda de tempo porque já está tudo mais do que diagnosticado.
Está tudo diagnosticado. Toda a gente sabe o que é que as forças políticas pensam sobre todas aquelas matérias. Vi que uma das propostas do Governo tem a ver com acabar ou mitigar, não sei dizer com precisão a expressão, com os megaprocessos. Todos nós estamos de acordo, só que isso já está na lei. Em 2021 fizemos as alterações às regras de separação e de conexão dos processos. O MP já tem todos os instrumentos que lhe permitem fatiar os processos em vez de estar a fazer megaprocessos que são ingeríveis, que dão uma perceção muito má ao público. Porque o público o que é que pensa? Estes megaprocessos, regra geral, têm a ver com pessoas com visibilidade e as pessoas pensam – lá estamos na perceção –, os poderosos safam-se, os bons advogados utilizam expedientes dilatórios, são recursos atrás de recursos e depois vamos a ver, e quando analisamos os processos que causam esta perceção e esta ideia, todos estes processos têm tramitação processual anormal. Por exemplo, o que acontece no processo *Marquês* não acontece em mais processo nenhum. Estes prazos não estão no Código de Processo Penal. Ou seja, em milhares de processos que todos os dias tramitam nos DIAP e nos tribunais, não há nenhum como o *Marquês*. Portanto, não podemos legislar porque aconteceu uma excrescência que a ordem jurídica não soube resolver e que não soube de maneira nenhuma controlar. Vimos isto agora a propósito da *Operação Influencer*, não se percebe porque é que desde o princípio não foram separados. Pode ser julgado um a um com muita mais eficácia e com uma dignificação da imagem da justiça completamente diferente.
Os novos presidentes do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (Paulo Lona) e da Associação de Juízes (Nuno Matos) defendem uma revisão e até mesmo uma extinção desta fase de instrução, alegando que, em termos gerais, só servia para atrasar os processos... Não podia haver alguma alteração, nem que fosse cirúrgica, para mitigar essa perceção de que só serve para atrasar?
Se a instrução for feita como está prevista no Código de Processo Penal, não tem problema nenhum. Até porque é raríssimo na vida real, em 99% dos casos, requerer-se a abertura da instrução. Porque os advogados sabem que os juízes podem indeferir a produção de prova que já esteja no processo e essas decisões não são suscetíveis de recurso. Portanto, não têm interesse em estar a abrir o jogo da defesa, em estar a mostrar o que é que vão fazer em julgamento. A instrução só se coloca nestes processos que têm visibilidade. E por isso é que temo que estes processos vão contaminar uma coisa que está bem e que funciona bem no dia a dia. Agora, os magistrados não têm prazos perentórios, têm prazos meramente indicativos. Uma das propostas que está no programa do governo, que já vinha de trás, é que passem a cumprir os prazos. Claro que isso vai ter de levar depois à contingentação dos processos, porque para cumprir os prazos cada juiz e cada procurador tem de ter um número confortável de processos para os poder cumprir. Não é estarem afundados em processos e ter de cumprir os prazos, porque senão depois prejudica-se a qualidade e isso não pode ser de maneira nenhuma. Porque depressa e bem, não há quem.
Nunca deixou de ser advogada, mesmo enquanto foi deputada. Tem uma perceção muito real daquilo que é o funcionamento da justiça dos tribunais. Houve um momento no Parlamento em que pediu um agendamento potestativo da Justiça e fez um retrato, diria, muito negativo da forma como o caos estava instalado nos tribunais. O que lhe queríamos perguntar era se mantém a frase, se resta aos cidadãos fazerem justiça pelas próprias mãos, face a este fracasso da Justiça?
Disse isso, mas não nesse contexto. Portanto, isso foi um agendamento potestativo em abril de 2023. Nessa minha intervenção corro as várias áreas da justiça, falo desde a questão da paralisação dos tribunais administrativos e fiscais, falo, inclusive, dos registos e notariados com conservatórias que nem sequer abriam, tínhamos o protesto todo dos oficiais de registo. A senhora ministra da Justiça à data, a doutora Catarina Castro, nem sequer se fez representar, não esteve presente no Parlamento, o que acho que é muito mau, porque os ministros devem dar a cara e devem ir ali responder. A cadeira ficou vazia, isso foi uma coisa que na altura achei que estava mal porque devia ter dado a cara. E estávamos em plena greve dos funcionários judiciais. Ou seja, naquela data já havia muitos julgamentos e diligências que tinham sido adiados. E aí a senhora ministra não revelou nenhuma aptidão para resolver o que quer que fosse. Sou advogada há 32 anos e quando me perguntam o que precisam de fazer, porque não é lícito o recurso à ação direta, a pessoa não pode fazer justiça pelas suas próprias mãos, e eu digo que tem de se dar entrada, por exemplo, com o no processo tribunal administrativo e tributário, e perguntam-me se resolvo a situação rápido. Mas depois tenho de dizer às pessoas que podem ter de esperar muito tempo e elas vão vendo o tempo passar e ficam desesperadas. Nos tribunais de família e menores a mesma coisa, nos criminais a mesma coisa. O queixoso, a vítima, o assistente, desespera e arrepela os cabelos, porque são anos e anos e anos sem que a justiça seja feita, portanto, o retrato da justiça efetivamente é um retrato negro. E sendo a Justiça uma função de soberania do Estado e o Estado falha, o que é que resta ao cidadão? Não pode ir fazer justiça pelas suas próprias mãos, portanto, o que é que há? Denegação de justiça. A pessoa fica cortada no seu direito de aceder à justiça. A imobilização que está a acontecer nos tribunais está a consubstanciar uma denegação de justiça. As pessoas ficam desesperadas porque não têm forma de resolver, porque são anos e anos e anos e custas judiciais altíssimas. O acesso ao direito para quem não tem possibilidades, nenhumas, nenhumas, portanto, as regras do acesso ao direito têm de ser alteradas. Perdi a conta às vezes que disse isso, mas o regulamento das custas tem de ser revisto e tem de se baixar de forma comportável, adequado a um país como o nosso, que é um país pobre. Basta ver o índice de pobreza. Portanto, esta justiça tem que acessível ao cidadão. O cidadão tem de poder aceder à justiça. Portanto, é nesta medida. Tive muita pena de traçar este quadro. Porque é que o tracei? Porque conheço os tribunais e sei que corresponde. E desafio as pessoas a falar com todas as pessoas, ou com a esmagadora maioria dos cidadãos que recorreram à justiça, e essas pessoas relatam-lhes, mesmo que tenham obtido ganho de causa, ou seja, mesmo que tenham ganho a ação, mostram-se, a maioria das vezes, insatisfeitas. A Justiça não é para servir as pessoas que lá trabalham, a Justiça é para servir as populações. É o acesso, é para fazer justiça, é para regular a paz social. A justiça existe para regular as tensões, para normatizar e para dar uma dimensão social à sociedade. E não se pode perder este norte, isto para mim é absolutamente claro. E o Estado tem-se demitido do exercício das suas funções, porque está em gestão. Já nem falo dos edifícios nem nada, falo da falta de decisões atempadas na vida das pessoas, com grande repercussão na vida das pessoas.
Tem havido muitos casos recentes que cruzam política com justiça e com comunicação social. Já falámos aqui hoje que é um indivíduo é inocente até prova em contrário. Mas também podemos pensar que à luz atual é culpado mesmo que consiga provar a inocência, porque mesmo depois de absolvido acaba por ficar com uma aura em cima. Tivemos um caso agora recente de um primeiro-ministro que ainda não está resolvido. Temos outro na Madeira que envolve vários atores, seja na área da economia, seja no próprio Governo Regional. Já nos últimos dias com o novo Governo há alguns casos com o ministro das infraestruturas e também agora uma assessora do Governo. Estamos perante esta situação? Culpado mesmo com prova em contrário?
A pergunta que me coloca é extraordinariamente interessante, porque tenho dito muitas vezes que era importante haver uma reflexão, uma ponderação muito grande em termos de sociedade e em dos decisores sobre aquilo que se pretende efetivamente fazer. O que é, pergunto, ou onde é que fica o princípio da presunção de inocência? Qual é o poder? O poder é o poder que o MP também tem para afastar pessoas de ocupar determinados cargos públicos. Não estou a dizer que o MP tenha sido essa a pretensão, mas a forma como está a ser entendido tem sido essa. Basta haver, por exemplo, uma denúncia. Mas se temos uma denúncia anónima e a seguir perguntamos se fulano está a ser investigado e depois, se for replicado nos órgãos de comunicação social, essa pessoa fica com o estigma. Houve casos, como Miguel Macedo ou Azeredo Lopes, que foram absolvidos, mas em termos de senso comum, foram absolvidos porque são poderosos, porque não se provou, ou porque não há fumo sem fogo. E a absolvição não tem a mesma visibilidade que têm os pelourinhos da praça pública e isso é uma coisa que me incomoda. Portanto, acho que tem de ser feita uma ponderação muito grande, a saber os princípios da ética republicana, os princípios da transparência, os princípios também da mulher de César, que também aqui conta. É muito importante que tenhamos uma visão de seriedade e de escrutínio para o cidadão, mas temos de perceber se aquilo que está a acontecer é lícito. Ou seja, por exemplo, na *Operação Influencer*, um primeiro-ministro com uma maioria absoluta demitiu-se no âmbito de uma insurreição. Decorridos mais de cinco meses não foi sequer chamado, não obstante ter requerido no âmbito de leis processuais que também já o permitem. Ouvi no outro dia na televisão que ele gostaria e seria visto com muito bons olhos, até ir para a União Europeia, mas só se o processo estivesse resolvido até junho. E isto frustra-me muito. Não pode haver poderes sem escrutínio. Essa prestação de contas tem de existir, portanto, temos de perceber o que é que está a acontecer, porque não se percebe. Repare, quando são dadas à estampa estas notícias, já para não falar na violação de segredo de Justiça, é suposto que a investigação esteja muito avançada e que esteja a ponto de se poder notificar a parte para se prestar a interrogatório. E se houver fortes indícios ser constituído arguido e depois, porque é a última parte do inquérito, são vistas as provas todas e depois é constituído arguido se houver fortes indícios. Não se pode, do meu ponto de vista, andar aí a apregoar que A, B ou C é suspeito, é arguido e depois não temos consequências a não ser queimar o bom nome. Há um tempo para a Justiça, a senhora procuradora-geral da República referiu isso, só que o tempo da Justiça não pode ser o tempo para a justiça. O tempo para a justiça é o tempo de destruição da vida dos cidadãos, isso não é justiça, isso é tudo menos justiça, isto é prepotência, é arrogância. E não podemos aceitar, ou seja, tem de haver prestação de contas e as coisas têm de ser feitas de forma que o cidadão que está inocente veja rapidamente desfeitas e desvanecidas as suspeitas que sobre si impendem e que o cidadão que é culpado seja rapidamente submetido a julgamento. Sempre, sem preterição das garantias de defesa para que possa depois ser feita

"Não podemos legislar porque aconteceu uma excrescência que a ordem jurídica não soube resolver e que não soube de maneira nenhuma controlar. Vimos isto agora a propósito da Operação Influencer."

a justiça. Até porque, repare, estas pessoas têm família à volta. Imagino, todos somos pessoas, todos temos família, imagino o que é que os filhos, os maridos, as mulheres, os pais, sentem ao ver o bom nome referido dessa maneira e muitas vezes empolado.

Como é que olha para o Parlamento atual e se está satisfeita com a maioria de direita e se conta ou não com aqueles 50 deputados do Chega para essa maioria de direita?

Olho com tristeza. E olho com tristeza porquê? Porque o PSD ganhou as eleições e fiquei felicíssima, obviamente, porque ao fim deste ciclo do PS no Governo entendo que não fizeram aquilo que se impunha, que tinham todas as condições para o fazer e que impõe-se virar a página. É preciso ter esperança, é preciso ter esperança no futuro, portanto, acho que o PSD consubstancia essa esperança. Mas quando vi a margem, porque ficou sensivelmente 50 mil votos de diferença do PS, fico triste porque acho que com as atuais circunstâncias políticas que antecederam e que estiveram presentes na eleição das legislativas, era suposto que o PSD obtivesse um resultado muito mais robusto. Além de ir em coligação, portanto, tinha aqui também os votos do CDS e elegeu dois deputados do CDS e, de resto, mantém os 78 iguais ao do PS. Acho que o PS apesar de ter perdido muitos, se calhar regressou mais ou menos ao seu volume normal, porque tinha tido uma maioria absoluta anormal por circunstâncias diferentes nas anteriores eleições, mas desta vez tendo um governo implodido por dentro, com um primeiro-ministro, mal ou bem – agora falamos outra vez da perceção pública – que se demitiu por casos e casinhos, portanto, um desgaste terrível que o governo teve. Perdi a conta às pessoas que saíram e entraram. O Governo tinha todas as condições, tinha dinheiro, tinha o PRR, tinha maioria absoluta, tinha tudo para alavancar o país e nada fez e estas eleições decorrem exatamente nesta derrocada em que o cidadão se confrontou com o facto de o PS não ter feito nada e o PSD, infelizmente, não conseguiu capitalizar estes votos para si. Vê-se numa situação em que está ali completamente trilhado no meio das várias forças políticas, em que por si só, sozinho, não vai a lado nenhum e, portanto, obriga a um jogo de cintura e a umas negociações muito contínuas, intensas e que não sei, enfim, vamos ver o futuro, o que é que vai acontecer e se vamos chegar a bom porto, porque me parece que se está uma situação política muito instável em termos do Parlamento. Portanto, não gosto, claramente, não gosto desta configuração do Parlamento.

> *"Com as atuais circunstâncias políticas que antecederam e que estiveram presentes na eleição das legislativas, era suposto que o PSD obtivesse um resultado muito mais robusto."*

E deve abrir as portas ao Chega?

Sou uma moderada, sou uma social-democrata, acredito na política personalista, humanista, na social-democracia. Discordo de tudo o que seja extremo, os extremos não gosto. Acho que no equilíbrio, no bom senso, na sensatez, na moderação é que está o caminho e é essa a força que temos e ao Governo cabe conduzir um povo, conduzir uma nação, mesmo na forma de condução do povo, não é no exacerbar dos ódios, das desavenças, do apontar o que está mal de uma nação, não é no exacerbar de uma forma absolutamente exacerbada que se faz este caminho, não. E é perigoso, porque vemos o que é que está a acontecer lá fora com a extrema-direita. Também a história nos diz o que é que aconteceu com a extrema-esquerda. Portanto, no centro, acho que na social-democracia, que é a minha família, é aí que procuro que as soluções sejam encontradas.

Surpreendeu-a as intervenções públicas recentes de Pedro Passos Coelho?

O doutor Pedro Passos Coelho, de resto como ele disse, tem todo o direito de expressar a sua opinião. Posso discordar das opiniões de uma pessoa e discordo de muitas, como muitos discordaram das minhas. Portanto, acho que tem todo o direito de expressar a sua opinião e de falar, isto não há censura, quando muito bem entende. Portanto, a pergunta que me faz é no âmbito de um dever de lealdade para com o PSD. Ou seja, quando se pergunta se alguém diz determinadas coisas e num determinado momento político, isto tem a ver sobretudo com o partido que está no governo e se essas declarações e esse tempo político, esse *timing*, podem ter repercussões no exercício da governação que está em curso. O doutor Passos Coelho expressou bem as discordâncias que tem relativamente à atual direção do PSD e ao Governo que está constituído e tem todo o direito de as fazer. Se me surpreendeu, não me surpreendeu, penso que vem muito na linha do que é a política do doutor Passos Coelho.

Vem na linha ou nota uma evolução?

Nunca o tinha ouvido falar sobre estas questões da família e ele não escreveu nenhum texto. Presumo, quero presumir, que ele não subscreva de forma alguma o estatuto da mulher doméstica, não é? Portanto, acho que não pode um social-democrata pôr em causa a igualdade entre os seres humanos Homem e mulher são seres humanos absolutamente iguais. Tem sido uma luta que temos travado ao longo de séculos, no âmbito da qual as conquistas que foram sendo feitas têm custado sangue, têm sido muito difíceis. Sabendo o esforço que todas as mulheres fazem para trabalhar, porque ainda estão muito oneradas para gerir as casas, gerir os filhos, virem agora quase como aquele estatuto do Bolsonaro... Se a memória não me falha, tinham um Ministério do Lar, uma coisa absolutamente extraordinária, por inacreditável, por aberrante, para a mulher doméstica. É uma coisa que considero um retrocesso civilizacional enorme. É evidente que as mulheres podem ficar em casa se assim quiserem, mas desaconselho vivamente que o façam. E agora aqui é a advogada a falar e vou dizer-lhe porquê. Perdi a conta aos divórcios que fiz em que as mulheres ficaram numa posição absolutamente secundária e menorizada porque não trabalhavam, ou seja, tinham estado a criar os filhos, cozinhavam, tratavam dos idosos. Claro que isto da mulher em casa resolve um problema que é do Estado, que é a falta das creches e dos lares de idosos. A mulher trata. Trata das crianças e trata dos idosos, só que não trata da própria. E quando o marido se quiser divorciar, não só o marido tem um problema grande, porque voltamos aos divórcios antes de 2008 que eram divórcios de faca na liga, a expressão é esta, porque eram terríveis, porque teria sempre de se manter um nível de vida. Era mau, é mau para o homem e é muito mau para a mulher e é péssimo para os filhos. Portanto, isto não pode de maneira nenhuma acontecer. Ou seja, a mulher tem de ser absolutamente, tal como o homem, o ser humano tem de ser economicamente independente. E pode-se dizer que ficam apenas uns anos em casa a tratar dos filhos e recebem um subsídio. Não é só essa questão, não se resolve com o subsídio. Porque há uma progressão na carreira, ou seja, a pessoa que está em casa depois acaba por ficar com um sacrifício muito grande. E louvo e presto uma homenagem a todas as mulheres – a minha mãe esteve sempre em casa, nunca trabalhou fora de casa – a todas as mulheres que se sacrificaram, em prol da família. Mas o tempo mudou. O tempo já não é este de maneira nenhuma. Por isso, penso que o doutor Pedro Passos Coelho não subscreverá o que disse, penso que foi o doutor Paulo Otero, que as mulheres tinham mais apetência para determinadas funções. Essa frase só me merece um sorriso sarcástico. E perguntava-lhe se é isso que pretenderia para uma filha dele e se um dia mais tarde visse uma filha dependente economicamente de um marido, um marido que até se podia dar ao luxo de ter outras terceiras pessoas por fora, porque a mulher não pode sequer discordar disso. Ou seja, a independência económica é absolutamente fundamental e as mulheres não podem nunca abdicar dela.

> *"Perdi a conta aos divórcios que fiz em que as mulheres ficaram numa posição absolutamente secundária e menorizada porque não trabalhavam, ou seja, tinham estado a criar os filhos, cozinhavam, tratavam dos idosos."*

Pretende continuar ativa na política e contribuir para o PSD?

Claro, estarei sempre disponível. Primeiro para ter uma colaboração cívica e de cidadania, porque acho que é importante, não nos devemos demitir de nos pronunciarmos e sobretudo se formos chamados a pronunciarmos. Acho que é um dever que temos para com a sociedade, participar na vida pública e isso devia ser muito imbuído nos jovens, desde a mais tenra infância, até com prevenção da corrupção. Saber o que é a vida pública e saber que a vida pública não é só entrar nas juventudes para depois virem até determinados lugares.

Veja o vídeo em dn.pt/dntv

Joaquim Miranda Sarmento (ministro das Finanças), Pedro Duarte (Assuntos Parlamentares) e Luís Montenegro (primeiro-ministro) durante o debate do Programa do Governo.

JOSÉ SENA GOULÃO / LUSA

Com uma redução já atualmente em vigor, o Governo terá de reduzir mais do que esperava no IRS. E o alívio pode chegar aos 309 milhões de euros.

IRS muda até ao oitavo escalão

IMPOSTOS Os valores concretos da redução fiscal são conhecidos hoje, após a aprovação do pacote em Conselho de Ministros. A oposição, já se sabe, vai apresentar propostas para alterar as medidas do Executivo.

TEXTO **RUI MIGUEL GODINHO**

Só hoje ficará desfeita a dúvida sobre quanto é, ao certo, o valor da redução de IRS que o Governo vai operar. Inicialmente, pensava-se que, com o Orçamento do Estado para 2024 já vigorasse uma redução de 1327 milhões de euros. Todavia, pode não ser assim e o valor, segundo disse Pedro Duarte, ministro dos Assuntos Parlamentares, esse montante será afinal de 1191 milhões.

No debate de urgência sobre o tema (que aconteceu na passada quarta-feira), convocado pelo PS, Pedro Duarte explicou que os 1327 milhões de euros eram uma previsão de Fernando Medina, ex-ministro das Finanças, e que as estimativas do Governo (feitas desde que entrou em funções) apontam para os 1191 milhões.

Hoje, o Executivo reúne-se em Conselho de Ministros e, já se sabe, vai aprovar a proposta para mexer no IRS. Ao que tudo indica, o Governo vai revogar as tabelas de IRS em vigor. E para acomodar as suas propostas em relação àquilo que está em vigor, o Governo terá de baixar os valores em relação à proposta inicial (*ver caixa*).

Mas desde que os sociais-democratas anunciaram estas medidas (na Festa do Pontal, em agosto de 2023), o Governo do PS chumbou a proposta por duas vezes e aplicou uma redução das taxas de IRS nos primeiros cinco escalões, entre 1,25 e 3,5 pontos percentuais . Ora, olhando para o que propõe o PSD, isto vai obrigar o Governo a reduzir mais do que esperava, porque os segundo e terceiro escalões já pagam menos do que aquilo que os sociais-democratas propõem.

Não se sabe ao certo quanto valerão todos estes ajustes, mas, durante o debate, Pedro Duarte avançou com uma estimativa de 309 milhões de euros (em vez dos 173 milhões inicialmente anunciados pelo ministro das Finanças).

Questionado sobre isto, após a reunião do Conselho Europeu, o primeiro-ministro, Luís Montenegro, reiterou que foi sempre "claríssimo" e que hoje irá "densificar" a proposta, "depois da aprovação no Conselho de Ministros de toda essa matéria".

Quais as alterações propostas ao IRS?

A proposta inicial do Governo incide até ao 8.º escalão (há nove, atualmente). Eis os valores que estão em vigor e os propostos:

1.º escalão: 13,25% passaria para 13%;
2.º escalão: 18% passaria para 19%;
3.º escalão: 23% passaria para 23,5%;
4.º escalão: 26% passaria para 25,5%;
5.º escalão: 32,75% passaria para 32%;
6.º escalão: 37% passaria para 34%;
7.º escalão: 43,5% passaria para 43%;
8.º escalão: 45% passaria para 44,75%;
9.º escalão: 48% (inalterado).

Oposição critica e vai apresentar alterações

Na quarta-feira, o debate parlamentar ficou marcado pelas acusações da oposição, que voltou a falar num "embuste" e acusou o Governo de fazer uma proposta de IRS que, afinal, nada mais é do que "ficção".

Ainda sem conhecer a proposta final do Governo, o Chega anunciou ontem que, pelo menos, irá abster-se na votação do pacote fiscal (que será discutida em plenário na próxima semana, dia 24 de abril). André Ventura desafiou Montenegro a aceitar as medidas propostas pelo Chega e "não apenas de 200 milhões, porque isso é ridículo". E "era importante" que o Governo fizesse "um corte definitivo" com o PS. Ou então "fará um corte definitivo" com o Chega. Isto significa que se Luís Montenegro "quer governar com instrumentos legislativos do PS", como o Orçamento do Estado, "as pessoas acharão isso um pouco tonto" e, que se for assim, haver "diálogo legislativo" entre PSD e Chega não fará sentido. Em alternativa, Ventura voltou a pôr a pressão num Orçamento Retificativo.

Olhando-se para os programas eleitorais, podem tirar-se algumas ideias daquilo que, previsivelmente, serão as propostas de alteração. Entre outras, o PS propõe reduzir as taxas de IRS e a atualizar os limites dos escalões "de acordo com a taxa de inflação" e quer alargar o IRS Jovem "a todos" os jovens, independentemente do nível de escolaridade atingido.

À direita, a Iniciativa Liberal, por sua vez, defende a redução da "progressividade excessiva". E propõe uma taxa única de 15% aplicável aos rendimentos superiores ao salário mínimo, com manutenção das deduções à coleta e revogação dos regimes existentes que distinguem jovens de não jovens e residentes de não residentes. O Chega quer acabar com o atual sistema de taxas do IRS, substituindo-o por um modelo com duas taxas marginais: uma de 15%, até aos 39 999 euros, e outra de 30% a partir dos 30 mil euros, com isenção de IRS para quem recebe até mil euros mensais.

À esquerda, o Bloco quer atualizar na dedução específica, passando dos 4104 euros para 4686. E pretendem introduzir, ainda, o englobamento obrigatório de todos os rendimentos para quem está nos oitavo e nono escalões do IRS. O PCP também defende esta medida, quando os rendimentos superarem 80 mil euros/ano, bem como, por exemplo, o reforço da progressividade do imposto. O Livre pretende rever as taxas e os escalões, uma atualização do valor de referência do mínimo de existência e da dedução específica.

Já o PAN propõe uma redução da taxa de IRS nos sexto e sétimo escalões. É ainda sugerida uma "revisão intercalar" dos escalões deste imposto.

Socialistas "pressionam Justiça" e exigem que Costa seja ouvido

OPERAÇÃO INFLUENCER Tribunal da Relação de Lisboa apenas analisou a "prova existente à data do primeiro interrogatório judicial", há 158 dias. PS volta a questionar isenção do MP.

TEXTO **ARTUR CASSIANO**

É "apenas uma análise da prova existente à data do primeiro interrogatório judicial e das necessidades cautelares que àquela data [13 novembro de 2023, a operação no terreno aconteceu no dia 7] se verificavam" [esclareceu o Tribunal da Relação de Lisboa] na sequência da decisão do Ministério Público (MP) que "por não concordar com o despacho do juiz de Instrução Criminal, que aplicou as medidas de coação a cinco arguidos, do mesmo interpôs recurso [a 15 de dezembro de 2023] para o Tribunal da Relação de Lisboa".

A decisão do Tribunal da Relação de Lisboa (TRL) incide, por isso, "sobre esse momento" [seis dias depois das buscas no terreno], sublinha fonte da magistratura ao DN, e "das necessidades cautelares" que a meio do novembro o Ministério Público requereu. Tudo o que desse dia em diante foi "levado ao processo", a cada um dos "três inquéritos distintos" e ao que envolve António Costa, esteve "necessariamente" fora da apreciação do TRL.

Entretanto já passaram 158 dias e "mais prova" foi "carreada" tal como o próprio TRL reconhece quando esclarece que "quaisquer factos aditados após o primeiro interrogatório e que não foram considerados pelo Tribunal recorrido não podiam ser invocados em sede de recurso". O que existia, em novembro, para os três juízes do TRL "nos factos adiantados" não se traduzia "na comissão de crimes". "Já estamos em abril", lembra a mesma fonte da magistratura.

A constatação da evidência foi já assinalada por Rui Rocha, líder da IL, que pediu "muito cuidado com conclusões precipitadas sobre a viabilidade ou não do processo com base em decisões sobre decisões instrutórias". "O momento em que estamos é que houve decisões instrutórias e essas decisões foram agora questionadas pelo Tribunal da Relação. Essas decisões não têm a natureza de decisão final", frisou.

O mesmo fez também o presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, ao sublinhar que apenas está em causa um despacho do Tribunal Central de Instrução Criminal sobre as medidas de coação, que não condicionam o futuro deste caso.

JOHN THYS / AFP

António Costa já pediu para ser ouvido "com a maior celeridade possível". O ex-primeiro-ministro demitiu-se a 7 de novembro.

> O inquérito relativo ao ex-primeiro-ministro António Costa, no âmbito do processo *Influencer*, já foi distribuído a uma procuradora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal.

Ana Catarina Mendes, deputada e ex-ministra do PS, não hesita em questionar duramente a PGR, que acusa de ter deitado abaixo o seu Governo: "Porque derrubou um Governo e um Parlamento, como se levantam suspeitas e se coloca em causa o bom nome das pessoas?". À intencionalidade colocada na forma de pergunta, responde com uma breve frase: "Isto é gravíssimo em democracia."

Pedro Nuno Santos, tal como a ex-ministra e agora deputada Mariana Vieira da Silva, diz que "é democracia que está em causa", que "o mínimo que se exige são explicações" e que Costa como "cidadão e ex-primeiro-ministro merece ser ouvido e merece que o processo avance".

Ambos argumentam que "não está em causa nenhum ataque à separação de poderes (...), que ninguém está acima do escrutínio [referência à PGR], ninguém está acima da crítica, ninguém está isento de ter de dar explicações em matérias com a importância que esta tem para a vida democrática do nosso país".

"Mas onde é que está o PS do 'à política o que é da política, à Justiça o que é da Justiça?'", questiona fonte da magistratura ouvida pelo DN, que acrescenta: "Onde é que está o PS do ninguém está acima da lei? Onde é que está o PS que diz ter construído 'um modelo de uma magistratura judicial independente e de um Ministério Público autónomo que garantem uma adequada separação de poderes?'."

A conclusão, a resposta, é dita em duas palavras: "Não está."

É esta ideia que levou, ontem, Rui Rocha a dizer que "estranharia num país em que a Justiça é lenta para todos, em que a Justiça muitas vezes tarda de mais, que houvesse um regime de exceção para titulares de cargos políticos".

De novembro a abril

O juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal não validou os crimes de prevaricação e de corrupção ativa e passiva que estavam imputados a alguns arguidos pelo MP, mas considerou que Diogo Lacerda Machado e Vítor Escária estão "fortemente indiciados" em coautoria e na forma consumada de um crime de tráfico de influência; que Afonso Salema e Rui Oliveira Neves estão indiciados em coautoria de um crime de tráfico de influência e um crime de oferta indevida de vantagem; e que a Start Campus se mostra "fortemente indiciada" de um crime de tráfico de influência e de um crime de oferta indevida de vantagem, cuja prática se concretizou através dos administradores Afonso Salema e Rui Oliveira Neves.

O Ministério Público contestou, por isso, a aplicação de medidas de coação não privativas da liberdade aos cinco arguidos detidos – Afonso Salema, Rui Oliveira Neves, Nuno Mascarenhas, Vítor Escária e Lacerda Machado.

E nesse dia, a 15 de dezembro, quase um mês depois do despacho do juiz de Instrução Criminal que o MP contestou, a 13 de novembro, o processo foi separado em "três inquéritos distintos", a decorrer no Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP), "e afetando-se equipas de magistrados a cada um desses inquéritos". O "processo autónomo" sobre as escutas que envolvem António Costa estava na secção do Ministério Público no Supremo Tribunal de Justiça (STJ).

"Autónomo", mas a seguir em "paralelo" após a determinação de que os "magistrados titulares das investigações do DCIAP" coadjuvassem "o procurador-geral-adjunto titular da investigação do Supremo Tribunal de Justiça".

E nesse dia foi também determinada a criação de uma equipa mista com Polícia Judiciária, Autoridade Tributária, Núcleo de Assessoria Técnica da PGR e PSP coordenada pelo diretor do DCIAP.

Já passaram 158 dias.

Joana Amaral Dias: "Quero ser a vossa voz"

A antiga deputada Joana Amaral Dias vai ser a cabeça de lista do partido Alternativa Democrática Nacional (ADN) às eleições europeias de 9 de junho, com o objetivo de conseguir pelo menos um mandato no Parlamento Europeu. "Quero ser a vossa voz", afirmou a candidata, referindo que integra a lista do ADN como independente. Joana Amaral Dias disse que se candidata para "lutar pela paz, pela liberdade, pela justiça e pela democracia" e quer "um espaço europeu que seja governado por eleitos e não por elites". "Aqui não há enganos, nem votos enganados. Os votos no ADN não foram nenhum acaso, pertencem a cada vez mais portugueses que percebem que foram defraudados, abandonados pela democracia", defendeu, numa referência ao crescimento do partido nas últimas eleições legislativas, atribuído por alguns a uma confusão dos eleitores com a AD (coligação PSD/CDS-PP/PPM).

ÁLVARO ISIDORO / GLOBAL IMAGENS

Direita vai "revisitar" a agenda laboral do "PS e da esquerda radical"

DEBATE AD e IL recusam "imposição de ideologias bloqueadoras da economia e das relações laborais" que o PS impôs na "legislação laboral contra a concertação social".

PSD e IL acusaram ontem os governos socialistas de terem imposto legislação laboral contra a concertação social, com a esquerda a pedir regulação do mercado de motoristas e estafetas das plataformas digitais.

Estas posições foram assumidas no debate de atualidade agendado pelo BE na Assembleia da República, sobre a situação laboral de motoristas e estafetas das plataformas digitais.

Pelo PSD, a deputada Carla Barros subiu ao púlpito para defender que o atual governo minoritário social-democrata com o CDS-PP tem de conseguir "fazer pelo mundo laboral, pelas empresas, aquilo que o PS não fez nos últimos governos, nem em décadas de governação do país".

"Advertimos até à exaustão, e é nesse tema que também podemos enquadrar o assunto dos motoristas e estafetas, que a suposta Agenda do Trabalho Digno tão contestada pelos parceiros sociais com quem o anterior governo não dialogou e dispensou por completo o consenso tão importante da concertação social. Essa pressa e desrespeito do PS produziu mais confusão no Código do Trabalho sobretudo com o seu artigo 12.º A, que trata a nova presunção da laboralidade no âmbito das plataformas digitais, na qual o PSD votou contra por ser pouco clara e muito ambígua", defendeu.

A social-democrata garantiu que, com este Governo, "as soluções serão sempre para que o sistema se adapte à realidade e não para imposição de ideologias bloqueadoras da economia e das relações laborais".

Pela IL, a deputada Joana Cordeiro subiu ao púlpito para afirmar que são muitas vezes estas plataformas digitais que dão "oportunidades de trabalho a muitos imigrantes que vêm para Portugal", acusando BE e Chega de serem "duas forças anti-inovação".

"Temos a oportunidade de revisitar a agenda laboral que o PS e a esquerda radical impuseram ao país", salientou, rejeitando que seja a Assembleia da República a definir tarifas ou valores neste ou em qualquer tipo de serviço.

"Esta é uma visão que não só é anacrónica como é destrutiva para a economia", considerou.

Também o líder parlamentar do CDS-PP, Paulo Núncio, saudou a ministra do Trabalho, Maria do Rosário Ramalho, por ter adiantado que pretende "revisitar o enquadramento legal" do mercado de estafetas e motoristas das plataformas digitais, "e combater com mão firme as situações irregulares".

"Defendemos o mercado regulado, livre de complexos ideológicos, intenções persecutórias ou revisionismos históricos, que respeite o trabalho digno", defendeu, salientando que os centristas não esquecem os taxistas.

Pelo Chega, a deputada Felicidade Vital afirmou que "a defesa dos trabalhadores deixou definitivamente de ser um exclusivo da esquerda" e alertou para um "mercado que está completamente inundado de mão-de-obra barata e sem direitos, o que facilita a escravização de imigrantes".

À esquerda, o deputado do PS Tiago Barbosa Ribeiro enumerou várias medidas implementadas pelos anteriores governos socialistas no âmbito da legislação laboral, nomeadamente a Agenda do Trabalho Digno.

"A valorização dos direitos dos trabalhadores foi mesmo o que fizemos ao longo dos últimos anos e nesse processo contamos no essencial com a oposição do PSD e da direita", criticou.

Pelo BE, o deputado José Soeiro salientou que os bloquistas defendem inovação mas ela não é "desculpa para regressar ao passado", "obrigando alguém a trabalhar 14 horas por dia".

A líder parlamentar do Livre, Isabel Mendes Lopes, defendeu a necessidade de regular este mercado, fixar tarifas de pagamento e combater a precariedade e deixou críticas à IL.

DN/LUSA

> Ministra do Trabalho, Maria do Rosário Ramalho, anunciou que a primeira reunião da Concertação Social será no dia 3 de maio.

Virança
Ana Drago

Foi você que pediu um choque fiscal?

1 O ano de 2023 foi memorável. O setor bancário lucrou quase 12 milhões de euros por dia. Os cinco maiores bancos apresentaram 4,3 mil milhões de euros de resultados líquidos. O BCP, por exemplo, quadruplicou os resultados. Na EDP, os lucros cresceram uns estrondosos 40%. Nos CTT, cresceram 66%. A Galp teve o melhor resultado de toda a sua existência – fez-se história. Na Sonae, os lucros subiram para 354 milhões; na Jerónimo Martins, os resultados cresceram 28%. Estas empresas, está bem de ver, precisam de ser acarinhadas.

2 Há vozes, certamente mal-intencionadas, que dizem que a polémica sobre o IRS mostra que a principal bandeira eleitoral da AD não vai ser cumprida. Não é verdade. O "choque fiscal" é uma promessa recorrente do PSD que não só já foi cumprida no passado, como vai de novo ser cumprida. Só que é diferente do que, porventura, alguns imaginaram. No passado, Passos Coelho e Vítor Gaspar foram autores do maior choque fiscal de sempre: o "enorme aumento de impostos" para trabalhadores, famílias e pensionistas. Nada na história da democracia portuguesa se aproximou de longe do seu impacto. Ao mesmo tempo, quando Passos fez e manteve os cortes nos salários e nas pensões, o IRC para as empresas desceu de 25% para 23%, e depois para 21%. Agora, a nova promessa do choque fiscal da AD também vai ser cumprida por Montenegro. Mas desta vez será apenas para as empresas. Na verdade, para as grandes empresas. Porque é só fazer as contas: como cerca de 48% da receita arrecadada em IRC é paga por 0,3% das empresas, o alívio fiscal é desenhado para as grandes empresas e vai ser bem real: 1500 milhões de euros. Compreendam de uma vez por todas – vai haver choque fiscal, só que não é para "nós".

3 Num país que discute há 40 anos como sair da triste situação de ter um dos níveis salariais mais baixos da Europa, a ideia do corte de impostos tornou-se o remédio multiúsos da direita contra as maleitas persistentes da economia portuguesa. É compreensível, porque a direita tentou outras soluções. Disseram que era necessário libertar a economia do Estado. Privatizámos o setor da banca, alguma indústria, a energia, a rede elétrica, os combustíveis, a gestão das autoestradas, as telecomunicações, os aeroportos, os correios – mas os salários não subiram no *ranking* europeu. Disseram-nos que o mercado único europeu e a entrada no euro obrigava à modernização da economia – mas os salários permaneceram no fundo da tabela europeia. Liberalizámos o mercado de trabalho, somos hoje o segundo país da UE com maior número de contratos precários – teimosamente, os salários não subiram. Liberalizámos o arrendamento e a habitação para "atrair investimento" e criar emprego – as casas aumentaram de preço, mas os salários não subiram. Agora dizem-nos que lá chegaremos se, como diz Montenegro, "dermos condições às empresas" através da redução de impostos. A EDP fez uma proposta de aumento salarial dos trabalhadores de 3% e muitos dos seus quadros não foram compensados pelo aumento da inflação nos últimos anos. Estou certa de que a redução de IRC era a condição que faltava à elétrica, cujos lucros subiram 40% no ano passado.

4 Quando um primeiro-ministro fala sobre tributação de empresas, deve estar preocupado sobre o destino que vai ser dado à riqueza criada na economia. Ou vai para reinvestimento e modernização das empresas; ou para compensações salariais e, portanto, para o consumo privado das famílias; ou é distribuída como dividendos aos donos das empresas. Nos últimos anos, as grandes empresas que operam em Portugal têm distribuído dividendos generosos, e encaminharam a quase totalidade destes "resultados históricos" para os bolsos dos acionistas. Este ano a EDP pretende distribuir 86% dos resultados em dividendos; a NOS atinge os 99%; a REN apenas 69%. E o que fazem os acionistas com esse rendimento? Não sabemos. Porque nem os acionistas estão cá, nem os dividendos ficam por cá. Como todos sabem, a EDP tem como principais acionistas os chineses, que também têm posições importantes na banca, na rede elétrica e nos seguros em Portugal. Sabemos que outros bancos pertencem aos espanhóis; que temos os angolanos com uma posição relevante na Galp e também na banca. Que os franceses estão nas telecomunicações e nos aeroportos. Que a cimenteira está nas mãos de acionistas de Taiwan. E por aí fora. Depois de termos vendido setores claramente lucrativos a investidores estrangeiros, não temos grande investimento, não temos salários decentes e nem os dividendos são gastos por cá. O que traz então o choque fiscal de Montenegro? É que a partir de agora também não vamos ter as receitas dos impostos sobre esses lucros criados na economia portuguesa. O primeiro-ministro insiste que, com a sua política, é desta que veremos os salários dos portugueses a galgar os *rankings* europeus. Aguardemos com serenidade.

Investigadora do CES

Opinião
António Capinha

Bacalhau a pataco e esperteza saloia

A diminuição do valor de IRS pago pelas famílias portuguesas foi, desde agosto de 2023, motivo de uma forte competição entre PS e PSD no que diz respeito a redução daquele imposto no Orçamento de 2024.

Em agosto de 2023, o PSD, na Festa do Pontal, através da voz do dirigente social-democrata António Leitão Amaro, anunciava a apresentação de uma proposta no Parlamento de baixa de IRS no valor de 1200 milhões de euros. E, o mesmo António Leitão Amaro, desafiava o PS a "aceitar o repto de reduzir," nesse valor, o IRS dos portugueses.

Neste processo de "bacalhau a pataco" da baixa do IRS, o Governo de António Costa e Fernando Medina "não se fez rogado" e aceitou, de imediato, o repto dos "laranjinhas", introduzindo, assim, no Orçamento do Estado de 2024 uma proposta de redução do IRS no valor de 1327 milhões de euros. Aprovado, pois, no OE 2024, esse valor ficou lá inscrito, como resultado de uma corrida entre PS e PSD por quem reduzia mais IRS. Uma competição que se explicava e compreendia num tempo em que o Governo socialista registava um profundo desgaste político, explicado pelos "casos e casinhos" que iam abalando o Executivo socialista.

Mais tarde, já decorria o ano de 2024, Luís Montenegro, já no auge da febre eleitoral, resolveu subir a parada de redução do IRS e acrescentou à proposta socialista mais uma diminuição de cerca de 200 milhões de euros, perfazendo assim uma descida prevista do IRS, no Orçamento de 2024, de cerca de 1500 milhões de euros.

Esta corrida na redução do IRS e a inabilidade (será só isso?) política do Governo de Luís Montenegro, muito em especial do seu ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, explica as acusações de "fraude" e "embuste" com que, atualmente, o PS premeia o PSD pela ausência de uma comunicação clara que retirasse qualquer dúvida sobre os verdadeiros signatários das propostas que, ao longo do tempo, foram surgindo, nesta corrida entre os dois partidos pela redução do IRS. Sobretudo, em tempos de campanha eleitoral ambos queriam ficar bem na fotografia da baixa daquele imposto singular.

Não se pode, assim, afirmar, categoricamente, *tout court*, que da parte do atual Governo tenha existido uma intenção declarada da prática de um embuste ou de uma mentira assumida sobre o valor da redução de IRS proposto pela AD no Orçamento de 2024. Mas houve, no mínimo uma matreirice, uma "esperteza saloia", ou mesmo uma omissão oportunista ao não esclarecer perante os portugueses que o valor de redução de IRS assumida pela coligação tinha origem em duas propostas, uma do anterior Governo PS no valor de 1327 milhões de euros e uma segunda, de 173 milhões de euros, avançada pela AD, para ultrapassar a proposta socialista já inserida no Orçamento de 2024, que aliás, até notícia em contrário, o Governo da AD vai usar.

Deste modo, não foi uma coisa bonita de se ver este "assobiar para o ar" do Executivo de Luís Montenegro. Depois de termos assistido durante oito anos do Governo socialista ao recurso à mentira, dissimulação, omissão e outras formas de "enganar o pagode", convenhamos que os eleitores esperavam outro tipo de atuação do atual Governo. Sobretudo, à luz do que foi sendo dito na campanha eleitoral.

Pois bem, futuramente ou o Governo passa a falar claro em tudo o que diz respeito à vida dos portugueses ou, muito rapidamente, a sua credibilidade irá "por água abaixo". Por agora, com esta prática obscura e dissimulada, Montenegro colocou mais um tijolo no já bem consolidado edifício populista do Chega e deu uma substancial ajuda ao mesmo, com vista às próximas eleições europeias.

Portanto ou a AD pára, então, com esta lógica de "bacalhau a pataco" e "arrepia caminho" na relação com os portugueses ou, numa primeira oportunidade, o país indica-lhe o caminho da porta de saída.

Futuramente ou o Governo passa a falar claro em tudo o que diz respeito à vida dos portugueses ou, muito rapidamente, a sua credibilidade irá "por água abaixo".

Jornalista

Opinião
Miguel Romão

Primeiros dias de um governo: erros e *motherhood and apple pie*

O começo em funções do novo Governo, não há como o dizer de outra maneira, é um começo em falso. Falso desde logo porque se animou e propalou a ideia de uma redução de cobrança de IRS de 1500 milhões de euros daqui por diante e se concluiu, finalmente, que, devido ao novo Governo, são apenas 173 milhões de redução. Associado a uma proposta de redução de IRC, cobrado às empresas, que ninguém pediu, nem aquelas, mas que foi assumido como desígnio dos novos governantes.

Chamado o ministro das Finanças ao Parlamento, para explicar estas reduções de impostos de valores duvidosos, optou por não comparecer. Preferiu enviar-se para Washington, para uma reunião habitual do Fundo Monetário Internacional, onde um secretário de Estado seria uma presença mais do que adequada e talvez até excessiva. No Parlamento, do qual este Governo depende mais do que qualquer outro dos governos recentes, ficou um ministro dos Assuntos Parlamentares, a ler um papel, e a tentar explicar o inexplicável: afinal o Governo prefere baixar impostos às empresas do que às pessoas e nem sequer acentua, de forma especialmente sensível, a redução do IRS que já havia sido decidida pelo Governo e pela composição do Parlamento anteriores. Espera-se apenas que, atendendo à redução de cobrança de receita, o ministro das Finanças tenha atravessado o Atlântico em económica e não em executiva, pelo menos para dar o exemplo. Até porque vai precisar de todos os euros que poupe para cumprir as suas promessas eleitorais.

No mesmo dia, soube-se que uma nomeada por si para sua adjunta, com um extenso currículo de nomeação para cargos públicos regionais de relevo na Madeira, e arguida e acusada num processo de fraude com fundos europeus, afinal, posto de novo em público o seu currículo, "declinou aceitar" a nomeação. Acho mal: sabe-se bem, à sociedade, que a condição de arguido é uma circunstância pelos vistos normal de quem se dedica também à vida pública, que se arrasta por longos anos e que lhe permite até processualmente defender-se de forma mais adequada. Se uma mera adjunta se demite, no dia da nomeação, por ser arguida numa investigação criminal, onde afirma que não teve qualquer intervenção na alegada prática criminosa, está visto o que vai suceder em seguida... E não deixa de ser curioso o alto critério do PSD na indicação para funções públicas: para adjunta de ministro não serve graças ao *Correio da Manhã*, o cargo mais desgraçado em termos salariais e de quotidiano, habitualmente reservado a jovens em início de carreira, os únicos que aturam de bom grado o salário e a agenda. Para, na mesma condição de visada num processo-crime, ter sido deputada, vice-presidente do Governo Regional da Madeira e dirigente máxima de uma empresa pública durante 12 anos já não havia então qualquer problema...

Entretanto, este novo Governo insiste nos seus grandes desígnios imediatos: mudar um logótipo de identificação administrativa e congregar pessoas à volta de uma mesa para falar sobre combate à corrupção. Sobre os desenhos, pouco há a dizer, o Governo é livre de os escolher e decidir, até porque os paga e, com ele, todos nós. Sobre a corrupção, um pouco mais haverá a dizer. Quanto tempo não se perdeu já à volta de mesas a falar sobre corrupção? E quanta legislação e mecanismos não foram criados e postos a vigorar? Claro que falar sobre combate à corrupção é *sexy*, pode dar votos e, como sobre *motherhood and apple pie*, quem disso pode dizer mal? Mas nada mais há a discutir sobre corrupção, a não ser investigá-la e, se demonstrada, puni-la. Punir a corrupção tem que ver com a demonstração de ganhos ilegítimos e de decisões enviesadas em especial no setor público. Não é preciso conversa adicional – pode esta, talvez com vantagem, ser substituída por mais contabilistas ao serviço da Polícia Judiciária, menos burocracia e arbítrio na decisão administrativa ou menor tolerância à falta de cooperação internacional de certos paraísos fiscais ou de Estados disponíveis para pagar comissões encapotadas aos seus próprios servidores públicos.

Professor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Opinião
Bruno Bobone

Em defesa de valores perenes

A Pessoa Humana é um ser sociável e, por isso, constituiu-se em estruturas sociais organizadas para se relacionar com outros, para se desenvolver e poder criar uma riqueza que lhe permitisse viver melhor, com maior capacidade de suprir as suas necessidades e com maior conforto, segurança e felicidade.

Para isso, necessitava de criar normas de convívio que assegurassem a estabilidade da convivência e que garantisse que aqueles objetivos fossem atingidos: um sistema de justiça que atuasse na defesa dessas normas e permitissem a sua continuidade.

Nas pequenas sociedades em que todos se conheciam e que eram essencialmente da mesma família, com naturalidade toda a estrutura se foi criando baseada na primazia do chefe de família que, com o conhecimento que tinha dos seus membros e com a liderança reconhecida pela estrutura familiar/societária assumia todas as funções de legislador e de justiceiro que, com maior ou menor razoabilidade, mantinham a sociedade a funcionar.

Assim, ao longo de milénios a sociedade foi sendo construída e, à medida que se ia tornando maior começou a necessitar de definir princípios e valores que fossem comuns a todos os membros dessa sociedade e que garantissem a sua estabilidade e continuidade. Com o aumento do número de participantes, deixou de ser possível ouvir cada um e tornou-se necessária a criação de um sistema que desse oportunidade a todos de manifestar a sua opinião sobre a governação da sociedade, e ao mesmo tempo permitisse uma liderança que assegurasse a manutenção e aplicação daqueles princípios.

Assim nasceu a sociedade democrática ocidental, fundada nos valores judaico-cristãos, e que sobre eles construiu toda a realidade da Europa que hoje conhecemos.

Ora são estes valores cristãos da vida, da centralidade da pessoa humana, do respeito pela liberdade de cada um, da preocupação sobre os mais desfavorecidos, da consciência de que os bens devem estar ao serviço de todos e de que cada um deve ser participante das decisões que afetam a sua vida, sempre sob os princípios da verdade, da liberdade e da justiça, que foram a base da criação na política, da democracia cristã.

Ao longo dos tempos os políticos que foram responsáveis tentaram defender estes valores e princípios em face da pressão em que foram vivendo e condicionados pelas realidades de cada momento.

Momentos houve em que foram mais claros e óbvios na sua afirmação e defesa, e outros em que a influência do politicamente correto e do acomodar à aceitação da maioria dos líderes de opinião acabaram por dar ao público uma ideia de desfasamento entre a prática política e os seus ideais.

Foi isso que levou ao desaparecimento em muitos países desses partidos e que promoveu a aparição de outros que, defendendo muitos daqueles valores, são maioritariamente oportunistas e que deixarão esses valores no momento em que tal não lhes garanta ganhar eleições.

A política do século XXI necessita de voltar a recuperar a base de valores em que se deve basear a sociedade, sob pena daqueles virem a ser substituídos por teorias inventadas de novos valores e princípios que nunca garantirão a sobrevivência das sociedades e da pessoa humana com a dignidade que lhe é absolutamente devida.

A democracia cristã, defendendo verdadeiramente aqueles princípios e valores, é a única garantia de solução para o futuro das sociedades democráticas. Outras soluções estão a promover o fim da democracia, principalmente porque com facilidade aceitam valores que não são nem verdadeiros, nem reais nem sequer defensores da dignidade humana.

A dignidade humana não reside na satisfação imediata de desejos constantes, como afirmam essas mesmas teorias, mas sim na procura constante de um crescimento na vida, que sempre será difícil e duro, mas que sempre termina com uma maior felicidade profunda e não passageira.

PS: Este é o último artigo que publico no DN. Agradeço à Rosália Amorim o convite e aos leitores a paciência analítica e entusiasmo com que ao longos dos anos foram lendo e comentando estes textos. Procurei sempre manter-me fiel aos meus princípios, nunca perdendo o espírito crítico nem nunca hesitando no elogio. É assim que a vida deve ser vivida. Desejo ao Diário de Notícias sucesso, porque a democracia não resiste sem imprensa livre.

bruno.bobone.dn@gmail.com

Ema, de quatro anos, deambula pelo entulho, no local onde era a casa abarracada da família.

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

Demolições em Loures: "A minha vida ficou debaixo do entulho"

HABITAÇÃO Cinco construções ilegais foram deitadas abaixo, no bairro do Zambujal. Uma família ficou sem todos os pertences. Os que ficaram sem teto dormem em casa de familiares ou vizinhos.

TEXTO **ISABEL LARANJO**

"Estava a dormir e de repente ouvi um barulho. Saí à rua e veio um senhor da Câmara perguntar quem era o dono da casa. Eu disse: 'Sou eu'. Mandou-me tirar as coisas de casa porque iam demoli-la." O relato é de Maria Semedo, auxiliar num centro de dia para idosos. A mulher, de 54 anos, acabou por sentir-se mal, foi assistida no local pelos bombeiros e levada para o hospital. "Estava sozinha. Tenho dois filhos, um de 28 e outro de 20 anos, mas um tinha ido trabalhar e o outro tinha ido estudar. Não consegui tirar nada de dentro de casa", revela esta moradora do bairro do Zambujal, em Loures, local onde a autarquia demoliu algumas barracas. "Ficou a cama, a mobília do quarto dos meus filhos, carteiras com documentos, dinheiro. A minha vida ficou toda debaixo do entulho", lamenta. "Naquele momento fiquei sem conseguir sentir nada, fiquei fora de mim", recorda.

Agora, sem possibilidade de pagar uma renda no mercado imobiliário privado, está a dormir num quarto de uma vizinha, com os dois filhos. "Ainda não fui pedir ajuda, não sei onde é que eu vou", diz, desesperada.

No meio do entulho são visíveis vários pertences. A cama partida, gavetas, um fogão. Ao lado, outra casa abarracada também foi demolida. "É a minha casa. É a minha casa", repete, apontando com o dedo pequenino, Ema, uma menina de apenas quatro anos. "Morava aqui há um ano. Nem eu nem o meu marido estávamos em casa, tínhamos ido trabalhar", relata Cleudiza Furtado, 28 anos, mãe da pequena Ema, que tem ainda outro filho menor. "Ligaram-me e vim logo para cá. Quando cheguei já estavam a demolir tudo."

Cleudiza teve mais sorte que Maria: conseguiu que alguém lhe retirasse os pertences de casa. "Felizmente, o meu padrasto, o meu marido e o meu sogro conseguiram tirar as nossas coisas de dentro de casa, mas uma cama ficou lá dentro." Agora, voltou para casa da mãe. "Somos oito pessoas em três quartos, um deles muito pequeno."

> *"Ficou a cama (...) documentos, dinheiro. A minha vida ficou toda debaixo daquele entulho."*
> **Maria Semedo**
> *Auxiliar num centro de dia*

> *"Somos oito pessoas em três quartos, um deles muito pequeno. (...) Estamos em choque. (...) Não tenho dinheiro para pagar uma renda."*
> **Cleudiza Furtado**
> *Operária fabril*

Esta família também ainda não se dirigiu aos serviços de ação social do município de Loures para pedir ajuda. "Estamos em choque", afirma Cleudiza, operária fabril. Ela e o marido ganham ordenados mínimos. Com duas crianças menores a cargo, garante: "Não tenho dinheiro para pagar uma renda de casa aos preços a que estão."

Miguel David Pires, 56 anos, fugiu da violência doméstica. Ainda não estava instalado na construção abarracada. Agora, dorme na única divisão, um pequeno quarto, que sobrou da demolição. "Estava aqui e, de repente, chegaram ali e partiram a casa. Ainda não tinha mobília, tinha lá as ferramentas, que consegui tirar, porque ainda estava a acabar a casa."

Cabisbaixo, revela a sua história e a razão de ter construído uma casa abarracada naquele terreno, que é público, em situação ilegal. "Antes vivia com a mulher e o filho. Só que a mulher ameaçou que queria matar-me e eu, para não ter problemas, saí de casa e vim fazer esta casa aqui, que foi abaixo."

7

Demolições Duas casas abarracadas e três anexos foram destruídos no bairro do Zambujal. Uma casa e um anexo foram abaixo no bairro de Montemor.

41

Construção O município de Loures vai construir 41 fogos no bairro do Zambujal para realojar famílias recenseadas até 2021.

144

Emergência Este é o número, grátis, que quem está em situação de emergência social deve ligar para obter apoio e resolver a sua situação.

Não foram afixados avisos nas portas das casas a demolir

"A nossa equipa de fiscalização já por três vezes tinha passado no bairro e dado esta informação, sem possibilidade de encontrar, presencialmente, alguém dentro das casas para poder dar nota. Demos informação através da Comissão de Moradores. Disse-lhes que iria proceder à demolição logo que tivesse a possibilidade de ter máquinas. Portanto, já estava no imediato", explica Sónia Paixão, vice-presidente da Câmara Municipal de Loures.

O município irá construir, na mesma zona, 41 fogos. O recenseamento das famílias, a quem serão atribuídas as novas casas, foi terminado em 2021. Algo que desagrada aos moradores. "As famílias foram crescendo. Então, não é feita uma atualização desse recenseamento? Disseram-nos que não", lamenta Helder Furtado, da Comissão de Moradores do Bairro do Zambujal.

Entretanto, na terça-feira, foi demolida mais uma barraca, desta vez no bairro de Montemor, também em Loures. "A informação que temos é de que é uma família de cinco elementos, com um menor, que tem possibilidades de manter uma renda de casa", justifica Sónia Paixão, ao DN. Do bairro, vem um relato diferente: "O casal tem um filho doente, foi por isso que vieram de São Tomé. Uma advogada tentou apoiar-nos mas a Polícia não a deixou entrar no bairro. O rapaz tem cerca de 18 anos, esteve muito tempo internado e ainda há pouco tempo teve de voltar para o hospital", conclui Rute Sacramento, uma vizinha em choque com esta realidade.

isabel.laranjo@dn.pt

FOTO: AMANDA LIMA

Jovem de 15 anos pediu asilo político em Portugal, por medo de ser morto no Senegal.

AIMA deixa dois menores desacompanhados na rua

IMIGRANTES Tradutora e advogada afirmam que, durante o atendimento, foi assegurado que iriam para um centro de acolhimento.

TEXTO **AMANDA LIMA**

Dois menores desacompanhados foram deixados na rua em Lisboa, ontem, após entrevista conduzida pela Agência para as Migrações, Integração e Asilo (AIMA). De acordo com a legislação, todos os requerentes de asilo menores de 18 anos precisam de receber acolhimento. Em causa estão dois menores senegaleses de 15 e 16 anos (o aniversário do mais velho foi há três dias), que fugiram do país por conta da instabilidade política.

A advogada Erica Acosta, que atua voluntariamente em favor dos refugiados, afirma que "nunca havia visto nada igual". A profissional relata ter acompanhado a entrevista na tenda montada pelas autoridades no largo da Igreja dos Anjos, em Arroios. "Foi dada a garantia de que eles teriam um acolhimento hoje [ontem] e nós até nos colocamos à disposição para ir acompanhar, porque eles estão muito traumatizados", conta ao DN. No entanto, às 17h00, as técnicas foram embora e deixaram os menores sem resposta e sem acolhimento.

Segundo Erica, estavam na hora do atendimento duas técnicas da AIMA, duas da Santa Casa de Misericórdia e a tradutora voluntária Sadjo Nanque. Sadjo foi chamada pela advogada, porque a AIMA só ofereceu uma tradutora de francês via telefone e numa linha instável que "caía a toda hora". De acordo com Erica, o único idioma que os senegaleses dominam é o wolof, principal língua falada no país.

O DN já havia questionado a AIMA sobre a presença de tradutores na condução dos atendimentos, mas não teve resposta. As voluntárias afirmam que é "essencial" a entrevista num idioma que o utente domine. "Vimos aqui na tenda muitos casos de entrevistas sem tradutores, eles não entendem e isso põe em causa as respostas e o resultado do pedido", explica Erica.

Comer, dormir e estudar

Segundo o relato feito à tradutora , os jovens alegaram que ficar no Senegal não era uma opção. "Eles enfrentavam perigo lá pela violência política e arriscaram vir de barco até a Europa", relata Sadjo. Os jovens conheceram-se em Lisboa e estão sem abrigo no largo da igreja há cerca de dois meses, juntamente com outras dezenas de imigrantes de várias nacionalidades. "Um deles disse-me que só quer comer, dormir e estudar", afirma a tradutora. Os jovens ficam o dia todo sem comer, sendo a única refeição oferecida por voluntários que visitam o local todas as noites. Ambos relatam estar com medo e que não querem mais ficar na rua.

A advogada dos casos diz que os dois menores já haviam feito pedidos de asilo como se fossem adultos, "por medo" e sem acompanhamento jurídico. Agora, com assistência profissional, relataram que são menores e mostraram a certidão de nascimento, uma delas vista pelo DN.

Em resposta ao jornal, a AIMA refere a situação da disparidade dos pedidos, nomeadamente em relação às idades, e que já haviam sido feitos dois pedidos, em janeiro e maio. A entidade também adiantou que na noite de ontem iria remeter as informações "às autoridades competentes para apuramento de eventual prática de infrações de natureza criminal". Sobre o acolhimento, a AIMA explica que é um procedimento assegurado pela Segurança Social, "num trabalho conjunto e articulado com várias entidades, onde se inclui a AIMA".

Numa cartilha publicada pelo antigo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, com base na legislação ainda em vigor, pode ser solicitada uma perícia para atestar a idade em caso de dúvidas e deve ser assegurado o acolhimento durante o trâmite do processo. A mesma lei refere que menores com idade superior ou igual a 16 anos podem ficar em centros com adultos. Até ao fecho desta reportagem, voluntários no largo da igreja procuravam alternativas para que os jovens não dormissem na rua.

amanda.lima@globalmediagroup.pt

Transmissão da gripe aviária H5N1 ao ser humano causa "enorme preocupação"

OMS Desde o início de 2023 foram detetados 889 casos humanos de gripe aviária em 23 países, com uma elevada taxa de letalidade: 52%.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) manifestou ontem "enorme preocupação" com a crescente disseminação da estirpe H5N1 da gripe aviária para novas espécies, incluindo humanos. "Isto continua a ser uma enorme preocupação", declarou Jeremy Farrar, cientista-chefe da agência de saúde das Nações Unidas, numa conferência de imprensa em Genebra (Suíça).

O receio é que o vírus H5N1, com "uma taxa de mortalidade extraordinariamente elevada" nas pessoas contaminadas através do contacto com animais infetados, se adapte para ser capaz de se transmitir entre humanos. Até ao momento não existe qualquer prova de uma difusão deste tipo. Entre o início de 2023 e o dia 1 de abril de 2024, a OMS indicou ter registado um total de 889 casos humanos de gripe aviária em 23 países, incluindo 463 mortes, o que representa uma taxa de letalidade de 52%.

Além da vigilância dos humanos infetados por animais – vacas num caso recente nos Estados Unidos – "é mais importante perceber quantas infeções humanas ocorrem sem se saber, porque é através destas que ocorrerá a adaptação do vírus", explicou Jeremy Farrar. Para o responsável, os sistemas de vigilância e deteção de infeções nunca são de mais, mas notou que o caso norte-americano "ocorreu no país mais rico do mundo", onde se realizam estudos serológicos para ver se ocorrem transmissões junto dos criadores de vacas.

Pais esperam há 10 anos por julgamento em Braga

JUSTIÇA Três alunos morreram em 2014 esmagados por um muro que caiu durante festejos na praxe. Ação cível vai ser julgada à porta fechada.

O julgamento da ação cível relativa à morte de três alunos da Universidade do Minho (UM) esmagados por um muro em 2014, em Braga, cujo início foi ontem adiado, vai decorrer à porta fechada, para "salvaguardar a moral pública". No despacho, a juíza Júlia Ferreira Mendes, titular do processo que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, alude ainda à "natureza sensível" da matéria patente nos autos, à salvaguarda da dignidade das pessoas e à necessidade de garantir o normal funcionamento do julgamento.

Esta decisão choca com a que foi tomada aquando do julgamento do processo-crime, no Tribunal Judicial de Braga, que foi completamente aberto ao público. O início do julgamento da ação cível estava marcado para hoje mas foi adiado para 2 de maio, devido à morte do pai de um dos advogados no processo. A ação foi interposta pelos pais das três vítimas, que exigem à Câmara de Braga e a um condomínio uma indemnização total de 450 mil euros. Os pais de cada vítima pedem 150 mil euros, pela morte e danos não-patrimoniais.

Os factos remontam a 23 de abril de 2014, quando, para celebrar uma vitória numa "guerra de cursos", no âmbito de uma ação de praxe, quatro alunos da UM foram para cima de um muro, nas imediações da academia. O muro acabou por ruir, matando três estudantes que estavam na base, também a celebrar.

DN/LUSA

O embaixador de Portugal, Vítor Sereno, e a presidente do Instituto Camões, Ana Paula Fernandes, na assinatura do protocolo.

Quioto recebe a primeira cátedra em Estudos Portugueses no Japão

ACADEMIA Quioto terá em breve uma Cátedra em Estudos Portugueses. Leva o nome de Luís Fróis, missionário jesuíta, que viveu e morreu no Japão, no século XVI.

TEXTO **MARIA JOÃO MARTINS**

A Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto receberá em breve a primeira cátedra de Estudos Portugueses no Japão. Para tal, foi assinado, ontem, um protocolo de cooperação entre aquela instituição e o Instituto Camões, em que esteve presente a presidente deste organismo, Ana Paula Fernandes. De acordo com o embaixador de Portugal em Tóquio, Vítor Sereno: "Este foi o resultado de um longo trabalho de negociação levado a cabo pela Embaixada de Portugal, no seguimento das prioridades identificadas pelo Instituto Camões."

Tendo como principal objetivo "a promoção da internacionalização da língua portuguesa no Japão", a nova cátedra leva o nome de Luís Fróis. Esta designação, de forte motivação histórica, constitui um tributo ao missionário português do século XVI (terá nascido em 1532) que escreveu a primeira *História do Japão*, sendo-lhe ainda atribuída a autoria do *Tratado em que se contêm muito sucinta abreviadamente Algumas Contradições e Diferenças dos Costumes entre a Gente da Europa e Esta Província do Japão.*

Padre jesuíta desde a juventude, Fróis embarcou primeiro para Goa, onde esteve alguns anos, e daí para o Japão, com a missão de converter aquele reino do Extremo Oriente ao catolicismo. Viveu em Quioto, foi conselheiro do senhor feudal Oda Nobunaga, considerado o primeiro dos três grandes unificadores do Japão, e acabou por morrer em Nagasáqui, no ano de 1597. Três séculos depois seria justamente em Quioto que foi publicada a tradução na íntegra da sua *História do Japão*, divulgada em 12 volumes entre 1977 e 1980, por dois professores da Universidade de Estudos Estrangeiros daquela cidade, Matsuda Kiichi e Kawasaki Momota. Por causa dessas obras, Fróis é considerado o pai da japonologia ocidental.

De acordo com o embaixador português, esta nova cátedra junta-se ao protocolo de cooperação do Concurso de Eloquência em Língua Portuguesa, que o Instituto Camões já mantém com aquela universidade. "Trata-se de uma parceria estratégica de relevo entre Portugal e a Universidade de Estudos Estrangeiros de Quioto, com o objetivo de afirmar a língua e cultura portuguesas no Japão.

Estátua de Luís Fróis em Nagasáqui, cidade japonesa onde o jesuíta morreu.

KIRILL KUDRYAVTSEV/AFP

Luis de Guindos, vice-presidente do BCE, e Christine Lagarde, a líder da instituição sediada em Frankfurt.

BCE corta juros em junho se indicadores continuarem positivos

POLÍTICA MONETÁRIA Vice-presidente do Banco Central Europeu disse ontem que a instituição está preparada para cortar taxas "se as coisas continuarem a evoluir como ultimamente."

Aumentam os sinais de que o Banco Central Europeu (BCE) vai mesmo iniciar o ciclo de descidas das taxas de juro no verão. O vice-presidente da instituição, Luis de Guindos, disse ontem no Parlamento Europeu que o banco responsável pela condução da política monetária na Zona Euro fará, em junho, um corte das taxas de juro se a evolução dos dados continuar a mostrar uma melhoria da inflação.

"Temos sido muito claros no que respeita à política monetária. Se as coisas continuarem a evoluir como ultimamente, em junho estaremos preparados para reduzir as restrições da política monetária", disse Guindos, em audição da Comissão de Assuntos Económicos do Parlamento Europeu.

Luis de Guindos disse que a inflação tem descido e que as projeções do Banco Central Europeu perspetivam que mantenha essa trajetória, ainda que a um ritmo mais moderado, atingindo em 2025 a meta ambicionada de 2%.

No entanto, o vice-presidente do BCE reconheceu que existem alguns riscos que podem influenciar a evolução dos preços, incluindo a evolução dos salários, da produtividade, dos custos unitários do trabalho, das margens de lucro e os riscos geopolíticos, nomeadamente os conflitos no Médio Oriente e na Ucrânia.

O antigo ministro da Economia de Espanha disse que os atuais níveis de taxas de juro são um importante contributo ao processo de desinflação, e que a política monetária continuará restritiva o tempo que seja necessário.

Na semana passada, a presidente do BCE, Christine Lagarde, já abriu a porta a um corte das taxas na próxima reunião do BCE, em junho.

Em março, a inflação da zona euro foi de 2,4%, abaixo dos 2,6% de fevereiro.

Também o governador do Banco de Portugal (BdP), Mário Centeno, considerou que, perante as atuais circunstâncias, o BCE tem condições para avançar com vários cortes nas taxas de juro este ano.

"A linha de base hoje é compatível com vários cortes nas taxas no decorrer do ano. Mas não vamos decidir todos eles numa reunião", disse Mário Centeno em entrevista à CNBC, na quarta-feira, à margem das reuniões de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial que decorrem esta semana em Washington, nos Estados Unidos.

O governador do Banco de Portugal disse que, com base nas condições da Zona Euro, não encontrava nenhuma razão para o BCE não avançar com uma redução das taxas em junho e continuar a fazê-lo depois disso, desde que a inflação não saia da trajetória de diminuição.

Para Mário Centeno, é assim "o momento" para alterar a política monetária, salientado que a reunião de junho será importante neste sentido.

No último encontro, o Conselho do BCE decidiu manter as taxas de juro inalteradas, com a principal taxa de refinanciamento em 4,5%, o nível mais alto desde 2001, mas mostrou-se aberto a reduzi-las se a inflação continuar a sua dinâmica de descida.

Christine Lagarde tem sinalizado abertura da instituição sediada em Frankfurt, na Alemanha, para um possível corte das taxas no verão, contudo, recordou que o BCE não se "comprometeu previamente" com qualquer trajetória nas taxas, pelo que a redução do preço do dinheiro em junho não implicará que as taxas de juro continuem a descer. **DV/LUSA**

BCP vai distribuir metade dos lucros

O presidente executivo do Millennium BCP, Miguel Maya, afirmou ontem que o banco deverá adotar uma política de dividendos "bastante mais expressiva", através da distribuição de lucros "igual ou superior a 50%" nos próximos anos. "Espero que, a partir de agora, as coisas possam inverter-se e, portanto, o banco, como já o disse ao mercado, a partir deste ano terá uma política de dividendos bastante mais expressiva, prevendo um *dividend payout* igual ou superior a 50%", afirmou Miguel Maya na abertura da conferência Millennium Talks.

O líder do banco que em 2023 atingiu lucros de 856 milhões de euros admitiu que a remuneração para os acionistas tem sido baixa. "Nos últimos anos, duas vezes pagámos dividendos e um *payout* de 10%, um *payout* muito baixo, e foi muito baixo porque a decisão da Comissão Executiva do Banco, da gestão do banco, era recapitalizar o banco, robustecer o banco, para que tivesse maior capacidade de apoiar a economia portuguesa", explicou o CEO do BCP. Agora, e depois do que considerou ter sido um ano de transição, Miguel Maya aponta que o banco é sólido: "O banco hoje é um banco muitíssimo robusto, com rácios de capital muito fortes e com níveis de liquidez muitíssimo elevados."

Depois das declarações de Miguel Maya, as ações do BCP na Bolsa de Lisboa chegaram a valorizar-se 6%.

Na apresentação dos resultados referentes ao final de 2023, Miguel Maya tinha anunciado que a Comissão Executiva do banco iria propor aos acionistas o pagamento de um dividendo de 30% sobre os lucros, o equivalente a mais de 250 milhões. Os ganhos em 2023 foram alavancados pela margem financeira (diferença entre juros cobrados no crédito e juros pagos nos depósitos), que subiu 31% para 2826 milhões de euros.

DV/LUSA

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

Subida das exportações e quebra das importações explicam excedente.

Excedente externo da economia portuguesa sobe para 1572 milhões de euros

BANCO DE PORTUGAL É o primeiro saldo positivo registado nos dois primeiros meses do ano desde 2016.

A economia portuguesa apresentou um excedente externo de 1572 milhões de euros até fevereiro, mais do triplo do excedente de 418 milhões de euros do mesmo período de 2023, divulgou ontem o Banco de Portugal (BdP). Até fevereiro, o saldo da balança de bens e serviços foi de 297 milhões de euros, o que representa "o primeiro excedente nos dois primeiros meses do ano desde 2016", destaca o banco central.

Segundo o BdP, o aumento do excedente externo da economia portuguesa até fevereiro reflete a diminuição de 353 milhões de euros do défice da balança de bens, justificada tanto pelo aumento de 1,3% das exportações (155 milhões de euros), como pela redução de 1,2% das importações (198 milhões de euros).

Traduz ainda o aumento de 439 milhões de euros do excedente da balança de serviços, com a evolução do saldo de viagens e turismo a justificar mais de 60% desta variação, com um crescimento de 283 milhões de euros.

A contribuir para esta evolução estiveram também a diminuição do défice da balança de rendimento primário, de 148 milhões de euros, "em resultado de uma maior atribuição aos beneficiários finais de fundos recebidos da União Europeia na forma de subsídios"; o crescimento de 55 milhões de euros do excedente da balança de rendimento secundário; e o aumento de 158 milhões de euros do excedente da balança de capital, "devido principalmente a uma maior atribuição aos beneficiários finais de fundos recebidos da União Europeia com vista ao investimento".

O aumento da capacidade de financiamento da economia portuguesa até fevereiro levou a um saldo positivo da balança financeira de 1112 milhões de euros.

Este saldo refletiu o aumento dos ativos financeiros sobre o exterior, de 6671 milhões de euros, "explicado, sobretudo, pelo investimento de bancos em títulos de dívida emitidos por não residentes (3797 milhões de euros) e pelo crescimento dos empréstimos intragrupo concedidos por empresas a entidades não residentes (1595 milhões de euros)", explica o Banco de Portugal.

Traduziu ainda o crescimento dos passivos perante o exterior, de 5559 milhões de euros, "explicado principalmente pelo investimento de não residentes em títulos de dívida emitidos pelas administrações públicas (6149 milhões de euros) e por bancos nacionais (1475 milhões de euros)". Adicionalmente, verificou-se um aumento do investimento intragrupo de entidades não residentes em sociedades não financeiras residentes (1.127 milhões de euros).

A contrariar estes crescimentos, reduziram-se os passivos do banco central na forma de numerário e depósitos, em 4190 milhões de euros.

Nos dois primeiros meses do ano, os setores que contribuíram positivamente para a variação dos ativos líquidos de Portugal perante o resto do mundo foram o banco central (4665 milhões de euros), as outras instituições financeiras monetárias (1324 milhões de euros), as sociedades de seguros e fundos de pensões (628 milhões de euros), as instituições financeiras não monetárias exceto sociedades de seguros e fundos de pensões (397 milhões de euros) e os particulares (193 milhões de euros).

DV/LUSA

Autoeuropa propõe acordo para dois anos

INDÚSTRIA Comissão de trabalhadores defende que redução da validade do pré-acordo, de três para dois anos, "vai ao encontro da exigência da maioria".

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

Duas semanas depois de os trabalhadores da Autoeuropa terem chumbado o pré-acordo laboral, desenhado entre a comissão de trabalhadores e a direção da empresa, a administração da fábrica de Palmela propôs, ontem a manutenção dos termos acordados mas, agora, com uma validade de dois anos, e não de três.

Em comunicado, a comissão de trabalhadores anuncia um novo referendo ao acordo para os dias 23 e 24 deste mês, havendo possibilidade dos trabalhadores exercerem o voto antecipado entre os dias 19 e 22. Segundo a comissão de trabalhadores, a maioria dos funcionários foi clara ao afirmar, através do voto, "que não era aceitável um acordo a três anos".

A redução da validade do acordo, de três para dois anos, por parte da administração, "vai ao encontro da exigência da comissão de trabalhadores e da maioria dos trabalhadores", diz a comissão de trabalhadores.

O pré-acordo proposto visa um aumento salarial de 6,8% em 2024 e garante um aumento mínimo de 2,6% em 2025, ou de 0,6% acima da inflação média do ano anterior, e um prémio de objetivos anual, que poderá proporcionar, em média, mais de 2500 euros a cada trabalhador.

É proposto também um prémio único a atribuir em 2025, equivalente a um mês de salário, pelo lançamento do novo modelo híbrido T-Roc, que será produzido a partir do próximo ano na fábrica da Volkswagen, em Palmela. No referendo de 3 de abril, 57,7% votaram "não" ao pré-acordo laboral.

jose.rodrigues@dinheirovivo.pt

Venda de carros no país supera média da UE

AUTOMÓVEIS Itália, França, Espanha e Alemanha, os quatro principais mercados europeus, cresceram em linha com a média da União Europeia, de 4,4%, até março.

TEXTO **JOSÉ VARELA RODRIGUES**

O registo de matrículas de automóveis novos, o que se traduz em vendas, cresceu 4,4%, para 2 768 639 unidades no primeiro trimestre do ano, na União Europeia (UE), de acordo com os dados revelados ontem pela Associação dos Construtores Europeus de Automóveis (ACEA). Portugal foi o terceiro país a registar a maior subida na venda de automóveis novos, de janeiro a março.

Os dados da ACEA indicam que, em Portugal, foram vendidos 59 044 veículos ligeiros de passageiros novos, mais 13,1% do que no primeiro trimestre de 2023. O crescimento das vendas nacionais só ficou atrás do mercado automóvel da Croácia (+13,6%, para 15 432 veículos novos) e da Bulgária (46,8%, para 11 526 automóveis novos).

Estes países, contudo, não figuram entre os maiores mercados automóveis da UE. Os maiores mercados encontram-se em Itália, em França, em Espanha e na Alemanha.

Segundo os dados da ACEA, os números nos quatro maiores mercados automóveis continuam a ser positivos, com Itália e a França a registarem um aumento de 5,7% cada, seguidas da Alemanha (+4,2%, para 694 785 automóveis novos) e de Espanha (+3,1%, para 244 879 unidades novas).

Por fonte de energia, as vendas de carros elétricos a bateria novos na UE aumentaram 3,8%, para 332 999 unidades. As vendas de automóveis novos híbrido-elétricos, por sua vez, subiram 7,5%, para 204 mil unidades, enquanto a comercialização híbridos plug-in novos aceleraram 19,7%, para 801 315 unidades.

Em contraciclo, as vendas de automóveis a gasolina e a gasóleo quebraram face ao período homólogo, 1% e 10,6%, respetivamente. **J.V.R.**

jose.rodrigues@dinheirovivo.pt

Frente Comum anuncia greves em vários setores

FUNÇÃO PÚBLICA Estrutura sindical vai avançar com jornada de luta no dia 17 de maio, com paralisações e uma manifestação em Lisboa, frente ao Ministério das Finanças.

A Frente Comum de sindicatos da administração pública anunciou ontem uma jornada de luta para 17 de maio, com greves em vários setores e uma manifestação em Lisboa, frente ao Ministério das Finanças.

A decisão foi anunciada pelo coordenador da Frente Comum, Sebastião Santana, em declarações à Lusa, após a cimeira de sindicatos que se reuniu para abordar o desenvolvimento da luta dos trabalhadores da administração pública.

"A cimeira, analisando o quadro político atual e vendo aquilo que é o programa do Governo, que continua a acenar com redução fiscal em vez de aumentos de salários, que quer dividir trabalhadores da administração pública, dizendo que resolve problemas a dois ou três grupos profissionais, ainda sem propostas concretas" levou a Frente Comum a convocar o protesto, explicou Sebastião Santana. O sindicalista disse que vários sindicatos vão emitir avisos prévios de greve para dia 17 de maio, estando ainda a ser equacionada a dimensão da participação na jornada nacional de luta por várias estruturas. "O que sabemos é que haverá avisos prévios de greve neste dia, muito provavelmente a abranger os principais setores da administração pública, e que depois vamos ter à tarde, em Lisboa, uma concentração em frente ao Ministério das Finanças", que tem agora a tutela do setor, assinalou.

DV/LUSA

Ocidente aposta em mais sanções e Irão ameaça com nuclear

GUERRA Conselho de Segurança das Nações Unidas discutiu dar estatuto de membro pleno da ONU à Palestina, enquanto Israel prossegue os bombardeamentos na Faixa de Gaza.

TEXTO **SUSANA SALVADOR**

A União Europeia, os Estados Unidos e o Reino Unido reforçaram ontem as sanções contra o Irão, especialmente a sua indústria de fabrico de drones – usados ao lado de mísseis balísticos e de cruzeiro no ataque do último fim de semana contra Israel. O Ocidente une-se numa resposta diplomática contra Teerão, tentando convencer os israelitas a não responder aos iranianos com bombardeamentos e evitar assim uma escalada do conflito na região. O Irão ameaçou avançar no desenvolvimento de uma arma nuclear se Israel atacar.

No final do primeiro dia do Conselho Europeu, que terminou ontem, já tinham sido anunciadas novas medidas restritivas contra o Irão, visando em particular o fabrico de veículos aéreos não tripulados e mísseis. Mas não foram dados mais pormenores. Por seu lado, os EUA revelaram que vão visar 16 pessoas ligadas aos Guardas da Revolução e ao Ministério da Defesa iraniano e duas entidades iranianas que produzem os motores usados nos drones. As sanções britânicas vão no mesmo sentido.

Israel saudou estas medidas, que apelida de "um passo importante no caminho da retirada dos dentes da serpente", agradecendo aos "amigos pelo apoio e assistência". Mas o primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, reiterou na quarta-feira que Israel "tem o direito a proteger-se" e que "tomará a sua própria decisão" sobre a resposta ao ataque iraniano. Contestado nas ruas, Netanyahu apelou já ontem à "unidade interna" face à "ameaça existencial".

Um eventual alvo de Israel podem ser as instalações nucleares de Teerão. O comandante da Guarda Revolucionária responsável pela segurança desses locais, o general Ahmad Haghtalab, avisou que se tal acontecer "o Irão admite rever a sua doutrina nuclear e deixar para trás as considerações anteriores".

Há mais de 20 anos que o líder supremo Ali Khamenei terá decretado uma *fatwa* (decreto religioso) contra o desenvolvimento de armas nucleares. "Construir e armazenas bombas nucleares é errado e usá-las é pecado", insistiu em 2019, explicando que apesar de o Irão ter a tecnologia, evitou desenvolver as armas. Algo que poderia mudar. Teerão já terá enriquecido urânio a 60%, muito acima do valor necessário num programa nuclear civil.

Estatuto da Palestina na ONU

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, defendeu ontem que o Médio Oriente está à beira do "precipício", voltando a apelar à "contenção máxima" de todos os envolvidos. "Um erro de cálculo, uma falha de comunicação, um erro podem levar ao impensável: um conflito regional em grande escala que seria devastador para todos os envolvidos e para o resto do mundo", afirmou, insistindo na condenação ao ataque do Irão mas pedindo o fim do "ciclo sangrento da retaliação".

As declarações de Guterres surgiram no início do debate no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o Médio Oriente. O secretário-geral insistiu na necessidade de acabar com a guerra na Faixa de Gaza, mas também numa "desescalada" da situação explosiva na Cisjordânia e lembrou que "o objetivo final continua a ser uma solução de dois Estados, Israel e Palestina, a viver lado a lado.

O Conselho de Segurança debateu dar ao "Estado da Palestina" o estatuto de membro pleno da ONU, algo que os palestinianos defendem há anos – em 2012 tiveram uma pequena vitória ao tornarem-se observadores. Sem a luz verde do Conselho de Segurança, a proposta não pode ser votada na Assembleia Geral, onde precisaria de uma maioria de dois terços. Segundo os palestinianos, 137 dos 193 países membros já reconhecem o Estado Palestiniano.

"Conceder à Palestina a adesão plena às Nações Unidas irá eliminar algumas das injustiças históricas a que as sucessivas gerações palestinianas foram sujeitas", disse o enviado especial da Autoridade Palestiniana, Ziad Abu Amr. "Abrirá amplas perspetivas de uma verdadeira paz baseada na justiça", acrescentou, sabendo à partida que o veto dos EUA – aliados de Israel – era mais do que provável.

Já o embaixador de Israel, Gilad Erdan, avisou que a aprovação da resolução apresentada pela Argélia seria "a maior recompensa para o terrorismo". Erdan alegou que a resolução teria "zero impacto positivo", "causaria apenas destruição" e "prejudicaria qualquer hipótese de diálogo no futuro".

susana.f.salvador@dn.pt

EPA/MOHAMMED SALEM

Imagem de luto em Gaza vence World Press Photo

A imagem da palestiniana Inas Abu Maamar abraçada ao corpo da sobrinha Saly, de cinco anos, morta junto com a mãe e a irmã quando um míssil israelita atingiu a sua casa em Khan Yunis, na Faixa de Gaza, é a Fotografia do Ano do World Press Photo. A foto foi tirada na morgue do Hospital Nasser por Mohammed Salem, repórter fotográfico da Reuters que tinha sido pai dias antes. "O júri ficou profundamente emocionado pela forma como esta imagem evoca uma reflexão emocional em cada espectador. Composta com cuidado e respeito, oferece um vislumbre metafórico e literal sobre uma perda inimaginável", disse a organização.

EPA/RAJAT GUPTA

Funcionários transportam as máquinas de voto eletrónicas para a primeira fase das eleições.

O terceiro duelo na Índia entre o herdeiro de três primeiros-ministros e o filho do vendedor de chá

ELEIÇÕES As legislativas na "maior democracia do mundo" começam hoje e têm sete fases. Só a 4 de junho se saberá se Rahul Gandhi, do Partido do Congresso, conseguirá desta vez derrotar o candidato nacionalista hindu, o atual chefe do governo indiano, Narendra Modi.

TEXTO **LEONÍDIO PAULO FERREIRA**

Depois de ter sido derrotado sem apelo nem agravo por Narendra Modi em 2014 e 2019, e acusado de falta de carisma até por alguns dos próprios apoiantes, Rahul Gandhi decidiu desta vez ser implacável no desafio ao primeiro-ministro indiano, com uma campanha agressiva. E o recente relatório Hurun que identificou Mumbai como a cidade asiática com mais multimilionários (e a nível mundial só atrás de Nova Iorque e de Londres) deu-lhe argumentos para falar da persistência das desigualdades na Índia: "A pobreza não pode ser erradicada de uma só vez, mas pode sofrer um duro golpe. Uma das principais razões para a pobreza no país é que Narendra Modi deu toda a riqueza do país a algumas pessoas selecionadas."

Com o seu Partido do Congresso a liderar uma coligação de 26 partidos (dos comunistas a forças regionais), Gandhi espera este ano conseguir a vitória que lhe tem fugido desde que entrou na vida política ativa, seguindo o modelo do bisavô, da avó e do pai, que foram todos primeiros-ministros. O problema é que o pertencer a uma dinastia política – é bisneto de Jawaharlal Nehru, neto de Indira Gandhi e filho de Rajiv Gandhi (o apelido Gandhi é por causa do marido de Indira, não tem que ver com o Mahatma Gandhi) – é tanto uma vantagem como uma desvantagem. E quando se fala de riqueza e de pobreza, o eleitorado indiano não pode deixar de ver o contraste entre alguém que cresceu em berço de ouro, até estudou em Harvard e Cambridge, e o rival Modi, filho de um vendedor de chá, pelo que os ataques recentes sobre persistência da miséria dificilmente vão alterar as previsões de vitória do BJP, o partido nacionalista hindu, nestas eleições legislativas que decorrem em sete fases e envolvem 968 milhões de eleitores. A primeira fase começa já hoje, e a última será no dia 1 de junho, com os resultados a deverem ser a anunciados a 4 de junho.

Rahul Gandhi
Candidato do Partido do Congresso

Narendra Modi
Primeiro-ministro indiano e candidato do BJP

"Para as eleições gerais indianas de 2024, todas as sondagens e até a vontade da maioria dos indianos indicam que o atual partido no poder, o BJP, será o vencedor. Isto, visto que, nos recentes resultados eleitorais em várias províncias indianas, o BJP não surgiu apenas como um grande vencedor, mas também com uma maioria absoluta folgada. E quase todas as grandes províncias que vão eleger o maior número dos deputados para o Lok Sabha, a câmara baixa do Parlamento indiano, são governadas pelo BJP, o que certamente é uma grande vantagem. Não esquecer também que atualmente nenhum outro partido tem um líder tão carismático como Narendra Modi. Esta equação de invencibilidade do BJP fez com que todos os partidos da oposição se unissem, esquecendo as suas divergências, o que não tem sido fácil, para tentar darem uma luta forte ao BJP", analisa Shiv Singh, professor de Estudos Indianos na Universidade de Lisboa.

A economia sempre foi um ponto forte de Modi desde quando era ministro-chefe do Gujarate, um estado com tradição mercantil que se tem destacado nos últimos anos pelo crescimento na casa dos dois dígitos (bem acima dos 7,2% da Índia em 2023, que até é o mais alto entre as grandes economias). Foi, aliás, já no segundo mandato de Modi como primeiro-ministro que o PIB da Índia conseguiu passar o do Reino Unido, tornando-se a quinta maior economia do mundo. Para uma Índia que viu a colonização britânica deixar um rasto de pobreza identificável pelas estimativas histórica (passou de um quarto da riqueza global no início do século XVIII para 4% no momento da independência, em 1947) foi uma ultrapassagem cheia de simbolismo. Mas ser pró-negócios significa também estar próximo dos grandes empresários, e o BJP não se consegue livrar dessa fama, pelo menos com tantas dificuldades em fazê-lo como o Partido do Congresso tarda em deixar de ser visto como herdeiro de uma visão estatizante da economia.

A favor do BJP joga a redução da pobreza na última década, mesmo que haja ainda um longo caminho a percorrer para reduzir desigualdades, como sublinha Eugénio Viassa Monteiro, professor na AESE (Lisboa) e no IIM (Rothak): "O último Relatório da ONU dizia que 415 milhões de pessoas tinham saído da pobreza na Índia. A ONU destacou que é uma conquista notável da Índia. De acordo com o relatório, citado pelo jornal *The Hindu*, as pessoas multidimensionalmente pobres e carentes no indicador de nutrição na Índia diminuíram de 44,3% em 2005/2006 para 11,8% em 2019/2021, e a mortalidade infantil caiu igualmente. Os pobres e privados de combustível para cozinhar caíram de 52,9% para 13,9% e os privados de saneamento caíram de 50,4% em 2005/2006 para 11,3% em 2019/2021, ainda segundo o relatório. No indicador de água potável, o percentual de pessoas multidimensionalmente pobres e carentes caiu de 16,4 para 2,7 no período, de eletricidade de 29% para 2,1% e de habitação de 44,9% para 13,6%." Viassa Monteir acrescenta que "apesar de o país estar no bom caminho, a pobreza nas grandes cidades como Mumbai é visível e chocante, com centenas de pessoas a viverem na rua. Os bairros de lata persistem nas grandes cidades e mesmo muitas casas de habitações de trabalhadores rurais são de muitíssima baixa qualidade. É um assunto que clama para a celeridade nas medidas na construção de casas de habitação económica em todo o país".

O duelo entre Gandhi e Modi tem uma outra frente importante além da economia, que tem que ver com a ideia de Índia. O país, com 1400 milhões de habitantes, tornou-se este ano o mais populoso do mundo, e a sua diversidade é enorme, tanto linguística como religiosa. O Partido do Congresso conseguiu reunir uma vasta aliança anti-BJP acenando com a preferência clara que os nacionalistas hindus dão tanto à religião hindu como, de certo modo, à língua hindi. É que, enquanto em 1947 Nehru e o Mahatma Gandhi, e hoje Rahul Gandhi também, defenderam uma Índia plural (ela que ainda hoje conta com 200 milhões de muçulmanos, 30 milhões de cristãos e 20 milhões de sikhs, fora outras comunidades), o BJP é. por seu lado, o herdeiro de uma linha política que sempre defendeu a hinduidade e considera que o Estado deve ter em conta o caráter hindu da maioria do povo. A nível internacional, a promoção da hinduidade tem gerado críticas a Modi, que desde muito jovem militou nas fações extremistas hindus, mas a nível interno até pode atrair mais votos do que aqueles que fará perder. A ideia de Índia será certamente, tal como a pobreza, tema quente nestas eleições na "maior democracia do mundo".

Sabotagem e explosões: como agentes pró--russos planeavam minar ajuda à Ucrânia

ALEMANHA Relações entre Berlim e Moscovo azedam ainda mais na sequência da detenção de dois alemães nascidos na Rússia. São suspeitos de espionagem e de planearem ações de sabotagem contra instalações militares e industriais.

TEXTO **CÉSAR AVÓ**

Bayreuth é uma pequena cidade bávara conhecida pelo festival criado pelo compositor Richard Wagner. A sua pacatez é abalada pelos milhares de melómanos que aí acorrem para ver e ouvir as produções operáticas do alemão. Foi agora também notícia pela detenção de dois cidadãos suspeitos de espionagem e de planeamento de ataques com o objetivo de prejudicar a ajuda militar para a Ucrânia, em mais um episódio de interferência russa em território alemão.

O gabinete do procurador federal, em Karlsruhe, disse que Dieter S. e Alexander J. – ambos nascidos na Rússia mas há muito naturalizados alemães – vão ser acusados, entre outras coisas, de atuar como agentes para fins de sabotagem e de preparar explosivos, em resultado de buscas nas suas residências e locais de trabalho. As autoridades disseram que os dois indivíduos teriam estado a escolher e pesquisar sobre potenciais alvos de ataque, incluindo bases militares americanas na Alemanha. Em específico, a base militar de Grafenwöhr, na Baviera, onde os soldados ucranianos recebem formação sobre a utilização dos tanques Abrams dos EUA, noticiou a revista *Der Spiegel*.

CHRISTOF STACHE / AFP

Militares norte-americanos na base de Grafenwöhr, um potencial alvo da sabotagem russa.

"As autoridades de segurança evitaram possíveis ataques com explosivos que tinham como objetivo atingir e prejudicar a nossa assistência militar à Ucrânia. Trata-se de um caso particularmente grave de alegada atividade de espionagem para o regime criminoso de Putin."

Nancy Faeser
Ministra do Interior da Alemanha

O principal suspeito, Dieter S., já tinha um longo historial pró-Putin: entre 2014 e 2016 esteve a combater no leste da Ucrânia integrado nas forças da chamada República Popular de Donetsk, de acordo com o Ministério Público alemão. Como aquela unidade militar está classificada como organização terrorista pela justiça alemã, Dieter S. é também acusado de pertencer a uma organização terrorista estrangeira no estrangeiro. O arguido estaria agora em contacto com um agente dos serviços secretos russos, com o qual estaria a trocar informações sobre ações de sabotagem. Dieter S., que terá dito ao agente russo estar preparado para executar ataques a infraestruturas utilizadas pelas forças armadas, bem como a instalações industriais, é também acusado de conspiração para causar uma explosão e fogo posto.

A ministra dos Negócios Estrangeiros alemã, Annalena Baerbock, convocou o embaixador russo. "Não permitiremos que Putin leve o seu terror à Alemanha", foi o que a chefe da diplomacia alemã fez transmitir ao representante russo em Berlim, segundo o que afirmou na rede X. Já o chanceler Olaf Scholz foi mais diplomático: "Nunca poderemos aceitar que haja atividades de espionagem na Alemanha."

A Rússia respondeu com um diplomático não desmentido, ao comunicar através da conta no X da embaixada em Berlim que, na reunião para a qual o diplomata Sergei Nachaev foi convocado, "não foram apresentadas provas dos planos dos detidos nem da sua possível ligação a representantes das estruturas russas".

Este é o mais recente episódio de alegadas atividades de espionagem russa na Alemanha ou junto de alemães. A anterior envolveu a interceção de uma videochamada entre chefias militares que discutiam as implicações da eventual entrega de mísseis de longo alcance Taurus à Ucrânia. No ano passado, David Smith, funcionário da embaixada britânica em Berlim, foi condenado a 13 anos de prisão depois de ter sido apanhado pelo MI5 a espiar para Moscovo. Também no ano passado, Thomas H., funcionário do departamento de aprovisionamento das forças armadas alemãs, foi detido depois de ter contactado o consulado russo em Bona e a embaixada em Berlim. É suspeito de ter passado informações militares aos serviços secretos russos. Em dezembro último começou um julgamento de Carsten L., que à altura dos factos era chefe de divisão dos serviços de informações federais (BND) e de um empresário, Arthur E. O primeiro é suspeito de ser agente duplo e de ter vendido ao segundo documentos secretos reveladores dos métodos de trabalho do BND, os quais acabaram nas mãos do FSB, a secreta russa.

A detenção dos dois suspeitos deu-se no dia em que o vice-chanceler Robert Habeck visitou Kiev. O também ministro da Economia mostrou-se otimista quanto ao desfecho da guerra, ao declarar à *Deutsche Welle* que "Moscovo pode ser travado". Por outro lado, disse o que o presidente Zelensky ou o MNE Kuleba têm repetido todos os dias: "A Ucrânia precisa de sistemas de defesa aérea." Habeck foi acompanhado pelo diretor da Diehl, empresa que fabrica os sistemas de defesa aérea Iris-T. Este anunciou a entrega, nas próximas semanas, de um sistema, o quarto a operar na Ucrânia.

cesar.avo@dn.pt

Ataque na Crimeia

Na noite de quarta-feira, um ataque aéreo ucraniano atingiu a base aérea de Dzhankoi, na Crimeia ocupada. Segundo o Ministério da Defesa de Kiev, a "operação bem-sucedida" destruiu ou danificou quatro lançadores de mísseis de defesa aérea S-400, três sistemas de deteção de radar, um centro de comando e controlo e um sistema de vigilância do espaço aéreo e de controlo da defesa aérea Fundament-M (sobre o qual há pouca informação disponível). Kiev não informou como ultrapassou as defesas aéreas, embora *bloggers* militares adiantem ter sido com mísseis de precisão ATACMS, lançados dos sistemas HIMARS.

O difícil caminho da Europa para recuperar terreno a EUA e China

CIMEIRA Relatório do italiano Enrico Letta refere que o mercado único deve ser reforçado através de medidas como a criação de uma União de Poupança e Investimento. Macron fala em debate longo porque as posições iniciais de cada país são diferentes e Ursula von der Leyen numa inspiração para o próximo mandato.

TEXTO **ANA MEIRELES**

Os chefes de Estado e de Governo dos 27 usaram o segundo (e último) dia do Conselho Europeu extraordinário para começar a discutir alternativas para que a União Europeia recupere o terreno perdido para Estados Unidos e China, além de explorar de modo mais eficiente o seu mercado interno. O consenso é que o bloco europeu está a perder posições na disputa mundial pela inovação, o que inclui o mercado de baterias para automóveis elétricos ou a Inteligência Artificial. Ao mesmo tempo, a indústria perde mercados, afetada pelo aumento nos preços da energia desde o início da invasão russa da Ucrânia.

No que diz respeito ao mercado interno, a base da discussão foi o relatório ontem apresentado pelo ex-primeiro-ministro italiano Enrico Letta, que apelou aos líderes da União Europeia para "não perderem tempo". "Não há tempo a perder. O fosso entre a UE e os Estados Unidos em termos de desempenho económico é cada vez maior e há a possibilidade de reforçar o mercado único para eliminar a fragmentação", declarou Letta, lembrando que a economia do bloco "está a ficar para trás".

O italiano referiu ainda que em questões como energia, telecomunicações e mercados financeiros "estamos a perder concorrência e é por isso que a minha proposta é integrá-los", numa alusão a medidas como maior simplificação regulamentar e redução da burocracia para resolver a assimetria entre territórios e sistemas legais e fiscais.

O relatório de 147 páginas do antigo primeiro-ministro apela, entre outras propostas, a uma maior harmonização do quadro tributário da UE para facilitar a livre circulação de trabalhadores, bens e serviços e apoiar o crescimento e o investimento privado, destacando que a chave das dificuldades é a ausência de um mercado único realmente integrado, devido às diferentes regulamentações nacionais.

Neste sentido, Enrico Letta recomenda que deve haver um uso mais amplo das leis comunitárias que os governos devem aplicar à risca, em vez de serem capazes de as alterar, mas também que deve ser criado um Código Europeu de Direito Empresarial para agilizar a administração das empresas.

Nas indicações do ex-primeiro-ministro italiano está também um modelo de Projetos Importantes de Interesse Europeu Comum, que combina subsídios nacionais para impulsionar tecnologias essenciais, e um Mecanismo de Solidariedade ao Alargamento, que terá como objetivo facilitar a entrada de novos Estados-membros.

Mercado comum para a Defesa

Letta refere ainda que, para ajudar a financiar os seus novos propósitos, Bruxelas precisa de criar uma União de Poupança e Investimento, uma espécie de mercado comum financeiro, que canalize as poupanças dos cidadãos comunitários para apoiar as empresas – a UE dispõe hoje de 33 biliões de euros em poupanças privadas, predominantemente detidas em moeda e depósitos. Esta união seria gerida através de uma reforçada Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados, em colaboração com autoridades nacionais competentes.

> Charles Michel diz que o relatório mostra que o mercado interno "é um propósito político" e irá ajudar os líderes a tomar "decisões fundamentais nas próximas semanas, em preparação do próximo ciclo institucional após as eleições europeias".

Numa altura em que a Defesa é uma área que está a ganhar um maior relevo dentro da UE – de tal forma que a presidente da Comissão Europeia pretende criar o cargo de comissário para a Defesa caso seja reeleita –, Letta sugere no seu relatório a criação de "um mercado comum da indústria da defesa" para "promover a paz e reforçar a segurança", com iniciativas como emissão de dívida conjunta com planos de reembolsos claros, empréstimos em condições favoráveis e apoio do Banco Europeu de Investimento para financiar o investimento da UE nesta área.

Na conferência de imprensa final do Conselho Europeu, Ursula Von der Leyen referiu que o relatório agora apresentado por Enrico Letta sobre o mercado interno e o do também antigo chefe de Governo italiano e ex-presidente do Banco Central Europeu Mario Draghi, que será divulgado em junho, sobre competitividade, "irão inspirar, certamente, as diretrizes que serão traçadas para o próximo mandato".

Por seu lado, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, referiu que o relatório *Muito mais do que um mercado*, de Letta, mostra que o mercado interno "é um propósito político" e irá ajudar os líderes a tomar "decisões fundamentais nas próximas semanas, em preparação do próximo ciclo institucional após as eleições europeias".

"Houve um debate muito longo porque as posições iniciais [de cada país] são diferentes" em relação à integração dos mercados de capitais, disse, no fim da cimeira, o presidente de França, Emmanuel Macron.

ana.meireles@dn.pt

LUDOVIC MARIN / AFP

Enrico Letta e Charles Michel à chegada para o segundo dia de reunião do Conselho Europeu.

BREVES

Deputados de Taiwan visitam Pequim

O Kuomintang (KMT), o principal partido da oposição de Taiwan, anunciou ontem que vai enviar um grupo de deputados à China na próxima semana, visando aliviar as tensões no Estreito da Formosa. A visita, que decorre entre os dias 25 e 28, tem como objetivo impulsionar o turismo entre Taiwan e a China e promover a exportação de produtos agrícolas e da pesca para Pequim, disse o líder do grupo do KMT no Parlamento, Fu Kun-chi. "O que o Governo não fizer, nós próprios faremos", afirmou o deputado da oposição, que não esclareceu se vai reunir com responsáveis do Partido Comunista Chinês. Posteriormente, o diretor de Cultura e Comunicação do KMT, Lee Yen-hsiu, afirmou que a cúpula do partido não tinha conhecimento dos planos de Fu e que o KMT não estava envolvido no planeamento da viagem.

Petro propõe referendo na Venezuela

O presidente da Colômbia propôs a realização de um referendo na Venezuela, coincidindo com as presidenciais de 28 de julho, que pretende definir várias garantias a quem perder essas eleições para evitar posteriores retaliações. Gustavo Petro revelou ontem que já apresentou anteriormente esta ideia tanto ao presidente venezuelano, Nicolás Maduro, como à oposição daquele país. "Está a ser discutido, mesmo não tendo ainda um resultado concreto", explicou. Segundo Petro, que se reuniu com Maduro na semana passada, o objetivo do plebiscito é "garantir a quem perder as eleições a certeza e a segurança em relação à sua vida, aos seus direitos, às suas garantias políticas, que qualquer ser humano deve ter no seu respetivo país", numa aparente tentativa de evitar futuras retaliações do próximo Governo.

Opinião
Raúl M. Braga Pires

Líbia, há 10 anos sem eleições!

Com o mandato da United Nations Support Mission in Libya (UNSMIL) a terminar em Outubro, o enviado especial de Guterres, o senegalês Abdoulaye Bathily, continua a ter como prioridade estabelecer consensos entre as facções rivais, para pelo menos garantir uma extensão de mandato, caso se encontrem equilíbrios para se projectarem eleições legislativas e presidenciais, até 31 de Dezembro do corrente ano.

A Líbia, por não abrir telejornais, não significa que esteja mais calma. Recentemente, durante as celebrações do *Eid al-Fitr* (fim de Ramadão), o confronto seguiu o habitual roteiro da Chicago dos anos 1920! Veja-se, sem aspas, porque vai mesmo ver:

Quinta-feira 11, a Polícia Judicial, aliada da Força Especial de Dissuasão (RADA), deteve dois membros do Aparelho de Suporte de Estabilidade (SSA), liderado por Abdul Ghani al-Kikli. O SSA deteve depois dois elementos da Polícia Judicial. Seguiram-se confrontos na capital Trípoli entre a SSA e esta Polícia apoiada pela RADA, na zona da Estrada do Aeroporto, em Abu Salim. De seguida a Directoria da Segurança de Trípoli avança com o bloqueio das estradas circundantes à "escaramuça". Aliás, a medida desta Directoria foi a mais sensata deste episódio, já que impediu todos os outros grupos do "Cartel de Trípoli" de acederem ao local e tomarem um partido. Mobilizados para isso estavam!

O "Cartel de Trípoli" é a mesa exclusiva onde se sentam os principais "grupos de interesse-barra-militares" que dominam, ou lutam pelo domínio, dos principais activos líbios, os quais giram à roda do petróleo, electricidade, banca, portos, ministérios, segurança privada/paramilitares! Porque é que este modelo se impôs? Porque foi o modelo que em 2016 permitiu à UNSMIL compor o Governo do Acordo Nacional (GAN) à sua medida. Ou seja, as Nações Unidas tiveram que compactuar com a partilha do bolo pela força e não subsequente à dinâmica democratizante a implementar.

As Nações Unidas estão de momento politicamente reféns dos mesmos que "mais-do-que-tacitamente" aceitaram após o estabelecimento do GAN em 2016, o qual tomou posse com a função primordial de organizar eleições. Entretanto, os políticos com assento no Cartel, foram esgrimindo rivalidades e ambições, à medida que mantinham equilíbrios, sempre interrompidos por "escaramuças" como a da semana passada, geralmente resolvidas no mesmo dia, com troca de prisioneiros. Porquê? Porque no fundo todas as milícias pertencem ao GAN e a lógica tem sido invertida, a da distribuição do espólio antes de a guerra começar, tal é a riqueza do país!

Porque uma nova guerra civil equivalerá a primos lutarem contra primos e irmãos contra irmãos, já que as três anteriores (guerras civis, 2011-19, período geralmente apelidado simplesmente por "guerra civil"), esboroaram certas lógicas de fidelidades étnicas e regionais, em prol do vil metal! Território, militares/paramilitares, fidelidades e valores foram "sirianizados" nos últimos 10 anos, provocando uma maior complexidade a um "Governo Central de Trípoli", reconhecido pela ONU, que insiste em não assumir a Federação enquanto prospectiva futura, pelo menos, de dividir os problemas em três (Tripolitânia, Cirenaica e Fezzan), em vez de os concentrar na capital. Porquê?

Porque o "espólio pré-guerra" ainda intacto é do tamanho do país e porque a gula, a soberba e a avareza são da condição humana independentemente da geografia e do Livro. Quanto a eleições, vamos continuar atentos até 31 de Dezembro!

A Líbia, por não abrir telejornais, não significa que esteja mais calma. Recentemente, durante as celebrações do *Eid al-Fitr* (fim de Ramadão), o confronto seguiu o habitual roteiro da Chicago dos anos 1920!

Politólogo/arabista www.maghreb-machrek.pt (em reparação).
Escreve de acordo com a antiga ortografia

Opinião
Victor Ângelo

A Europa perante um futuro de incertezas

Acaba de ter lugar mais uma reunião dos líderes europeus. O objetivo seria definir o posicionamento da UE perante as rivalidades económicas que a China e os EUA têm estado a adotar em relação à Europa. A agenda incluía ainda uma análise dos desafios que a admissão de novos membros poderá acarretar, a integração dos mercados europeus de capitais e as indústrias de defesa.

Enrico Letta, primeiro-ministro de Itália em 2013-2014, preparara um documento de reflexão. Também durante a semana, um outro italiano, Mario Draghi, o antigo presidente do Banco Central Europeu e igualmente antigo primeiro-ministro do seu país (2021-2022), havia falado sobre o futuro da União. Estas duas personalidades, que se movem politicamente nas esferas do centro europeu, têm bastante credibilidade. São nomes que poderão também estar em cima da mesa quando se discutir quem irá ocupar o cargo agora preenchido por Charles Michel. Não creio, porém, que possam ter grandes hipóteses. A aposta mais realista deve concentrar-se em António Costa. Tem, logo à partida, três trunfos de peso: foi primeiro-ministro durante muitos anos, contrariamente aos dois italianos, ganhou uma enorme respeitabilidade junto dos seus pares, que são quem irá decidir sobre a presidência do Conselho Europeu, e conta com o apoio do centro-esquerda, o que permitiria obter um equilíbrio no topo da UE, tendo em conta que Ursula von der Leyen provém do centro-direita.

A futura liderança da UE deverá ser capaz de lidar com Donald Trump, caso se confirmem as sondagens atuais, que o dão como hipotético vencedor da eleição americana. A acontecer, será um repto enorme, numa conjuntura internacional já excecionalmente complicada, com Vladimir Putin, Xi Jinping e outros personagens a atacar os nossos interesses e a estabilidade global, em paralelo com as loucuras, os riscos e os perigos que Trump não se coibirá de criar. A tudo isto, haverá que acrescentar uma situação institucional bastante complexa, se os resultados das eleições para o Parlamento Europeu, a 9 de junho, permitirem uma representação muito significativa dos partidos ultranacionalistas e da direita extrema. E sem esquecer que também está em jogo a função de secretário-geral da NATO. Espera-se que seja um político arguto e com uma personalidade forte.

A reunião acabou por se focar essencialmente na situação no Médio Oriente. A Europa não tem força suficiente para influenciar o curso dos acontecimentos nessa região. Deve, isso sim, apelar à contenção e insistir na resolução dos grandes problemas que estão na origem das crises aí existentes. Ou seja, Gaza e a sua tragédia humanitária, o futuro da Palestina, a cooperação entre os povos, o respeito pelas minorias, a neutralização das milícias armadas e dos grupos terroristas. Defendo que a UE deve passar a adotar uma posição imparcial e fazer pressão junto dos principais protagonistas na região, assim como em Washington e em Nova Iorque, nas Nações Unidas, para sublinhar a importância dos valores humanos e da lei internacional. O alinhamento acrítico com uma das partes não serve nem os interesses da paz nem a posição da UE no mundo.

Os futuros dirigentes da UE devem igualmente ter em conta as ideias que surgirão na disputa por assentos no próximo Parlamento e durante os processos que levarão à constituição da nova Comissão Europeia e à eleição do novo presidente do Conselho Europeu. Temos aqui a oportunidade de pensar no futuro e de reformar o que precisa de ser revisto. As prioridades deverão ser repensadas para dar resposta às preocupações dos cidadãos e às ameaças que nos vêm da vizinhança. Neste último caso, é absolutamente vital ajudar a Ucrânia na sua defesa legítima contra a guerra de invasão russa. E reforçar, em simultâneo, a nossa capacidade de defesa perante os inimigos externos e a nossa segurança face aos agentes que servem esses inimigos no interior do espaço europeu. A Europa não é nem será uma superpotência. Por isso, deve tratar acima de tudo da sua vizinhança e da sua estabilidade interna.

Para além da defesa e da segurança, será necessário investir mais na ciência e na tecnologia, no domínio digital, na autonomia energética em rede, na aquisição de matérias-primas estratégicas e nas indústrias e setores económicos essenciais para a salvaguarda do bem-estar e da vida dos cidadãos. A tudo isto, acrescentaria uma Europa defensora dos valores universais e da cooperação multilateral. A Agenda 2030 e os 17 Objetivos de um Desenvolvimento Sustentável continuam a ser pertinentes. São os conflitos que não fazem sentido. Consomem fortunas para semear a destruição e a morte. A construção da paz tem igualmente um preço elevado. Os factos mostram, porém, que se trata de um investimento imprescindível.

Conselheiro em segurança internacional.
Ex-secretário-geral-adjunto da ONU

GUILLAUME HORCAJUELO/EPA

João Neves foi bem anulado por Mbemba e o Benfica sentiu falta do seu génio.

ESTÁDIO VÉLODROME (MARSELHA)
ÁRBITRO FELIX ZWAYER (ALEMANHA)

MARSELHA	BENFICA
1 Após G.P. 4-2	0
PAUL LÓPEZ	TRUBIN
CHANCEL MBEMBA (46')	ALEXANDER BAH
LEONARDO BELARDI	ANTÓNIO SILVA
SAMUEL GIGOT (100')	OTAMENDI
EMRAN SOGLO (59')	AURSNES
ILIMAN NDIAYE (76')	FLORENTINO LUÍS
GEOFFREY KONDOGBIA	JOÃO NEVES
AMINE HARIT (106')	DI MARÍA
AZZEDINE OUNAHI (59')	RAFA SILVA (102')
JORDAN VERETOUT	DAVID NERES (62')
PIERRE AUBAMEYANG	TENGSTEDT (62')
TREINADOR	**TREINADOR**
JEAN-LOUIS GASSET	ROGER SCHMIDT
SUBSTITUIÇÕES	**SUBSTITUIÇÕES**
MURILLO (46')	JOÃO MÁRIO (62')
LUIS HENRIQUE (59')	KÖKÇÜ (62')
MOUMBAGNA (59')	ARTHUR CABRAL (102')
CORREA (76')	
DAOU (100')	
LAFONT (106')	

GOLOS: MOUMBAGNA (79').

CARTÕES AMARELOS: ANTÓNIO SILVA (38') E MBEMBA (45'+2), DI MARÍA (61'), HARIT (89'), GIGOT (89'), KÖKÇU (110') E FLORENTINO (114').

Ambição do Benfica bateu no ferro e Marselha vingou a mão de Vata

LIGA EUROPA Equipa de Roger Schmidt foi para França em vantagem, mas regressou eliminada. Derrota, no jogo e nas grandes penalidades, volta a colocar treinador na berlinda.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Vingança! O Marselha eliminou o Benfica da Liga Europa e conseguiu vingar a mão de Vata 34 anos depois dessa eliminatória traumática que impediu os franceses de chegar à final da Taça dos Clubes Campeões Europeus (1989-90). Os gauleses venceram o jogo (1-0) e empataram a eliminatória (2-2), que reverteram a seu favor no desempate por grandes penalidades (4-2).

Foi um jogo demasiado pensado e demasiado tático, mas nem por isso deixou de ser uma grande noite europeia para... o Marselha, que assim impediu o melhor desempenho em provas europeias na última década da parte do Benfica. Desde 2013-14 que as águias não conseguem passar a barreira dos quartos de final. E foi a terceira vez seguida que ficaram pelos quartos.

Entrando no Orange Vélodrome em vantagem, depois do triunfo no Estádio da Luz (2-1), a equipa de Roger Schmidt deixou que o Marselha tomasse as rédeas do jogo. Uma estratégia que tanto podia ter corrido bem como mal. Acabou por correr mal no desempate por grandes penalidades.

O alemão tinha dado a receita para o sucesso – "bravura, inteligência tática e motivação" –, que também passava por ter mais bola e assim que David Neres pegou na bola tentou de imediato inaugurar o marcador. Não o conseguiu por pouco aos quatro minutos e depois Iliman Ndiaye visou a baliza de Trubin. O Benfica tinha muitas dificuldades em sair a jogar de forma apoiada face à elevada pressão dos franceses, que mais facilmente iam chegando à baliza encarnada. As acelerações de Aubameyang (o melhor marcador de sempre da Liga Europa) eram um problema para os encarnados.

O nulo no marcador ao intervalo não surpreendia dada a ausência de oportunidades de golo flagrantes para qualquer uma das equipas. Se o Marselha fez um remate enquadrado com a baliza de Trubin, o Benfica não conseguiu nenhum.

VAR anulou mão de Neres

O segundo tempo começou com um lance de possível penálti a favor dos franceses, que pediam uma mão na bola de David Neres na grande área. Mas, após análise do videoárbitro, o árbitro mandou seguir, considerando o toque casual. Inegável era o maior índice de perigosidade do Marselha. Geoffrey Kondogbia fez Trubin tremer, com um violento remate de pé esquerdo. O guarda-redes ucraniano impediu logo depois o golo de Harit.

Schmidt percebeu o perigo e mexeu na equipa, reforçando o meio-campo com poder de choque e inteligência a sair com bola. Ou seja com Kökçü e João Mário a entrarem para os lugares de Neres e Tengstedt (uma nulidade ofensiva).

Seguiram-se momentos de aflição para a equipa encarnada. Um erro de Trubin (emendado pelo próprio) quase permitia a Jordan Veretout inaugurar o marcador e empatar a eliminatória. Na sequência de um canto, o guardião ucraniano largou a bola e o médio francês aproveitou para atirar à baliza, mas a bola bateu no joelho do guardião e desviou para canto. Do erro à defesa milagrosa foi apenas um minuto. O guardião ucraniano esticou-se todo logo a seguir para impedir que Kondogbia fosse bem-sucedido na missão.

Galvanizados por este momento de puro talento de Trubin, Rafa e Di Marí uniram esforços para chegar à baliza de Pau López, que impediu o golo da tranquilidade vermelha e branca com uma dupla defesa. Um lance fugaz e esporádico que não teve seguimento e acabou anulado por Faris Moumbagna.

Com a eliminatória empatada, Aos 79' Di María podia ter vestido a pele de herói, mas de cabeça é mais difícil para quem tem o futebol nos pés e o cabeamento saiu na direção das luvas de Pau López. O prolongamento era inevitável... assim como as grandes penalidade, tal a passividade nos 30 minutos extra, com exceção de uma oportunidade criada por Arthur Cabral. E nas decisões dos 11 metros, o Marselha conheceu o sabor da vingança – Dí María acertou no poste e António Silva permitiu a defesa – e e irá agora medir forças nas meias-finais com a Atalanta.

isaura.almeida@dn.pt

Liga Europa

Quartos de final

	1.ª mão	2.ª mão
>**AS ROMA**-AC Milan	1-0	2-1
>**MARSELHA**-Benfica	1-2	1-0 (4-2 GP)
>West Ham-**BAYER LEVERKUSEN**	0-2	1-1
>**ATALANTA**-Liverpool	3-0	0-1

Meias-finais (2 e 9 de abril)

>AS Roma-Bayer Leverkusen
>Marselha-Atalanta

CARLOS CARNEIRO / GLOBAL IMAGENS

Jorge Costa e Andoni Zubizarreta (ao centro) são as escolhas de André Villas-Boas para liderar o futebol.

Zubizarreta e Jorge Costa são trunfos de Villas-Boas

FC PORTO O candidato a destronar Pinto da Costa da presidência dos dragões anunciou o antigo guarda-redes espanhol como seu diretor desportivo, além do regresso de Jorge Costa, 19 anos depois de ter saído.

TEXTO **CARLOS NOGUEIRA**

Andoni Zubizarreta, de 62 anos, e Jorge Costa, de 52, são oficialmente trunfos de André Villas-Boas para ganhar as eleições para a presidência do FC Porto marcadas para o dia 27 de abril, e para as quais concorre contra as candidaturas de Nuno Lobo e do atual líder, Pinto da Costa. O antigo guarda-redes internacional espanhol e o antigo capitão dos dragões foram ontem apresentados, respetivamente como diretor desportivo e diretor do futebol profissional, no caso de a lista do antigo técnico ser a eleita dos sócios portistas.

Na cerimónia realizada na sede de campanha, André Villas-Boas começou por lançar um alerta para os associados, pois "só cerca de 40 mil sócios têm capacidade eleitoral, pelo que cerca de 30 mil têm de regularizar as quotas" para poderem votar. O candidato às eleições do FC Porto destacou o facto de apresentar "dois homens que foram exemplares nos seus clubes" e que "tudo ganharam nas suas carreiras", garantindo ainda que vão ajudar a que os dragões "tudo conquistem" se a sua lista for a eleita.

Estas escolhas visam, de acordo com o candidato, "reforçar a capacidade de decisão" de uma estrutura que será liderada por Zubizarreta – será o responsável por todo o edifício do futebol – e que terá como diretor de futebol profissional Jorge Costa, que durante 14 épocas representou a equipa principal do FC Porto, depois de ter concluído a sua formação. O "Bicho", como frisou Villas-Boas, estará assim de volta ao clube que o viu nascer 19 anos depois de ter saído, em 2005. Outro nome anunciado para a estrutura foi Pedro Silva, que será o diretor de performance.

André Villas-Boas elogiou a carreira de Zubizarreta enquanto desportista – treinador e diretor – e garantiu que foi escolhido porque "se identifica com o que é pretendido" por uma nova ideia para o FC Porto. O antigo guarda-redes espanhol admitiu depois que "o futebol é uma paixão", sendo que isso foi o que aprendeu no clube do seu coração, o Athletic Bilbau, mas depressa avisou: "A partir de agora o meu clube é o FC Porto." Zubizarreta, que enquanto diretor desportivo representou o Athletic, o Barcelona e o Marselha, definiu depois que sempre teve a sensação do que são jogadores à Porto: "São competitivos, intensos, com grande qualidade técnica, compreensão do jogo e amor à camisola."

André Villas-Boas não poupou também elogios a Jorge Costa, de quem disse que, se vencer as eleições, "regressará à casa de onde nunca devia ter saído". O antigo internacional português, que atualmente é treinador do AVS da II Liga, revelou que a sua função será a de "fazer a ponte entre a equipa profissional, equipa B e formação, sempre em sintonia com o presidente, o diretor desportivo e restantes departamentos".

No entanto, Jorge Costa aproveitou para dizer que, há algo mais importante do que as funções que desempenhará: "Tenho uma missão que é servir o FC Porto e não servir-me do FC Porto." Questionado sobre se irá impor uma mentalidade diferente no clube, assumiu que tem "essa obrigação, juntamente com o diretor desportivo". "Já estivemos a conversar sobre isso, porque se queremos, e eu quero muito, ter o meu FC Porto de volta, é preciso ter esses jogadores. Não basta ser bons jogadores, é preciso algo mais", acrescentou.

Villas-Boas escusou-se depois a tecer grandes comentários em relação ao seu treinador no caso de ser eleito, sendo certo que já tinha dito que irá falar com Sérgio Conceição se ganhar as eleições. "Sobre o treinador principal todos sabem qual a minha opinião e não irei falar mais sobre isso", reforçou.

Estes são os dois grandes trunfos de André Villas-Boas para destronar Pinto da Costa, que está no cargo há 42 anos. Têm a palavras os sócios do FC Porto.

carlos.nogueira@dn.pt

Telma Monteiro superou mais uma lesão e volta a competir "no dia mais bonito"

EUROPEUS A medalhada olímpica quer apurar-se para os seus sextos Jogos. cinco meses depois da lesão grave. O regresso está marcado para o dia 25 de abril.

TEXTO **ISAURA ALMEIDA**

Telma Monteiro está de volta aos tatamis. "Vamos com tudo, anda personalidade. Chegou o momento, depois de muita dedicação, dor, suor, resiliência, lágrimas, mas muito querer e crer. A 25 de abril volto à competição no Europeu. Não poderia ser num dia mais bonito", disse a judoca, que passou cinco meses a recuperar de uma grave lesão que obrigou a uma cirurgia para corrigir uma rotura no ligamento cruzado anterior do joelho esquerdo, contraída num combate no Europeu de 2023.

Conseguir o apuramento para Paris 2024 e fazer história como atleta portuguesa com mais participações em Jogos Olímpicos – após Atenas 2004, Pequim 2008, Londres 2012, Rio 2016 e Tóquio 2020 – é o outro objetivo da medalhada de bronze no Rio de Janeiro. "Durante o próximo mês vou competir em provas de qualificação para Paris 2024, os meus sextos Jogos Olímpicos e assim tentar fazer história! Todo o trabalho que podia ter sido feito, foi. Agora é dar tudo em cada prova, com inteligência e ter muita fé de que vai dar tudo certo", assumiu a judoca do Benfica.

Telma Monteiro tem 38 anos e, neste momento, está fora dos lugares de apuramento olímpico na categoria de -57 kg, destinado às 17 mais bem classificadas no *ranking* mundial, com exceção da judoca do país anfitrião e da repetição de nacionalidades. Como exemplo de superação que é, a medalhada olímpica mostra que não desiste e entra hoje em estágio com a seleção que irá representar Portugal no Europeu de Zagreb, entre os dias 25 e 27 de abril. Além do Europeu, Telma Monteiro tem ainda mais três provas para combater e ganhar *ranking*, designadamente o Grand Slam de Dushanbe (de 3 a 5 de maio), Grand Slam do Cazaquistão (de 10 a 12 de maio) e o Mundial de Abu Dhabi (de 19 a 23 de maio). Os Jogos Olímpicos Paris 2024 disputam-se de 26 de julho a 11 de agosto.

Pimenta entre os quatro canoístas em Paris 2024

Os quatro canoístas que garantiram para Portugal uma quota nos Jogos Olímpicos asseguraram ontem o seu próprio lugar em Paris 2024. A começar por Fernando Pimenta em K1 1000 metros. O canoísta, de 34 anos, vai estar pela quarta vez nos Jogos, procurando o primeiro título olímpico, depois da medalha de prata em Tóquio 2020 e do bronze em Londres 2012, juntamente com Emanuel Silva, que ainda sonhava com a sexta presença consecutiva em Jogos Olímpicos, mas foi quarto na sua série e falhou esse objetivo.

Teresa Portela garantiu a sua vaga em K1 500 e os campeões do mundo João Ribeiro e Messias Baptista, em K2 500 metros, depois de vencerem as seletivas internas que juntaram os melhores atletas da canoagem nacional.

isaura.almeida@dn.pt

PEDRO ROCHA / GLOBAL IMAGENS

Cinco meses após ser operada, Telma Monteiro está de volta.

Adjani Salmon, Laura Seixas, Natasha Jatania e Max Evans, os fundadores da 4Quarter Films e criadores da série *Sonhar em Negro*.

Laura Seixas, o contributo português para o sucesso *Sonhar em Negro*

TALENTO Estreou-se há dias na Filmin a série que marcou o início da carreira de uma jovem portuguesa em Inglaterra. *Sonhar em Negro* tem uma estrela chamada Adjani Salmon, mas na sua origem está um projeto de amigos de que Laura Seixas faz parte. O DN conversou com a cocriadora deste êxito britânico.

TEXTO **INÊS N. LOURENÇO**

Estávamos tranquilamente a pesquisar os nomes dos criadores da série *Sonhar em Negro*, uma das novidades fresquinhas da Filmin, quando deparámos com o apelido Seixas. Laura Seixas. Hoje em dia, uma pesquisa rápida leva-nos logo a uma base mínima de esclarecimento: sim, Laura é portuguesa e a série em causa é um projeto importante na sua ainda curta mas dinâmica carreira. Vai daí quisemos saber mais sobre o que a liga a este título nomeado aos BAFTA e acabámos por descobrir que a jovem de 32 anos está a viver no Canadá, ocupada com novos projetos, tendo um pezinho criativo em Portugal e uma rodagem prestes a começar em Nova Iorque... Mas antes de chegar a Vancouver, uma coisa é certa: foi *Dreaming Whilst Black* (título original) que lhe deu uma rampa de lançamento.

Tudo começou em Londres. Um grupo de amigos, com quem fez o mestrado na MetFilm School, juntou-se para beber um copo, partilhar ansiedades e frustrações, e desse bate-boca veio a interrogação: "Porque é que não nos juntamos os quatro e tentamos fazer qualquer coisa? O 'qualquer coisa' foi o *Dreaming Whilst Black*", conta Laura ao DN, por chamada telefónica, explicando que a comédia agora em estreia no *streaming* da Filmin nasceu de um golpe inventivo em forma de websérie, que se tornou um pequeno grande fenómeno. "Criámos [em 2016] a 4Quarter Films, que era uma companhia minha, do Adjani Salmon, da Natasha Jatania e do Max Evans. E a websérie surgiu porque já estávamos todos fartos da falta de oportunidades para entrar na indústria. Então a ideia foi mesmo contar as nossas aventuras no *showbusiness*, relacionadas com o fazer coisas de assistente, etc., tudo isto através do Adjani, que acabou por ser o ator principal e assumir essas dificuldades na história."

Adjani Salmon, o jamaicano que interpreta o protagonista da série, Kwabena, é das figuras mais simpáticas que vamos encontrar na atual paisagem colorida das *sitcoms* – ainda recentemente chegou à plataforma *Such Brave Girls*, outro exemplo notável do sangue jovem que está a renovar a ficção televisiva britânica. Mas *Sonhar em Negro* tem mesmo uma linha própria. Trata-se de mostrar o quotidiano londrino dessa personagem, um aspirante a realizador que, fora do horário de trabalho numa empresa de recrutamento, tenta avançar com o projeto do seu primeiro filme, apesar dos sucessivos obstáculos. Uns mais absurdos, outros mais hilariantes.

E aí estão espelhados os esforços na origem da série, de que Laura tem muito orgulho: "Obviamente, demorámos bastante tempo a fazer a websérie, porque éramos nós a financiá-la – quando tínhamos um bocadinho de dinheiro, fazíamos um novo episódio. Foi assim ao longo de quase dois anos. Depois, na altura em que saiu, fez imenso sucesso e houve uma produtora britânica que gostou, a Big Deal Films. Esta por sua vez apresentou à BBC, que também gostou, decidiram fazer um episódio-piloto, a ver como funcionava, se teria algum impacto... e as pessoas gostaram! Logo com o episódio-piloto, o Adjani ganhou um BAFTA como jovem talento, seguiu-se a compra pela A24, e agora pela Showtime, sendo que esta primeira temporada já foi renovada: eles estão neste momento em pré-produção."

É caso para dizer que o humor de *Sonhar em Negro*, desde as microagressões sociais à intimidade mais descontraída, vive de um conhecimento sério da realidade, que acaba por ser parte do seu encanto genuíno. Isto ao mesmo tempo que Kwabena/Adjani assume o infinito charme da boa onda: é o indivíduo que se permite a devaneios no autocarro e responde com espírito jazzístico às manifestações "suaves" de racismo, ou aos mitos sobre a negritude, enquanto liberta um traço doce na sua tristeza.

"Todos o sentíamos, de uma forma ou de outra", confessa Laura. "Eu, por ser estrangeira, perdi trabalhos – diziam que estava tudo excelente, mas que o passaporte não era o ideal. Passavam ao seguinte. A Natasha era a mesma situação, por ser indiana... E é engraçado porque, enquanto na América do Norte há um pouco mais de franqueza, ou seja, tu sabes com quem estás a lidar, em Inglaterra às vezes é difícil perceber, há pequenos detalhes, pequenas ações no dia a dia, que não permitem identificar os problemas", criativa e socialmente falando. Ainda assim, não haja dúvidas: a experiência de viver 10 anos em Londres foi "incrível" para esta criadora e realizadora portuguesa, já de si nascida na Suíça e criada em Lisboa (com um interregno de infância em França, por causa do trabalho do pai).

O futuro visto de uma janela de Vancouver

Depois da aventura no Reino Unido, Laura Seixas estava a precisar de uma mudança, sem perder os laços com o que deixou para trás. Embora já não esteja tão ligada à nova temporada de *Sonhar em Negro*, continua a ter reuniões com os amigos, "para saber como é que a série está a ir", e a frequentar cerimónias de prémios. "Ainda há pouco estive em Los Angeles para o Film Independent Spirit Awards, onde também estivemos nomeados!"

Mas diz que este é o momento da tal mudança, iniciada com a ida para o Canadá, numa altura em que lhe chegaram propostas de Portugal... Entretanto, realizou um dos telefilmes da série *Contado por Mulheres*, para além da segunda temporada de *A Espia* (que está em pós-produção), ambas da Ukbar Filmes, e quer tomar as rédeas do seu futuro dedicando-se plenamente à realização. "Tenho alguns projetos. Já em junho, vou fazer uma curta-metragem em Nova Iorque, chamada *Salome*. É um *thriller* psicológico sobre abuso sexual, em particular sobre os efeitos a longo prazo; uma espécie de teste para uma longa-metragem. E aqui em Vancouver estou a criar outra curta, desta vez de animação e ficção científica, havendo também projetos em televisão de que ainda não posso falar..." Futuro não lhe falta.

IMPERDOÁVEL
Clint Eastwood
Canal Hollywood

Há uma fase do *western* americano antes de *Unforgiven*, outra depois. Este vencedor dos Óscares de 1993 (tem data de 1992) não quis reciclar o género mas soube dar-lhe a *gravitas* que era necessária. Uma história de um último trabalho de dois velhos vaqueiros que tentam vingar uma morte de uma prostituta. Passa este sábado (2h50) e faz parte de um ciclo deste canal intitulado Clint Eastwood Realiza.
RUI PEDRO TENDINHA

EFFI BRIEST
Rainer Werner Fassbinder
Cinemateca

Integrado no ciclo que evoca filmes produzidos e, sobretudo, vistos em 1974, esta maravilhosa adaptação do romance de Theodor Fontane é uma peça central do universo de Fassbinder (dia 24, 15h30). Com a admirável Hannah Schygulla no papel central, o retrato de Effi Briest e da sua dependência em relação ao marido é uma crónica do século XIX cujas nuances transcendem qualquer fronteira cronológica ou geográfica. **JOÃO LOPES**

GUERRA CIVIL
Alex Garland
Cinemas

A distopia que os americanos precisavam: um pesadelo a imaginar o que poderá acontecer se a democracia falhar e a América se dividir numa batalha civil arrasadora. Um aviso em forma de ficção e imaginado pelo realizador de *Ex Machina*. Perturba e perturba muito, sobretudo quando se torna também uma reflexão sobre a missão sagrada do jornalismo neste mundo em guerra. Só tropeça no fim, quando parece um filme de ação banal. **R.P.T.**

FILMES&SÉRIES AGENDA

Um Mizoguchi a cores vivas, revolucionárias.

O Herói Sacrílego
de Kenji Mizoguchi no Cinema Nimas

Estreado em Portugal em 1973, cerca de 20 anos volvidos sobre o seu lançamento no Japão, *O Herói Sacrílego* (1955) permanece como um título quase desconhecido entre nós. Por uma razão simples: para além da estreia tardia, as exibições que se fizeram na altura foram praticamente só sessões da meia-noite, facto que se conjugou com o toque da censura portuguesa, que tentou mascarar o indício revolucionário da linha final...

Trata-se do penúltimo filme de Kenji Mizoguchi, apenas o segundo em que deu uso à cor, e figura na sua obra como um objeto mais ou menos atípico (apesar da ultrarreconhecível linguagem de cinema), tendo como protagonista um jovem samurai (falamos do "cineasta das mulheres"...) que encarna um princípio de revolta, no meio de uma complexa e opressiva conjuntura do Japão medieval, em que o tom ideológico não passa despercebido. Caso para dizer que raramente se viu um Mizoguchi assim, para mais, com um uso tão meticuloso da cor – a oportunidade surge agora numa nova cópia digital restaurada, que integra o ciclo "Japão Eterno", no Nimas (dia 23, pelas 19h00) e no Teatro Campo Alegre, no Porto (dia 25, pelas 21h30).
INÊS N. LOURENÇO

MARCHA SOBRE ROMA
Mark Cousins
TVCine Edition

À beira do 25 de Abril, importa recordar também a data de 28 de outubro de 1922, quando uma manifestação fascista em Itália levou ao poder Benito Mussolini. É a reflexão sobre esse dia, através de imagens de um filme de propaganda, que se faz em *Marcha Sobre Roma* (hoje, 20h20), um dos brilhantes documentários do irlandês Mark Cousins, que desmonta, ponto por ponto, a mentira do fascismo. Já agora, uma bela lição sobre o olhar. **I.N.L.**

PRISÃO E REDENÇÃO
Jimmy McGovern
RTP Play

Recentemente exibida pela RTP2, já disponível na RTP Play, com chancela da BBC, eis uma minissérie de três episódios (título original: *Time*) sobre a vida interna de uma prisão e o calvário de um recluso que já foi professor. Com o notável Sean Bean no papel central, este é um exemplo genuíno de preservação da tradição do realismo britânico (que, em boa verdade, sempre existiu em ziguezague entre cinema e televisão). **J.L.**

O ABC DO AMOR
Woody Allen
Prime Video

Comédia de muitos absurdos e ainda mais surpresas, esta colagem de sete episódios conseguia a proeza de refletir com ironia e bonomia os valores, ilusões e delírios da "libertação sexual" que pontuou os anos 1960 – a produção, importa lembrar, é de 1972. Fiel ao seu estilo, a plataforma usa o título brasileiro (tradução literal do original): "Tudo o que você sempre quis saber sobre sexo e tinha medo de perguntar." **J.L.**

RIPLEY
Steven Zaillian
Netflix

Goste-se ou não, aqui está um Tom Ripley ao estilo da sua autora, Patricia Highsmith. Uma figura recortada do romantismo e observada pela sua malícia inteligente, de gestos precisos. Foi por aí, pela frieza do vigarista, que Steven Zaillian se orientou para criar esta série de oito episódios, a preto e branco, assente na "sombra" humana que é Andrew Scott, um dos melhores intérpretes da personagem, com um fraquinho por férias italianas... **I.N.L.**

UMA VIDA SINGULAR
James Hawes
Cinemas

Exemplo de um certo profissionalismo britânico, neste caso com uma história real contada em dois tempos: o feito de *Sir* Nicholas Winton, o inglês que salvou centenas de crianças polacas dos campos de concentração na Segunda Guerra Mundial. Um filme docemente esmagado pelo poder magnético de outro *Sir*, Anthony Hopkins, mesmo quando às vezes haja mais televisão do que cinema. *One Life* é salvo pelo comovente ato final... **R.P.T.**

DR

O dinossauro velociraptor à escala real situado no meio da sala é uma das imagens de marca.

O restaurante que revolucionou a Avenida faz sete anos

LISBOA O JNcQUOI Avenida marcou a estreia do grupo Amorim Luxury no universo da gastronomia. "Mais do que uma marca, é um estilo de vida", garante o general manager do espaço, que antecipa para esta sexta-feira mais uma experiência exclusiva e emblemática.

TEXTO **SOFIA FONSECA**

Foi há sete anos que um conceito inovador chegou à Avenida da Liberdade, em Lisboa. Com a abertura do JNcQUOI Avenida, num único espaço passou a haver um restaurante, um bar com refeições leves e uma loja de moda. Esta sexta-feira, para comemorar a data vai realizar-se uma edição especial do evento *It's Friday, It's Big Bottle Day*, em que sete vinhos portugueses da região do Douro de garrafas de grandes formatos serão estreados a copo, alguns de forma inédita. Além disso, fadistas à janela levarão música à cidade.

"Nos últimos sete anos, o JNcQUOI Avenida tem promovido experiências inesquecíveis que aliam gastronomia, vinho, moda e cultura. As comemorações deste sétimo aniversário teriam, por isso, de continuar a proporcionar algo de simbólico a quem nos visita, a ser mais uma experiência exclusiva e emblemática", diz Nuno Borralho, general manager do JNcQUOI Avenida. Para quem for ao restaurante, a partir das 12h00, está prometido "algo inédito": uma seleção de sete vinhos de garrafas de grandes formatos serão servidos a copo, nomeadamente Quinta Vale Meão 2019 (5L), uma estreia neste registo, Crasto Vinha Maria Teresa 2019 (6L), Chryseia 2017 (9L), Barca Velha 2011 (6L) e Legado 2017 (6L), que foram engarrafadas propositadamente para a data, Pintas 2015 (5L) e Mirabilis Grande Reserva 2017 (6L). O evento vai contar com os *sommeliers* do JNcQUOI e os produtores de cada uma das casas, que darão a conhecer as particularidades de cada vinho.

Haverá ainda concertos de fado à janela, proporcionados pela dupla Mel e Francisco Moreira, que atuarão em diversos momentos ao longo do dia para a cidade acompanhados por dois guitarristas. Lá fora, dois artistas com andas ajudarão a animar a Avenida da Liberdade e, no interior, o mágico Rafael Titonelly vai levar magia e humor à mesa, com performances nos horários das refeições. "Queremos celebrar com a cidade de Lisboa e a Avenida da Liberdade, onde nos inserimos", comenta Nuno Borralho, que acredita que a implementação do conceito do JNcQUOI Avenida – *food meets fashion* – "veio revolucionar toda esta zona tornando-a num local ainda mais aspiracional, onde as melhores e mais exclusivas experiências, nas mais diferentes áreas, da gastronomia, à moda ou cultura, são vividas".

Esta sexta-feira, uma seleção de sete vinhos de garrafas de grandes formatos serão servidos a copo.

O JNcQUOI Avenida marcou a estreia do grupo Amorim Luxury no universo da gastronomia, apresentando, num único espaço, distribuídos por três pisos, o restaurante, um Delibar com uma garrafeira única e uma loja Fashion Clinic. O projeto é da autoria do arquiteto catalão Lázaro Rosa-Violán, que recuperou e destacou os frescos que faziam parte do edifício do Teatro Tivoli, "só por si já bastante emblemático". O dinossauro velociraptor à escala real situado no meio da sala e os recortes de jornais emoldurados que contam uma história de 100 anos são outras imagens de marca. A cozinha, que tem desde o início António Bóia como *chef* executivo, privilegia a gastronomia portuguesa e grandes êxitos internacionais, destacando-se, entre outros, pratos como a paletilha com arroz de forno, o bife pimentas, o hot dog lavagante, a salada JNcQUOI com caranguejo do Alaska ou o arroz de lavagante e garoupa e a baba de dinossauro.

"Mais do que uma marca, JNcQUOI é um estilo de vida em que num único local, seja em Lisboa ou na Comporta, é possível desfrutar de uma experiência única e diferenciadora, personalizada e memorável, seja na área da gastronomia, da moda ou, brevemente, na hotelaria", comenta Nuno Borralho.

Ao longo de sete anos, o universo JNcQUOI cresceu, sendo as apostas mais recentes o Frou Frou e o Beach Club. "São dois projetos muito distintos entre si, ambos inaugurados no verão de 2023, e que vieram reforçar a presença nos dois *hubs* onde a marca JNcQUOI tem vindo a apostar: Lisboa e Comporta", explica o general manager. O primeiro está situado no interior do JNcQUOI Asia (que abriu em 2019), sendo o primeiro restaurante do grupo dentro de um restaurante, no qual "o entretenimento e a gastronomia são as estrelas" num ambiente que remete para os anos 1920. Já o JNcQUOI Beach Club, na praia do Pego, marcou a estreia da marca fora de Lisboa.

Em julho deverá abrir um projeto "muito especial" da marca. Da autoria do arquiteto Vincent Van Duysen, o House "apresentará uma interpretação e incorporação sem precedentes do conceito transversal de *lifestyle* do grupo Amorim Luxury – *Food meets Fashion meets Hospitality*. Para além da vertente de hospitalidade, o JNcQUOI House terá ainda dois restaurantes que prometem elevar a cozinha portuguesa a um novo patamar", antecipa Nuno Borralho.

PUBLICIDADE

emprego

EXTRATO DO AVISO N.º 1/2024

Para conhecimento geral se anuncia que, pelo prazo de 10 dias úteis, contados a partir do dia seguinte ao da publicação em suplemento na II Série do *Diário da República*, n.º 74, de 15/04/2024, se encontra aberto o seguinte concurso:

- Concurso externo de ingresso para admissão de estagiários, com vista à constituição de reserva de recrutamento para a categoria de agente municipal de 2.ª classe, da carreira de Polícia Municipal

Mais Informações: Edifício Paços do Concelho, em Alenquer, pelo telefone 263730900 e em www.recrutamento.cm-alenquer.pt.

Alenquer, 16 de abril de 2024

O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alenquer
Tiago Alexandre Silva Pedro

A Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, tendo em vista o reforço do seu mapa de pessoal, face às necessidades decorrentes do cumprimento da sua missão, pretende recrutar em regime de contrato individual de trabalho, por tempo indeterminado:

Técnico(a) de Gestão de Informação – Data Analyst
Técnico(a) de Gestão de Informação Júnior – Junior Data Analyst

O respetivo anúncio, requisitos, perfil e critérios objetivos e específicos de avaliação e seleção dos(as) candidatos(as) foram publicados em www.ersar.pt. Só serão admitidos a concurso os(as) candidatos(as) que cumpram os respetivos requisitos obrigatórios.

O prazo para a apresentação das candidaturas é até às 23.59 horas do dia 5 de maio de 2024.

A Presidente do Conselho de Administração
Vera Eiró

avisos, tribunais e conservatórias

MUNICÍPIO DE OLHÃO

AVISO N.º 7624/2024/2

Sumário: Procedimento de formação de contrato para planeamento para elaboração do Plano de Pormenor João de Ourém – período de discussão pública.

Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento para Elaboração do Plano de Pormenor João de Ourém

Discussão Pública

António Miguel Ventura Pina, Presidente da Câmara Municipal de Olhão, nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, torna público que a Câmara Municipal de Olhão, em reunião pública, de 20 de março de 2024, deliberou, por maioria dos votos, aprovar a abertura de um período de discussão pública do Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento para Elaboração do Plano de Pormenor João de Ourém (e seus anexos) pelo período de 10 dias úteis, ao abrigo do n.º 3 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual.

Deliberou ainda o órgão executivo municipal, por maioria dos votos, proceder à publicação e divulgação da presente deliberação e da documentação que a acompanha, nos termos do n.º 1 do artigo 89.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua redação atual, para a formulação de sugestões e prestação de informações sobre questões que possam ser consideradas no âmbito do Procedimento de Formação de Contrato para Planeamento ora em discussão, por todos os interessados, que poderão apresentar em requerimento dirigido ao Presidente da Câmara Municipal de Olhão, devidamente identificado, diretamente nos serviços do Balcão Único da Câmara Municipal de Olhão, através dos correios ou para o seguinte endereço de correio eletrónico: geral@cm-olhao.pt. Os documentos relativos ao Plano de Pormenor podem ser consultados no sítio da Câmara Municipal de Olhão (www.cm-olhao.pt) ou diretamente no Serviço de Planeamento e Ordenamento do Território, no Largo Sebastião Martins Mestre, 8700-349 Olhão.

20 de março de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Olhão
António Miguel Ventura Pina

necrologia

ARMINDA RODRIGUES MOUTINHA BARATA

Proença-a-Nova – Oeiras

FALECEU

Sua família cumpre o doloroso dever de participar o falecimento do seu ente querido e informa que o corpo se encontra em câmara-ardente na capela mortuária da igreja de Nova Oeiras. O seu funeral realiza-se hoje, sexta-feira, dia 19 de abril, pelas 15 horas, para o Crematório de Barcarena, sendo antecedido de missa de corpo presente, pelas 14.30 horas.

CONVOCATÓRIA

Usando da faculdade que me é conferida pelo artigo 42.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Bombarral para se reunir em sessão ordinária no dia **29 de abril de 2024, segunda-feira, pelas 21 horas,** na Sala de Formação do Quartel, sito na Praça da República S/N, em Bombarral, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto 1 – Apreciação, discussão e votação do relatório e contas da Direção e parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano 2023.

Ponto 2 – Outros assuntos de interesse para a Associação.

Se à hora marcada não estiverem presentes sócios em número suficiente para que a Assembleia possa funcionar, a mesma realizar-se-á passados **30 minutos**, com qualquer número de presenças desde que não inferior a três associados efetivos, nos termos do n.º 1 do artigo 43.º dos estatutos.

Os documentos encontram-se patentes para consulta dos associados na secretaria da Associação nos oito dias antecedentes à realização da Assembleia Geral, em conformidade com a alínea c) do número 2 do artigo 41.º dos estatutos.

Bombarral, 18 de abril de 2024

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ricardo Manuel Lopes Duarte

PUBLICIDADE

município de lousada

EDITAL n.º 86/2024

Hasta Pública para adjudicação do título precário de Fornecedor Exclusivo de Bebidas para o Festival VILA 2024

Pedro Daniel Machado Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Lousada, torna público que em conformidade com o seu despacho datado de 16 de abril de 2024, promove-se por meio de **Hasta Pública a adjudicação do título precário de Fornecedor Exclusivo de Bebidas para o Festival VILA 2024**.

Entidade adjudicante
A entidade adjudicante é o Município de Lousada, NIPC 505 279 460, com sede na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada. Contacto telefónico: 255 820 500. Endereço de *e-mail*: **contabilidade@cm-lousada.pt**.

Objeto
O presente procedimento tem por objeto a adjudicação do título precário de fornecedor exclusivo de bebidas não alcoólicas e bebidas alcoólicas não destiladas no espaço destinado ao Festival VILA 2024, a decorrer entre os dias 28 a 30 de junho.

Data, hora e local do ato público
1. A sessão de hasta pública tem lugar no dia 3 de maio de 2024, pelas 10 horas, no Salão Nobre do edifício Paços do Concelho, sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Lousada.
2. As propostas deverão ser remetidas pelo correio com aviso de receção ou entregues em mão, pelos candidatos ou seus representantes, no Atendimento ao Munícipe (Edifício dos Serviços Técnicos), sito na Avenida Senhor dos Aflitos, 4620-695 Lousada, até às 12 horas do dia anterior à sessão de hasta pública.

Valor-base
O valor-base da hasta pública é €7.000 (sete mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, não sendo admitidos lanços inferiores a €50 (cinquenta euros), em caso de licitação.

Consulta e disponibilização do procedimento
O Caderno de Encargos e do Programa da Hasta Pública podem ser consultados nos serviços da Câmara Municipal de Lousada, na página da Internet do Município de Lousada, em www.cm-lousada.pt, ou mediante solicitação através do *e-mail* **contabilidade@cm-lousada.pt**, devendo o interessado indicar o seu nome ou designação de entidade coletiva, morada ou sede e número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa coletiva.

Lousada, 18 de abril de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Lousada
Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.

município de lousada

EDITAL n.º 87/2024

Hasta Pública para atribuição do Direito de Exibição de Publicidade no Recinto do Festival VILA 2024

Pedro Daniel Machado Gomes, Presidente da Câmara Municipal de Lousada, torna público que, em conformidade com o seu despacho datado de 16 de abril de 2024, promove-se por meio de **Hasta Pública a atribuição do Direito de Exibição de Publicidade no Recinto do Festival VILA 2024**.

Entidade adjudicante
A entidade adjudicante é o Município de Lousada, NIPC 505 279 460, com sede na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, 4620-695 Lousada. Contacto telefónico: 255 820 500. Endereço de *e-mail*: **contabilidade@cm-lousada.pt**.

Objeto
O presente procedimento tem por objeto a atribuição do Direito de Exibição de Publicidade no Recinto do Festival VILA 2024, a decorrer entre os dias 28 a 30 de junho de 2024.

Data, hora e local do ato público
1. A sessão de hasta pública tem lugar no dia 3 de maio de 2024, pelas 11 horas, no Salão Nobre do edifício Paços do Concelho, sito na Praça Dr. Francisco Sá Carneiro, Lousada.
2. As propostas deverão ser remetidas pelo correio com aviso de receção ou entregues em mão, pelos candidatos ou seus representantes, no Atendimento ao Munícipe (Edifício dos Serviços Técnicos), sito na Avenida Senhor dos Aflitos, 4620-695 Lousada, até às 12 horas do dia anterior à sessão de hasta pública.

Valor-base
O valor-base da hasta pública é definido por Lotes sendo o preço-base total da adjudicação de €9.100 (nove mil e cem euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e o valorbase de cada Lote de:
Lote 1 – €5.000, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
Lote 2 – €2.000, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
Lote 3 – €700, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
Lote 4 – €700, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
Lote 5 – €700, valor ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
Em caso de licitação não são admitidos lanços inferiores a €50 (cinquenta euros).

Consulta e disponibilização do procedimento
O Programa da Hasta Pública pode ser consultado nos serviços da Câmara Municipal de Lousada, na página da Internet do Município de Lousada em www.cm-lousada.pt, ou mediante solicitação através do *e-mail* **contabilidade@cm-lousada.pt**, devendo o interessado indicar o seu nome ou designação de entidade coletiva, morada ou sede e número de identificação fiscal ou número de identificação de pessoa coletiva.

Lousada, 18 de abril de 2024

O Presidente da Câmara Municipal de Lousada
Pedro Daniel Machado Gomes, Dr.

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno, com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Quinta da Bemposta Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Quinta da Bemposta – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 9/1981, freguesia e concelho de Portimão, requerida por Sabor Vertical, S.A.

A alteração da licença de operação de loteamento consiste no aumento das áreas do lote 56, de 255 m² para 579 m², e do lote 58, de 255 m² para 697 m², utilizando para o efeito áreas do domínio público municipal envolventes aos lotes em causa.

Ainda é proposto a passagem de uma área total com 766 m² do domínio público municipal para acrescentar a área dos lotes 56 e 58 e destinar-se-á a estacionamento no subsolo para os veículos dos utentes dos referidos lotes.

Como consequência, também prevê um aumento da "área total dos lotes" (+766 m²), que passará de 24.869 m² para 25.635 m² e a consequente diminuição do item "áreas livres, verde público e equipamento" (- 766 m²), que passará de 8.390 m² para 7.624 m².

Mantém os polígonos de implantação dos edifícios acima do solo em 255 m² como definido no atual alvará, mas pretende construir as respetivas caves até ao limite dos lotes agora propostos.

O espaço exterior do r/c de ambos os lotes serão objeto, em fase de licenciamento, de um projeto de arranjos exteriores que contemple a parte privada do edifício e a parte de usufruto público.

O referido processo pode ser consultado, no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anuncio, no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do art.º 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos Lei.

25 de março de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno, com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Colina Real, Alto Pacheco – Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Colina Real, Alto Pacheco – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 4/1992, freguesia e concelho de Portimão, requerida por Paulo Jorge da Conceição Silva.

A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre os lotes 23 e 24 e consiste na eliminação do lote 24 e anexação da sua área ao lote 23, passando a designar-se por lote 23/24, com o objetivo de construir na área do lote 24, jardim, piscina e edificação de apoio à moradia do lote 23.

O lote 23/24 mantém as áreas de construção já definidas anteriormente para os lotes 23 e 24.

O total de lotes passará de 103 para 102.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, a contar da data de publicação deste anúncio, no *Diário da República*, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do art.º 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos Lei.

22 de março de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno, com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada na Urbanização Quinta da Malata – Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada na Urbanização Quinta da Malata – Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 7/1989, freguesia e concelho de Portimão, requerida por IMOSÁ Imobiliária, Lda.

A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre os lotes 13 e 14, que propõe a divisão do lote 13 em quatro lotes, 13, 14, 15 e 16, e o lote 14, com uma área de 822 m², é cedido para domínio público municipal, destinado a estacionamento e denominado por Parcela A.

Os lotes 13, 15 e 16 destinam-se a habitação/comércio e o lote 14 destina-se a comércio/serviços.

O lote 13 com dois pisos, o lote 14 com 1 piso, o lote 15 com 6 pisos e o lote 16 com seis/quatro pisos.

Aumento do n.º total de fogos de 202 para 260 fogos.

Aumento da área total de implantação, em 325 m², a atribuir ao lote 14.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do art.º 112.º e art.º 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

5 de abril de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

MUNICÍPIO DE PORTIMÃO

ANÚNCIO

PATRÍCIA GREGÓRIA MARTINS SANTANA, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTIMÃO, no uso da competência subdelegada pelo despacho exarado no documento interno, com o NIPG. n.º 33316/23, de 21/08/2023, vem, pelo presente anúncio, **NOTIFICAR** os titulares dos lotes da operação de loteamento localizada no Cerro Ruivo/Barranco do Rodrigo – Portimão, nos termos do n.º 3 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, para se pronunciarem, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relativamente ao procedimento de alteração da licença da operação de loteamento localizada no Cerro Ruivo/Barranco do Rodrigo Portimão, titulada pelo alvará de loteamento n.º 7/2001, freguesia e concelho de Portimão, requerida por MUSSON DEVELOPMENTS, UNIPESSOAL, LDA., e ALBATROSSPLANET, UNIPESSOAL, LDA.

A alteração da licença de operação de loteamento incide sobre os lotes LP5, LP6, LP11 e LP12, que propõe a alteração do polígono.

O referido processo pode ser consultado no prazo acima mencionado, na secretaria do Departamento de Gestão Urbanística e Mobilidade, sito no Parque das Feiras e Exposições, Caldeira do Moinho – Portimão, de segunda a sexta-feira, das 9 às 13 e das 14 às 16 horas.

Mais se informa que a falta de oposição escrita à alteração da licença para operação de loteamento, no prazo de 10 dias, legitima a consequente tramitação do procedimento.

De acordo com a alínea e), do n.º 1, do art.º 112.º e art.º 122.º, do Código do Procedimento Administrativo, passou-se o presente anúncio, que será publicitado nos termos previstos na Lei.

5 de abril de 2024

A Chefe da Divisão de Gestão Urbana
Patrícia Santana

Aviso (Extrato)

IPOPORTO

Torna-se público que, por deliberação do Conselho de Administração de 14.03.2024, se encontra aberto, pelo prazo de 5 dias úteis, a contar da data de publicação do presente extrato, o processo de seleção conducente à Contratação de 1 Técnico Superior em regime de contrato de trabalho sem termo para o Serviço de Outcomes Research Lab. Os requisitos gerais e o perfil de competências exigido, os métodos e critérios de seleção e outras informações de interesse para apresentação das candidaturas e para o desenvolvimento do procedimento concursal constam da publicitação integral do aviso de abertura, inserto na página eletrónica do IPO-Porto, E.P.E., *in* **www.ipoporto.pt**.
Porto, 09.04.2024

O DN DE HÁ CEM ANOS

AS NOTÍCIAS DE 19 DE ABRIL DE 1924 PARA LER HOJE

ARQUIVO DN **CRISTINA CAVACO**, **LUÍS MATIAS** E **SARA GUERRA**

PORTUGAL DESCOBRIDOR

Um documento sensacional

Vai demonstrar-se scientificamente que os portugueses descobriram a America muitos anos antes de Cristovão Colombo

Do ilustre escritor sr. dr. Jaime Cortesão, director da Biblioteca Nacional de Lisboa, recebemos a carta seguinte, na qual se faz a revelação de um facto gloriosissimo para Portugal: a nossa prioridade na descoberta da America, até hoje atribuida a Cristovão Colombo. E' de tal transcendencia para o nosso brio patriotico esta revelação, que achamos desnecessario e até inoportuno fazer-lhe por agora quaisquer comentarios. Aguardamos, com justificado interesse, a demonstração que o sr. dr. Jaime Cortesão promete fazer em conferencia publica.

Meu amigo e sr. Acurcio Pereira:

Venho solicitar da sua costumada gentileza a publicação de algumas linhas, na convicção de que elas têm um elevado interesse nacional.

O sr. Charles de la Roncière, autor ilustre de varios trabalhos sobre a historia da geografia de Africa, encontrou na Biblioteca Nacional de Paris, da qual é conservador, uma carta geografica do seculo XV, posterir á viagem descobridora de Bartolomeu Dias e anterior á primeira viagem de Colombo á America, documento da mais alta importancia para a historia dos descobrimentos. Aquele senhor, que, a 4 dêste mês de abril, fez uma comunicação sobre o seu precioso achado á Academia de inscrições e belas letras, largamente noticiada pelos jornais franceses, acaba de publicar tambem no ultimo numero da «Illustration» (12 do mesmo mês) não só um resumido estudo sobre esse acontecimento, como duas pequenas reproduções fotograficas de parte da notavel carta.

A duas conclusões chega o sr. De la Roncière: Que a carta foi inspirada por Colombo e muito provavelmente executada, sob a sua direcção, por seu irmão Bartolomeu (o que foi cartografo em Lisboa); e que ela demonstra, em apoio da tese de Vignaud, que Colombo procurava não a India, mas simplesmente a lendaria ilha das Sete Cidades, que aí vem figurada.

Sem querermos agora discutir esta asserção, que em parte nos parece errada, devemos acrescentar que duas outras conclusões se podem tirar daquela carta, quais sejam: Que a America já estava descoberta antes da primeira viagem de Colombo, pois o que ali figura, com o nome de «ilha das Sete Cidades» e sob a forma de três ilhas é a Terra Nova, parte da Nova Escocia e parte da terra continental do Canadá, delineando as três o golfo de S. Lourenço; e que o descobrimento, exploração e, porventura, tentativa de colonização daquelas terras, e em data anterior á primeira viagem de Colombo ás Antilhas, pertencem aos portuguese.

Para chegar a esta segunda afirmação torna-se mister conhecer um pouco certos documentos e referencias coevas ás nossas explorações atlanticas naquelas regiões, umas decerto outras provavelmente realizadas por Diogo de Teive, João Vaz Côrte Real, Fernão Teles, Fernão de Ulmo e João Afonso do Estreito, Pero de Barcelos e João Fernandes Labrador.

Ha perto de dois anos que preparamos um trabalho sobre o «Descobrimento pre-colombino da America pelos portugueses», o que é sabido de todos os nossos amigos e até dos leitores da «Lusitania», em cujo primeiro numero publicamos um estudo que faz parte da introdução da nossa obra. E' nosso intento dá-lo á estampa em fins dêste ano ou começos do seguinte. E é contrariados que vimos por este meio antecipar a publicação de algumas das conclusões a que já haviamos chegado, pois nos repugna fazer por forma tão ligeira afirmações tão graves. Força-nos a isso, todavia, a convicção em que ficámos, depois de examinar a reprodução da «Illustration», de que urge reivindicar para portugueses a prioridade dessa afirmação em face dêste novo documento. A quem conhecer um pouco a documentação portuguesa dessa epoca e os ultimos trabalhos americanos, em especial de Vignaud, de Biggar e Babcock, não é licito por mais tempo duvidar daquela afirmação. Estamos certos de que ao menos o ultimo dos três, o geografo americano Babcock, hoje, porventura, o mais autorizado e original estudioso dos documentos cartograficos dos seculos XV e XVI sobre a America, apenas vir a carta de Paris, chegará áquelas mesmas conclusões.

Nos forçosos limites desta carta não cabe a demonstração do que afirmamos. Reservamo-nos para o fazer em conferencia publica, depois de termos alcançado a reprodução fotografica integral daquele documento, que ainda a outros titulos se nos afigura do maior alcance. Devemos acrescentar que ela já foi pedida por via diplomatica para Paris, a fim de figurar nas colecções da Biblioteca Nacional, graças á intervenção, que solicitámos, dos srs. presidente do Ministerio e ministro dos Negocios Estrangeiros.

Chegou a hora de provar scientificamente e reivindicar para nós, portugueses, a façanha de ter descoberto a America insular e continental, muitos anos antes de Colombo, com todas as gloriosas consequencias que esse feito representa para a sciencia, o esforço, a capacidade criadora de Portugal. E' justo desde já dizer que nos ultimos anos alguns americanos nos têm largamente aberto esse caminho.

Pela publicação destas linhas lhe ficará, pois, muito grato o amigo e camarada

JAIME CORTESÃO.

ASAS GLORIOSAS DE PORTUGAL

Fez ontem dois anos a chegada do "Lusitania" aos Rochedos de S. Pedro e S. Paulo

E ontem passou por Lisboa o grande aeronauta brasileiro Santos Dumont, que reviveu com os nossos aviadores essa data gloriosa e disse palavras de fé na nova epopeia aerea Lisboa-Macau

Ha dois anos—contados dia a dia—Portugal viveu uma das suas horas mais nervosas e emotivas, viveu um daqueles instantes que ficam para sempre agarrados á nossa memoria e em que se deixa um farrapo da nossa alma. Ha dois anos Gago Coutinho e Sacadura Cabral, nomes que hoje são simbolos, largavam do porto da Praia e abriam, no silencio majestoso do Oceano, as asas gloriosas do «Lusitania». Iam em busca dos rochedos de S. Pedro, penhascos isolados, perdidos no mar, que desde então assinalam para a historia mais uma grande etapa do sacrificio voluntario dos portugueses para honrar Portugal e para servir a civilização.

A noticia da largada logo de manhã foi conhecida e em toda a terra portuguesa não houve mais que uma ideia, e nem um só coração bateu com outro anseio mais nobre e de mais legitimo orgulho—que os dois tripulantes do «Lusitania» atingissem, numa ascensão maravilhosa para a gloria, esse minusculo ponto que as vagas abraçavam.

Mal se consegue exprimir o que era essa fé confessada no heroismo e na sciencia do observador e do piloto, e como todos receavamos pensar que uma brutalidade da Natureza quebrasse essa aspiração sagrada! Humedeciam-se-nos de lagrimas os olhos cheios de pasmo e nós proprios sentiamo-nos muito pequeninos quando, mentalmente, recordavamos a figura dos dois herois nacionais que levavam consigo uma grande historia, que levavam consigo um povo inteiro.

E lá muito longe, por cima das ondas, ponto minusculo deslocando-se no espaço, o avião ia sereno, girando-lhe o motor como um coração que pulsa, as asas ansiosas cortando os ares, cheio de beleza e cheio de confiança. Os dois tripulantes, calmos, absorvidos pelo seu ideal, entregavam-se um ao outro: Sacadura, impavido, na direcção do aparelho, Gago Coutinho, fleugmatico, riscando calculos no papel, recorrendo aos instrumentos que o seu espirito scientifico criára.

E, ao fim da tarde, quando já não havia sol para dourar o seu triunfo, o «Lusitania» descia sobre as aguas, abatendo-se cansado do vôo. E o mesmo mar que enguliu tantas caravelas portuguesas na demanda aventurosa de terras desconhecidas, e vestiu com a sua mortalha liquida tantos dos nossos navegadores, guardava para sempre o aeroplano glorioso, cobrindo-o dos seus beijos sofregos e oferecendo aos misterios das profundezas oceanicas mais essa prova soberba de que os seculos não tinham esterilizado, em Portugal, a arvore do heroismo que se abrira apoteoticamente em grinaldas de flores e que prodigamente se desentranhára em perfumados frutos.

Mas a primeira travessia aérea do Atlantico estava realizada!

*

* *

Meses depois, quási á mesma hora, o «Porto», conduzindo o sr. dr. Antonio José de Almeida, primeiro magistrado da nação, que ia ao Brasil selar a amizade dos dois povos, passava junto dos Rochedos.

A' volta era um silencio profundo, silencio feito de silencios, silencio que penetrava os homens com a sua majestade, que os recolhia em si proprios; silencio doce de mosteiro. Apenas, o roncar isocrono, soturno, cansante das maquinas de bordo.

Já mal havia luz. Uma claridade frouxa que ainda irisava os céus, lá longe, a ocidente, se alongava dolorosamente pelas ondas como um suspiro ou lamento tenue. Não sabemos porquê o ocaso do sol, em pleno Oceano, deu-nos sempre a impressão duma agonia. Os ultimos raios de luz são como uma desgarradora despedida, saudade que nunca mais se mitiga. E' como se dobrassem sinos na nossa alma. Tambem nada ha como o anoitecer em pleno mar para nos dar a impressão de que mergulhamos no misterio e no segredo do qual se não torna.

Em redor, no grande disco das aguas, nem uma vela, a sombra dum mastro, o fumo escuro da chaminé dum vapor, nem um sinal de vida á superficie desse imenso laboratorio de vidas!

Tremeluzem com palpitações femininas as primeiras estrelas. Andam as sombras a varrer o Oceano.

Por estibordo, a pouco menos duma milha, como se fôsse uma grande vaga que um poder sobrenatural tivesse suspenso no seu impetuoso rolar, divizámos os Rochedos, feitos de sombra, imprecisos, esfumilhando-se no azul e rôxo do horizonte.

O contingente de marinha que ia a bordo, alinhou-se no convés e apresentou armas. A banda tocou o hino nacional. Todos tirámos os chapeus, mudos, tremendo de comoção, quasi ajoelhando ante esses minusculos penhascos, como se fôssem terra sagrada.

A Patria pairava sobre nós, Patria bendita e grande, berço de guerreiros, navegantes e poetas; ninho de aguia real que os anos não envelhecem: varanda florida que se debruça sobre as aguas dormentes!

Havia olhos torvos de lagrimas suaves e os corações sentiam-se irmanados na mesma orgulhosa gloria. Naquele instante, fomos bons e simples. O vento afagava-nos o rosto como se viesse do passado, como se viesse de muito longe na historia da nossa raça, como se viesse de mais longe ainda, do seio bondoso de Deus.

Minutos decorridos, era noite escura e, as mãos enclavinhadas na amurada, ainda procuravamos avidamente perfurar a treva para que a memoria fixasse melhor ainda o aspero contorno desses rochedos que não contam muito mais de duas centenas de metros.

As gaivotas adormeciam brandamente no seio das penedias.

Foi ha dois anos...

lotaria popular
EXTRAÇÃO: 016/2024
1.º PRÉMIO: 74608
2.º PRÉMIO: 57834
3.º PRÉMIO: 73519

EURODREAMS
SORTEIO: 032/2024
CHAVE: 4-13-16-18-28-30 + 2

NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS RESULTADOS OFICIAIS

Troféu visitou o DN antes de ser entregue ao novo campeão

O *Roadshow* do Troféu da Liga Portugal Betclic – o troféu de campeão nacional de futebol – visitou a redação do DN antes de ser levantado por Sebastián Coates (capitão do Sporting) ou Nicolás Otamendi (capitão do Benfica) na I Liga 2023-24. Quando faltam jogar cinco jornadas, leões e águias estão separados por sete pontos na classificação antes da 30.ª jornada do campeonato. O troféu da Liga Portugal Betclic pesa dez quilos de ouro e prata distribuídos por 80 centímetros de altura.

PAULO SPRANGER/GLOBAL IMAGENS

“Não percebo que estigmatizem o 25 de Novembro”

RAMALHO EANES Antigo Presidente da República lamenta que as Forças Armadas caminhem para a “irrelevância” e teme uma nova guerra mundial.

TEXTO **DAVID PEREIRA**

O primeiro Presidente da República democraticamente eleito após o 25 de Abril, António Ramalho Eanes, lamentou, em entrevista à RTP divulgada ontem, o esquecimento do 25 de Novembro nas celebrações do 25 de Abril. “A Democracia foi prometida no 25 de Abril, com Estado de Direito e eleições livres, mas o 25 de Novembro foi a continuação do 25 de Abril. Não percebo que estigmatizem essa data”, afirmou o antigo militar, de 89 anos, que salienta que o Partido Comunista Português (PCP) foi arrastado pela extrema-esquerda para tentar impor a sua ideologia. “Entendo que o esquecimento do 25 de Novembro não ajuda a democracia”, reforçou.

“Entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro houve um período muito complicado em que alguns grupos tentaram impor as suas ideologias. Mas o MFA não permitiu”, acrescentou Ramalho Eanes, que impediu a ilegalização do PCP: “Todos os partidos eram não necessários, mas indispensáveis.”

Sobre a posição de Portugal na União Europeia, o antigo chefe de Estado frisa que “os 35 anos de fundos europeus foram extremamente importantes para a criação do Estado social português” e explicou o maior crescimento económico dos países de leste em comparação com Portugal: “Têm menos despesa com Estado social.”

Antigo militar, lamentou que as Forças Armadas caminhem “para a irrelevância”. “Nas Forças Armadas quase tudo está mal. Os chefes do Estado-Maior fazem das tripas coração”, vincou, considerando “interessante” o debate sobre o serviço militar obrigatório, “para que os portugueses conheçam a situação das Forças Armadas, que percebam que a situação hoje é muito complicada, e que poderemos estar envolvidos numa guerra”.

Ramalho Eanes é contra a ideia de um Governo de unidade nacional, porque “mataria o pluralismo”, a não ser “numa situação de guerra”, o que teme que possa vir a acontecer em virtude de um possível alastramento da guerra na Ucrânia para os países bálticos e de uma intromissão dos EUA no conflito entre China e Taiwan.

BREVES

Ministro propõe devolução de 20% ao ano a docentes

O ministro da Educação reiterou ontem estar disponível para negociar a recuperação integral do tempo de serviço dos professores ao longo desta legislatura. No final de um dia de reuniões com dez estruturas sindicais representativas dos professores, o ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, reconheceu a importância da contagem dos seis anos, seis meses e 23 dias de tempo de serviço congelado para “trazer de volta a serenidade às escolas”, recordando a proposta do Governo de recuperar 20% ao ano. Fernando Alexandre explicou que a ideia é conseguir devolver todo o tempo durante a atual legislatura, “que tem quatro anos e meio”, ou seja, 20% seriam devolvidos “já este ano e o resto nos quatro anos que ainda fazem parte desta legislatura”. Os vários sindicatos apresentaram fórmulas muito diferentes para a reposição do tempo de serviço. A maioria defende uma recuperação em três anos (33% por ano), mas também houve quem propusesse 60% nos dois primeiros anos e 40% nos dois últimos, ou então 25% ao ano. O STOP, por exemplo, defendeu uma recuperação em apenas dois anos, ou seja, 50% em cada ano.

Cavaco pede que se deixe “o Governo governar”

Aníbal Cavaco Silva pediu que se deixe o atual Executivo minoritário PSD/CDS governar e se analise posteriormente o que este fez em comparação com as promessas da campanha eleitoral. O antigo Presidente da República e ex-líder do PSD falou à margem da apresentação do livro do presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, intitulado *Liderar com as pessoas*, na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa. Interrogado sobre se o atual Governo pode beneficiar da leitura do livro, Cavaco Silva respondeu: “Já disse noutra ocasião que não fazia comentários sobre um Governo que está apenas há seis dias em plenitude de funções. Deixem-no governar. Depois analisem e julguem. Depois vejam aquilo que ele fez em comparação com as promessas feitas na campanha eleitoral e em relação ao comportamento da oposição.” Cavaco Silva foi questionado sobre o recente posicionamento do ex-primeiro-ministro social-democrata Pedro Passos Coelho. “Escrevi em detalhe nas minhas memórias o contributo decisivo que deu como primeiro-ministro para retirar Portugal da bancarrota, que tinha sido colocado nessa posição por um Governo socialista. Em relação a tudo o resto, não li livros, não ouvi o que foi dito, e não é o meu hábito fazer comentários apenas com base nos títulos da comunicação social”, respondeu.

Conselho de Administração - Marco Galinha (Presidente), Kevin King Lun Ho, António Mendes Ferreira, Victor Santos Menezes, Vitor Coutinho, Diogo Queiroz de Andrade, Rui Costa Rodrigues, José Pedro Soeiro **Secretário-geral** Afonso Camões **Direção interina** Bruno Contreiras Mateus (Diretor), Leonídio Paulo Ferreira e Valentina Marcelino (Diretores Adjuntos) **Data Protection Officer** António Santos **Propriedade** Global Notícias Media Group, SA; Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Almada. Capital social: 9 309 016,95 euros. NIPC: 502535369. Proprietário e editor: Rua Gonçalo Cristóvão,195-219 – 4049-011 Porto. Tel.: 222 096 100. Fax: 222 096 200 Redação: Rua Tomás da Fonseca, Torre E, 3.º – 1600-209 Lisboa. Tel.: 213 187 500. Fax: 213 187 501 **Marketing e Comunicação** Carla Ascenção **Direção Comercial** Pedro Veiga Fernandes **Detentores de 5% ou mais do capital da empresa:** Páginas Civilizadas, Lda. – 41,51%, KNJ Global Holdings Limited – 29,35%, José Pedro Carvalho Reis Soeiro – 20,40%, Grandes Notícias, Lda. – 8,74% **Impressão** Gráfica Funchalense (Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição, 50, Morelena – 2715-029 Pero Pinheiro); Naveprinter (EN, 14 (km 7,05) – Lugar da Pinta, 4471-909 Maia) **Distribuição** VASP; Registado na ERC com o n.º 101326. **Depósito legal** 121 052/98 **Assinaturas** 219249999 Dias uteis das 8h às 18h E.mail: apoiocliente@dn.pt

56610
5 605290 123023